



ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 17

Robson Antonio Tavares Costa
Estélio Silva Barbosa
(Organizadores)



ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 17

Robson Antonio Tavares Costa
Estélio Silva Barbosa
(Organizadores)



EDITORA ENTERPRISING

Direção Nadiane Coutinho

Gestão de Editoração Antonio Rangel Neto

Gestão de Sistemas João Rangel Costa

Conselho Editorial

- Antonio Augusto Teixeira Da Costa, Phd – Ulht – Pt
- Eraldo Pereira Madeiro, Dr – Unitins – Br
- Eugenia Maria Mariano da Rocha Barichello, Dra. UFSM;
- Luama Socio, Dra. - Unitins - Br
- Ismael Fenner, Dr. - Fics – Py
- Francisco Horácio da Silva Frota, Dr. UECE;
- Tânia Regina Martins Machado, Dra. - Unitins – Br;
- Agnaldo de Sousa Barbosa, Dr. UNESP.

Copyright © 2023 da edição brasileira.

by Editora Enterprising.

Copyright © 2023 do texto.

by Autores.

Todos os direitos reservados.



Todo o conteúdo apresentado neste livro, inclusive correção ortográfica e gramatical, é de responsabilidade do(s) autor(es). Obra sob o selo Creative Commons-Atribuição 4.0 Internacional. Esta licença permite que outros remixem, adaptem e criem a partir do trabalho, para fins não comerciais, desde que lhe atribuam o devido crédito e que licenciem as novas criações sob termos idênticos.

Diagramação	João Rangel Costa
Design da capa	Nadiane Coutinho
Revisão de texto	Os autores



EDITORA ENTERPRISING

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

Tel. : +55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

**Robson Antonio Tavares Costa
Estélio Silva Barbosa
(Organizadores)**

Estudos Avançados Interdisciplinares

Volume 17



Brasília - DF

E82

Estudos Avançados Interdisciplinares Volume 17 / Robson Antonio Tavares Costa (Organizador), Estélio Silva Barbosa (Organizador)- Brasília: Editora Enterprising, 2023.

(Estudos Avançados Interdisciplinares Volume 17)

Livro em PDF

190p., il.

ISBN: 978-65-845-4630-1

DOI: 10.29327/5190429

1. Interdisciplinares. 2. Pesquisas. 3. Práticas. 4. Estudos.

I. Título.

CDD: 370

Acreditamos que o conhecimento é a grande estratégia de inclusão e integração, e a escrita é a grande ferramenta do conhecimento, pois ela não apenas permanece, ela floresce e frutifica.

Equipe Editora Enterprising.

Sumário

APRESENTAÇÃO	→	08
CAPÍTULO 1:	A ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO NO CUIDADO DO PACIENTE IDOSO PÓS ALTA HOSPITALAR – ESTUDO DE REVISÃO DA LITERATURA	09
	<i>Thais Regina Bassani</i> <i>Fernando Sluchensci dos Santos</i>	
CAPÍTULO 2:	CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH E A VIVÊNCIA NO CONTEXTO INCLUSIVO	18
	<i>Helena Maria de Souza Dariva</i> <i>Kelly Cristina Bicudo de Souza da Cunha</i> <i>Lilian Lemos da Silva Guimarães</i> <i>Raquel Venero Soares</i> <i>Jhonata Jankowitsch</i>	
CAPÍTULO 3:	O CONTRATO DE TRANSPORTE TERRESTRE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DO TRANSPORTADOR	31
	<i>Tayana de Souza Bordalo</i>	
CAPÍTULO 4:	MÉTODO TRADICIONAL X METODOLOGIAS ATIVAS: UM DEBATE QUE VAI ALÉM DAS DIVERGÊNCIAS E POSSIBILIDADES	51
	<i>Fábio José Brito dos Santos</i> <i>Helano de Jesus Corrêa</i> <i>Joalice Ribeiro Santana</i> <i>Poliana Sabóia Vieira</i> <i>Renata Moraes Fernandes</i> <i>Jonatha Pereira Bugarim</i>	
CAPÍTULO 5:	ESTADO NUTRICIONAL COMO PREDITOR DE ÓBITO EM IDOSOS	65
	<i>Giovana Frazon de Andrade</i> <i>Adriane Terezinha Barbosa</i> <i>Maria Fernanda Silva Morgado</i> <i>Maria Emília Marcondes Barbosa</i> <i>Maria Cristina Umpierrez Vieira</i>	
CAPÍTULO 6:	CONTRADIÇÕES DE UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA VERSUS AS TEORIAS DO CURRÍCULO	80
	<i>Ayla de Assunção Neris</i> <i>Moisés Hamssés Sales de Sousa</i> <i>Edinete Neris Dias</i> <i>Edinalva Aguiar</i>	

CAPÍTULO 7:	PANCREATITE AGUDA: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO, UMA CONCEPÇÃO DA REVISÃO DE LITERATURA	92
	<i>Antonio Walberto Oliveira Gonçalves</i> <i>Brunna Lavôr Martins</i> <i>Ester Laignier Barroso</i> <i>Naytalla Nancy de Sousa Martins</i> <i>Ana Valéria Santos Pereira de Almeida</i>	
CAPÍTULO 8:	O TRÁFICO DE SERES HUMANOS: NOVOS DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS	110
	<i>Tayana de Souza Bordalo</i>	
CAPÍTULO 9:	OS REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE AS PERDAS ESPERADAS NO RISCO DE CRÉDITO	136
	<i>Luma Thauany Lopes de Sá</i> <i>Christiane Carvalho Veloso</i> <i>Ana Gláucia Sousa Agostinho</i> <i>Salvina Lopes Lima Veras</i> <i>Joélcio Braga de Sousa</i>	
CAPÍTULO 10:	CEFALEIA E O USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ABORDAGEM LITERÁRIA	150
	<i>Antonio Walberto Oliveira Gonçalves</i> <i>João Victor Santos Damasceno</i> <i>Alfredo Borges de Oliveira Junior</i> <i>Deborah Bezerra Lopes da Silva</i> <i>João Pedro Liborio Neiva Eulálio</i> <i>João Pinheiro dos Santos Neto</i> <i>Brenda de Jesus Moraes Lucena</i>	
CAPÍTULO 11:	ESTRATÉGIAS DE PRECIFICAÇÃO UTILIZADAS POR EMPRESAS DO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO NA CIDADE DE CODÓ-MA	163
	<i>Ana Gláucia Sousa Agostinho</i> <i>Naiane Nascimento Mendes</i> <i>Elineuza Lopes Torres</i> <i>Christiane Carvalho Veloso</i> <i>Carlos Magno Araújo Castelo Branco</i> <i>Aluydio Bessa Amaral</i>	

Apresentação

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o décimo sétimo volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES”, que reúne em seus capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!

Equipe Editora Enterprising.

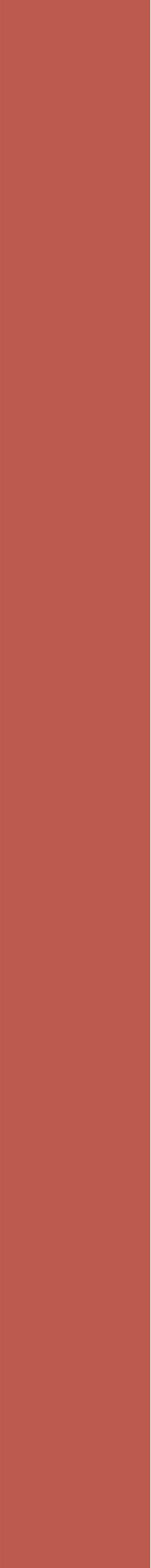


Capítulo 1

A ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO NO CUIDADO DO PACIENTE IDOSO PÓS ALTA HOSPITALAR – ESTUDO DE REVISÃO DA LITERATURA

DOI: 10.29327/5190429.1-1

Thais Regina Bassani
Fernando Sluchensci dos Santos



A ASSISTÊNCIA DO ENFERMEIRO NO CUIDADO DO PACIENTE IDOSO PÓS ALTA HOSPITALAR – ESTUDO DE REVISÃO DA LITERATURA

Thais Regina Bassani

Fernando Sluchensci dos Santos

RESUMO

Este trabalho visa identificar a importância da assistência prestada pelo enfermeiro no cuidado ao paciente idoso no pós alta hospitalar. A partir de uma revisão da literatura, realizada nas bases *Scientific Electronic Library Online* (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS) e Scopus. Foram considerados elegíveis 16 artigos, sendo utilizados apenas 6 neste presente trabalho. Consta-se que a partir da análise dos artigos inclusos, existe a necessidade em se ter uma equipe de enfermagem apta em prestar uma assistência de qualidade ao idoso, sendo o enfermeiro um profissional ímpar nesse contexto, no desenvolvimento do cuidado individual e no suporte aos familiares e aos cuidadores.

Palavras-chave: Idosos; Assistência; Enfermeiro.

ABSTRACT

This work aims to identify the importance of assistance provided by nurses in caring for elderly patients after hospital discharge. Based on a literature review carried out in the Scientific Electronic Library Online (SciELO), Latin American and Caribbean Literature in Health Sciences (LILACS) and Scopus databases. Sixteen articles were considered eligible, with only six being used in this study. It appears that from the analysis of the included articles, there is a need to have a nursing team able to provide quality care to the elderly, and the nurse a unique professional in this context, in the development of individual care and support to family members and caregivers.

Keywords: Elderly; Assistance; Nurse.

1. INTRODUÇÃO

Quando nos referimos ao envelhecimento estamos falando de um processo que é natural e irreversível. Silva (2014), afirma que aumento do envelhecimento populacional decorre a transição epidemiológica, isto é, a mudança nos padrões de morbimortalidade, a qual se deve à diminuição da mortalidade geral e ao aumento das

doenças crônico-degenerativas, principalmente nos idosos. Linck (2011), afirma que a população brasileira é uma população envelhecida e que segundo o censo realizado no ano de 2010, o número de idosos representava 11%.

Outro fato relevante ao aumento no número de idosos é o fenômeno da longevidade, onde somente entre as décadas de 1990 a 2000, a população de idosos total cresceu 36,5% e, a de idosos com mais de 75 anos, 49,3%. Autores como Carvalho (2018), dizem que, segundo estatísticas mundiais, o número de pessoas idosas deverá aumentar de 900 milhões em 2015 para 2 bilhões em 2050.

Diante deste cenário, surgem inúmeros desafios para os profissionais de saúde, dentre elas podemos citar: aumento da procura por institucionalização, declínio funcional dessa população, hospitalização e morte. Podemos citar como primeiras características desse processo a fraqueza, exaustão, diminuição da capacidade para a execução de atividades físicas, perda de peso involuntária, diminuição da velocidade da marcha.

Logo, a partir da realidade exposta mostra-se a necessidade de uma equipe de enfermagem que esteja preparada para prestar esse atendimento da forma mais eficaz e segura, tanto para o idoso quanto para família. Assim diversas ações podem ser utilizadas para que esse processo de envelhecimento venha ocorrer de forma mais tranquila, confortável e segura.

2. REVISÃO

2.1 A assistência prestada pelo enfermeiro

Ao abordamos o assunto é necessário pontuar que todo trabalho prestado pela equipe de enfermagem é paramentado por lei.

A Resolução nº 159/93, do Conselho Federal de Enfermagem (COFEN), descreve que a consulta de enfermagem utiliza componentes do método científico, a fim de identificar situações de saúde/doença, prescrever e implementar medidas de enfermagem que contribuam para a promoção, prevenção e proteção da saúde, recuperação e reabilitação do indivíduo, família e comunidade. Em seu artigo 1º, define que em todos os níveis de assistência à saúde, seja em instituição pública ou privada, a consulta de enfermagem deve ser obrigatoriamente desenvolvida na assistência de enfermagem. (SILVA, 2014, P.2).

Partindo dessa premissa nota-se que o papel do enfermeiro vai muito além do simples ato de apenas cuidar, sendo assim no âmbito do envelhecimento esse papel é de suma importância, tanto no âmbito hospitalar quanto domiciliar.

Alguns autores pontuam dificuldades no tratamento de idosos. Linck (2011), afirma que uma das principais características encontradas pela equipe é a fragilidade dos idosos. A autora ainda ressalta que essa característica representa um importante problema de saúde pública e por isso precisa ser compreendido como prioridade, pois o idoso acaba demandando maior tempo e cuidado específico.

Dentro desse contexto evidencia-se a necessidade da equipe de enfermagem efetuar essa assistência à saúde, visando sempre a funcionalidade, à independência e à autonomia tanto quanto possível, bem como ao envelhecimento ativo e saudável. A autora afirma que o enfermeiro, no que se refere às ações referentes à saúde da pessoa idosa, tem várias funções, dentre as quais está a realização da consulta de enfermagem, esse processo metodológico de sistematização de conhecimento configurado em método aplicado na perspectiva educativa e assistencial, habilitado a dar respostas ao sujeito idoso. A realização da consulta de enfermagem tem seu aporte legal amparado na Lei do Exercício Profissional da Enfermagem, nº 7.498/86, que a legitima como sendo uma atividade privativa do enfermeiro (SILVA, 2014).

Dessa forma o enfermeiro pode prestar essa assistência de diversas formas a primeira dela pode ser através da consulta de enfermagem, ou seja, no âmbito hospitalar ou domiciliar. Além de atividades de educação a saúde, essas atividades são essenciais para que ocorra um envelhecimento ativo, tendo como principal objetivo propiciar uma melhor capacidade funcional e uma melhor qualidade de vida, tendo como consequência a minimização da fragilidade e vulnerabilidade, explica Nogueira (2018).

As principais ações que são destacadas estão as intervenções educativas. Elas representam fatores que ocasionam na adesão ao tratamento e reabilitação, bem como para atitudes positivas do usuário para o autocuidado. Dessa forma, facilita a compreensão dos envolvidos, ampliando os aspectos da educação formal e propiciando a construção de novos espaços de saber, seja interno ou externo ao âmbito assistencial por meio das relações educativas, as quais, por sua vez, transformam a prática dos profissionais que passam a ver a pessoa e sua relação com o mundo e não apenas com o envelhecimento (NOGUEIRA, 2018).

Vale salientar que tais ações podem ser feitas através de atendimentos domiciliares visando não somente o paciente idoso como também a tratativa com a

família. Segundo Klakonski (2015) o enfermeiro é aquele que deverá estar mais próximo para estabelecer o processo de relacionamento para que o atendimento e a prática do cuidado seja mais adequada, tendo em vista toda a essência do cuidado e humanização que o acompanha, sendo o objetivo principal.

3. METODOLOGIA APLICADA

Para a obtenção dos resultados, optou-se pelo método de revisão integrativa da literatura. Consiste em uma metodologia específica de pesquisa em saúde que sintetiza um assunto ou referencial teórico para melhor compreensão e entendimento de um determinado assunto, permitindo uma ampla análise. Este método foi desenvolvido de acordo com os propósitos da Prática Baseada em Evidências (PBE), possuindo como pressuposto um rigoroso processo de síntese da realidade pesquisada (MENDES, SILVEIRA e GALVÃO, 2008).

No geral, para a construção da revisão integrativa é preciso percorrer seis etapas distintas, as quais serão relacionadas a seguir.

Primeira Etapa: Identificação do Tema e Seleção da Hipótese ou Questão de Pesquisa para Elaboração da Revisão Integrativa. Trata-se da escolha e definição do tema, objetivos e identificação das palavras-chave. Em suma, o processo de elaboração da pesquisa integrativa se inicia com a definição de um problema e a definição de uma hipótese ou questão de pesquisa que apresente relevância para a saúde e enfermagem.

Segunda Etapa: Estabelecimento dos Critérios de Inclusão e Exclusão de Estudos/Amostragem ou Busca na Literatura. Esta etapa está intimamente atrelada a etapa anterior, uma vez que a abrangência do assunto a ser estudado determina o procedimento de amostragem, ou seja, quanto mais amplo for o objetivo da revisão, mais seletivo deverá ser o revisor para a inclusão da literatura a ser considerada.

Terceira Etapa: Definição das Informações a Serem Extraídas dos Estudos Selecionados/Categorização dos Estudos. Esta etapa se caracteriza pela definição das informações retiradas de cada pesquisa, através de um instrumento para reunir e sintetizar as informações-chave.

Quarta Etapa: Avaliação dos Estudos Incluídos na Revisão Integrativa. Esta etapa é equivalente à análise dos dados, na qual há o emprego de ferramentas apropriadas para tal ação. Para garantir a fidedignidade da revisão, os estudos devem ser analisados detalhadamente e de forma criteriosa.

Quinta Etapa: Interpretação dos Resultados. Corresponde à fase da discussão dos principais resultados a luz da literatura disponível sobre o tema, procurando explicações para cada conotação diferente e/ou conflitante.

Sexta Etapa: Apresentação da Revisão/Síntese do Conhecimento. Nesta etapa, apresenta-se um apanhado das evidências disponíveis sobre a temática da pesquisa. A exposição deve ser clara e completa para permitir ao leitor avaliar criticamente os resultados encontrados (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

Dado o exposto, o presente estudo foi construído a partir da seguinte questão norteadora: “quais são as evidências científicas disponíveis na literatura brasileira em relação à assistência do enfermeiro no cuidado do paciente idoso pós alta hospitalar”.

Os dados foram coletados no mês de Novembro de 2022, utilizando a seguinte combinação de descritores: “Idoso”, “Urgência”, “Cuidado” e “Enfermagem”. Tais palavras-chave foram selecionadas no banco de Descritores em Ciências da Saúde (DeCS). Entretanto, estabeleceram-se como critérios de inclusão para a realização desse estudo artigos completos publicados no idioma português na base de dados online do *Scientific Electronic Library Online* (SCIELO), entre os anos de 2010 a 2022 e com a abordagem do tema proposto inicialmente. Em contrapartida, como critérios de exclusão utilizou-se a falta do tema proposto, publicações em língua estrangeira, anterior ao ano de 2010 e apresentados na forma de resumo.

Após a seleção das publicações iniciou-se um processo de leitura dos mesmos e organização das informações. Inicialmente, obtiveram-se treze artigos completos com a combinação das palavras-chaves. Após a menção dos critérios para a seleção dos trabalhos, resultou-se em uma amostragem de seis artigos para análise e discussão com a literatura.

4. RESULTADOS

4.1 Caracterização das publicações

São descritos no Quadro 1 os artigos selecionados, sendo destacados título, ano de publicação e principais resultados de cada estudo.

TÍTULO	ANO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Percepção dos profissionais que	2010	Apontou a falta de preparo da equipe em relação à pessoa

atuam na Estratégia de Saúde da Família quanto à assistência prestada aos idosos: revisão		idosa, ressaltando a dificuldade da estrutura organizacional e política. Além da falta de integralização do cuidado das equipes à assistência ao idoso
Atuação do enfermeiro no atendimento domiciliar ao paciente idoso: revisão integrativa de literatura	2015	Apontou a necessidade a importância do atendimento do idoso de forma integral tendo em vista que a atuação do enfermeiro no atendimento domiciliar neste ciclo de vida é muito importante para promover um envelhecimento bem-sucedido
Fragilidade no idoso: o que vem sendo produzido pela enfermagem	2011	Ressalta a importância que o enfermeiro desempenha um papel significativo no contexto da fragilidade, no desenvolvimento do cuidado individual e no suporte aos familiares e aos cuidadores dos idosos frágeis
Intervenções educativas para promoção da saúde do idoso: revisão integrativa	2018	Foram utilizadas diversas ações educativas pela equipe como por exemplo: orientações pedagógicas durante a consulta de enfermagem, acompanhamento domiciliar, aconselhamento com dinâmicas motivacionais, sessões educativas com

		estratégias lúdicas
Consulta de enfermagem ao idoso na atenção primária à saúde: revisão integrativa da literatura	2013	Mostrou-se a necessidade de criar um vínculo entre a equipe de enfermagem e o idoso, ressaltando sempre a necessidade que o enfermeiro desempenhe uma assistência de qualidade ao idoso
Revisão integrativa da literatura: assistência de enfermagem a pessoa idosa com HIV	2018	O presente trabalho evidencia a assistência de enfermagem ainda através de uma clínica baseada nos diagnósticos da NANDA com forte abordagem individualizante e baixa consideração dos aspectos sociais

Quadro 1: Caracterização dos artigos selecionados. **Fonte:** Os autores (2022).

5. CONCLUSÕES

Pouco se tem estudado sobre o assunto, todavia é um assunto o qual merece uma atenção, pois é uma fase da vida a qual todos iremos passar. Mesmo que ainda pouco utilizadas as atividades educativas demonstraram ser eficaz ao tratarmos desse assunto.

Ademais o estudo apontou a necessidade de uma equipe de enfermagem capacitada para que o atendimento ao paciente idoso ocorra da forma mais eficaz e de forma humanizada.

Mesmo o que o cenário apresente diversas dificuldades, é um trabalho que precisa ser desenvolvido de forma multidisciplinar levando em consideração o idoso e a família também, uma vez que na maioria dos casos o paciente já se encontra em estado de vulnerabilidade e fragilidade, sendo assim o papel da equipe é transparecer segurança para que o envelhecimento se dê de forma ativa, visando sempre a melhor qualidade de vida possível.

REFERÊNCIAS

CARVALHO, C. J. A.; *et al.* Percepção dos profissionais que atuam na Estratégia de Saúde da Família quanto à assistência prestada aos idosos: revisão integrativa da literatura. Rio de Janeiro, 2010. Disponível em: <https://www.scielo.org/pdf/physis/2010.v20n4/1307-1324/pt>

KLAKONSKI, E. A.; *et al.* Atuação Do Enfermeiro No Atendimento Domiciliar Ao Paciente Idoso: Revisão Integrativa Da Literatura. Curitiba, 2015. Disponível em: <https://periodicos.unicesumar.edu.br/index.php/saudpesq/article/view/3797/2522>.

LINCK, C. L.; *et al.* Fragilidade no idoso: o que vem sendo produzido pela enfermagem. Porto alegre, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rngenf/a/FXWFsxWpr8sn5GPMvMvj3pF/abstract/?lang=pt>

NOGUEIRA, L. T.; *et al.* Intervenções educativas para promoção da saúde do idoso: revisão integrativa. São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ape/a/TXmHSndpMG9vzTXh5SkWGNM/?lang=pt>

SILVA, K. M.; *et al.* Consulta de enfermagem ao idoso na atenção primária à saúde: revisão integrativa da literatura. Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbgg/a/Sf6pG5Fw9JzcfhsVBzWRS GP/?lang=pt>

SILVA, A. G.; *et al.* Integrative review of literature: nursing care to aged people with HIV. Rev Bras Enferm [Internet]. 2018;71(suppl 2):884-92. [Thematic Issue: Health of the Elderly. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7167-2017-0264>.

Capítulo 2

CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH E A VIVÊNCIA NO CONTEXTO INCLUSIVO

DOI: 10.29327/5190429.1-2

Helena Maria de Souza Dariva
Kelly Cristina Bicudo de Souza da Cunha
Lilian Lemos da Silva Guimarães
Raquel Venero Soares
Jhonata Jankowitsch

CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH E A VIVÊNCIA NO CONTEXTO INCLUSIVO

Helena Maria de Souza Dariva

Kelly Cristina Bicudo de Souza da Cunha

Lilian Lemos da Silva Guimarães

Raquel Venero Soares

Jhonata Jankowitsch

RESUMO

Esta pesquisa pretende abordar aspectos históricos do Transtorno de déficit de atenção e hiperatividade TDAH e algumas vivências no contexto inclusivo. É um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida. O TDAH é uma síndrome heterogênea, de etiologia multifatorial, dependente de fatores genéticos-familiares, adversidades biológicas e psicossociais, caracterizada pela presença de um desempenho inadequado nos mecanismos que regulam a atenção, a flexibilidade e a atividade motora. Diante desse cenário complexo em que se mostrou o do TDAH, aponta-se a necessidade de novos estudos que acompanhem a criança e sua família, de forma longitudinal, buscando compreender a dinâmica envolvida em tal relação, pois o contexto social em que a criança vive pode funcionar como desencadeador ou potencializador de diversas perturbações. Além dos sintomas, treinamentos mais diretos em habilidades sociais para pais já demonstram exercer papel importante no tratamento multidimensional e multidisciplinar dado ao transtorno. Para a inclusão se concretizar, é necessária uma mobilização em vários âmbitos, como o político, o social e o institucional, no entanto, como nossa proposta era discutir o papel do professor nesse processo, priorizamos a análise da importância de seu papel nesse contexto, ressaltando, contudo, que a questão da inclusão não pode ser tomada como responsabilidade unicamente do professor.

Palavras-chaves: TDAH; família; nutrição; professor.

ABSTRACT

This research aims to address historical aspects of Attention Deficit Hyperactivity Disorder ADHD and some experiences in the inclusive context. It is a neurobiological disorder, of genetic causes, which appears in childhood and often accompanies the individual throughout his life. ADHD is a heterogeneous syndrome, of multifactorial etiology, dependent on family-genetic factors, biological and psychosocial adversities, characterized by the presence of inappropriate performance in the mechanisms that regulate attention, reflexivity and motor activity. Faced with this complex scenario in which ADHD is shown, the need for new studies that follow the child and his family, longitudinally, seeking to understand the dynamics involved in such a relationship is

pointed out, since the social context in which the child lives can function as a trigger or potentiator of various disturbances. In addition to the symptoms, more directive training in social skills for parents has already been shown to play an important role in the multidimensional and multidisciplinary treatment given to the disorder. For inclusion to materialize, it is necessary to mobilize in various areas, such as the political, social and institutional, however, as our proposal was to discuss the role of the teacher in this process, we prioritized the analysis of the importance of their role in this context, emphasizing, however, that the issue of inclusion cannot be taken as the sole responsibility of the teacher.

Keywords: ADHD; family; nutrition; teacher.

1. INTRODUÇÃO

Por meio deste estudo, faremos algumas reflexões sobre o TDAH a partir dos artigos de alguns autores, com o objetivo de fundamentar a temática.

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é considerado pelos educadores um fator preocupante, principalmente na fase escolar. Caracterizado pelos sintomas de desatenção, impulsividade e hiperatividade, afeta de 3 a 5% das crianças. É um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida.

A Teoria do Desenvolvimento Dinâmico enuncia o TDAH como deficiência no processo de extinção de comportamentos, o que provoca comportamentos em excesso (denominados como hiperatividade) e aumento na variabilidade comportamental (interpretado como falha na inibição de respostas). Para essa teoria, o TDAH caracteriza-se fundamentalmente como um transtorno da motivação, isto é, pessoas com TDAH, sofrem de falta de motivação intrínseca que lhes permita permanecer em atividades percebidas como tediosas. A causa é parcialmente oriunda de deficiência no controle da atenção, além de deterioração das funções motoras.

Estudos comprovam que o transtorno é causado por uma pequena disfunção cerebral que torna a pessoa incapaz de pensar claramente, de ter um humor estável, de manter as fantasias e impulsos sob controle, de estar satisfatoriamente motivada na vida e de regular essa energia na proporção correta, dentro da situação em que se encontra. É importante mencionar que o transtorno de déficit de atenção com hiperatividade (TDAH) é um “problema de saúde mental”, “que afeta em torno de 3 a 6% da população de crianças de 7 a 14 anos” (BENCZIK; ROHDE, 1999, p. 37; 45).

Ao mesmo tempo em que a pesquisa avança, contornando obstáculos e galgando melhores resultados, o diálogo com a sociedade se faz necessário. O pesquisador pode contribuir para o treinamento de pais e de professores nos sintomas do TDAH, embora estes grupos não tenham conhecimento suficiente para dominar o diagnóstico. Ainda assim, pais e educadores são importantes aliados do psicoterapeuta no atendimento ao portador e na melhoria de sua qualidade de vida. Além dos sintomas, treinamentos mais diretos em habilidades sociais para pais já demonstram exercer papel importante no tratamento multidimensional e multidisciplinar dado ao transtorno.

Apesar de não existir cura, sua manifestação tende a diminuir com a idade e com o uso de medicação. Quando a criança inicia seu contato com a leitura e escrita, é necessário que mantenha sua atenção e concentração sustentados, a fim de que os objetivos pedagógicos possam ser alcançados.

2. METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa, exploratória, descritiva e explicativa. Além disso, por ser referente a uma revisão de literatura, pode-se também afirmar que ter um caráter bibliográfico, que de acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é aquela que é constituída de materiais já publicados, seja em livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais científicos, CDs ou outros materiais disponibilizados no meio virtual.

Desse modo, quase todas as pesquisas de âmbito acadêmico, em alguma etapa de sua construção recorre a abordagem bibliográfica, tanto é verdade que nas monografias desenvolvidas atualmente, existe um capítulo dedicado à fundamentação teórica do trabalho (GIL, 2017).

A pesquisa qualitativa interpreta os fatos da vida real das pessoas, as quais vivenciam, não sendo, limitados aos questionários, aos valores pressupostos impostos pelos pesquisadores em suas pesquisas (YIN, 2016).

A abordagem exploratória e a descritiva, segundo Marconi e Lakatos (2017) andam lado a lado, uma vez que a pesquisa exploratória traz ideias de assuntos que não são tão explorados, pautada em desenvolver hipóteses, além de descrever os fatos para esclarecer conceitos e ampliar a familiaridade do pesquisador com um fato para a realização de uma pesquisa mais futura.

Severino (2017) afirma que a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho,

mapeando as condições de manifestação desse objeto. Já a pesquisa explicativa registra e analisa os fenômenos estudados, de modo a identificar suas causas, tanto por meio da aplicação do método matemático, quanto por meio da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos, por isso, é o tipo de pesquisa que possui maior proximidade entre conhecimento e realidade (SEVERINO, 2017).

3. CONCEPÇÕES HISTÓRICAS DO TDAH

As primeiras referências à hiperatividade surgiram na literatura médica ao longo do século XVIII (LEITE, 2002). Porém, somente em 1900 o pediatra inglês George Still apresentou um caso clínico com características de déficit de atenção e hiperatividade (ROTTA, 2006), dando-lhe o nome de Defeito na Conduta Moral (LEITE, 2002). O quadro clínico do hiperativo começou a ser descrito de uma maneira mais sistemática somente no século XX. (ROHDE E BENCZIC, 1999).

O TDAH é um distúrbio bio-psicossocial, isto é, parece haver fortes fatores genéticos, biológicos, sociais e vivências que contribuem para a intensidade dos problemas experimentados. Ele é causado por um mau funcionamento da neuroquímica cerebral, provocado pela produção insuficiente de neurotransmissores (Dopamina, Noradrenalina) em certas regiões do cérebro (região parental posterior, sistema límbico, região frontal e sistema reticular ascendente) (TOPCZEWSKI, 2000).

A hiperatividade só é confirmada a partir de quando a criança começa a sua vida escolar, isso em média aos 05(cinco) anos de idade; Alguns fatores de desenvolvimento no início da infância como o bebê com dificuldades para dormir e para se acalmar, possam colocar essa criança no grupo de risco de ser uma criança hiperativa. “[...] Embora os profissionais não rotulem uma criança antes de ela ter no mínimo cinco anos [...]”(GOLDESTEIN, 1998,p.22.).

4. TRANSTORNO DO DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE (TDAH): O QUE OS EDUCADORES SABEM?

O Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) é considerado pelos educadores um fator preocupante, principalmente na fase escolar. Caracterizado pelos sintomas de desatenção, impulsividade e hiperatividade, afeta de 3 a 5% das crianças. É um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda a sua vida.

Apesar de não existir cura, sua manifestação tende a diminuir com a idade e com o uso de medicação. Quando a criança inicia seu contato com a leitura e escrita, é necessário que mantenha sua atenção e concentração sustentados, a fim de que os objetivos pedagógicos possam ser alcançados.

O TDAH é uma síndrome heterogênea, de etiologia multifatorial, dependente de fatores genéticos-familiares, adversidades biológicas e psicossociais, caracterizada pela presença de um desempenho inapropriado nos mecanismos que regulam a atenção, a flexibilidade e a atividade motora. Seu início é precoce, sua evolução tende a ser crônica, sem repercussões significativas no funcionamento do sujeito em diversos contextos de sua vida.

Caracterizado pelos sintomas de déficit de atenção, hiperatividade e impulsividade, esse transtorno pode ser classificado em quatro tipos:

- Tipo desatento – não enxerga detalhes, faz erros por falta de cuidado, apresenta dificuldade em manter a atenção, parece não ouvir, tem dificuldade em seguir instruções, desorganização, evita/não gosta de tarefas que exigem um esforço mental prolongado, distrai-se com facilidade, esquece atividades diárias;
- Tipo hiperativo/ impulsivo: inquietação mexer as mãos e os pés, remexer-se na cadeira, dificuldade em permanecer sentada, corre sem destino, sobe nos móveis ou muros, dificuldade em engajar-se numa atividade silenciosamente, fala excessivamente, responde perguntas antes delas serem formuladas, interrompem assuntos que estão sendo discutidos e se intrometem nas conversas;
- Tipo combinado: quando o indivíduo apresenta os dois conjuntos de critérios desatento e hiperativo/impulsivo;
- Tipo não específico, quando as características apresentadas são insuficientes para se chegar a um diagnóstico completo, apesar dos sintomas desequilibrarem a rotina diária.

É o transtorno neuropsiquiátrico mais diagnosticado na infância, persistindo até a idade adulta em torno de 60 a 70% dos casos. Acomete aproximadamente de 3 a 5% das crianças, sendo mais usualmente encontrado em meninos do que meninas, numa proporção de 3:15.

Na literatura, encontramos várias possíveis causas para o TDAH, tais como hereditariedade, substâncias ingeridas na gestação, sofrimento fetal, exposição ao chumbo, problemas familiares, entre outros. Porém, a probabilidade de que a criança tenha um diagnóstico de TDAH aumenta até 8 vezes se os pais também tiverem o

transtorno. A predisposição genética foi demonstrada em estudos usando famílias, casos de gêmeos e adoção.

Sobre os comportamentos que podem ser observados numa criança com TDAH foram citados: inquietação, dificuldade de aprendizagem, distração, desatenção, dificuldade de concentração, fala excessiva, não para sentado, repete a mesma coisa, agitação, mudança de humor, impulsividade, hiperatividade, dispersão, indisciplina, desajeitado, desmotivação, dificuldade de interação, dificuldade de memorização, irritabilidade, ansiedade, desinteresse, dificuldade em respeitar regras.

Geralmente o TDAH está relacionado a sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade, sendo estes manifestados nas crianças como segue: falta de persistência nas atividades cognitivas, falta de atenção, falta de concentração, estar no “mundo da lua”, tendência de ficar mudando de atividades sem acabá-las, agitação excessiva, desorganização, dispersão, imprudência, ficar remexendo as mãos e pés quando sentado, não parar quieto, responder perguntas antes de terem sido finalizadas, intromissão descabida, perder as coisas com facilidade.

Com relação ao tratamento do TDAH, este envolve uma abordagem múltipla, englobando intervenções psicossociais e psicofarmacológicas.

No âmbito das intervenções psicossociais, o primeiro passo deve ser educacional, por meio de informações claras e precisas à família a respeito do transtorno. Muitas vezes, é necessário um programa de treinamento para os pais, a fim de que aprendam a manejar os sintomas dos filhos. É importante que eles conheçam as melhores estratégias para o auxílio de seus filhos na organização e no planejamento das atividades. Por exemplo, essas crianças precisam de um ambiente silencioso, consistente e sem maiores estímulos visuais para estudarem.

O TDAH ainda é um assunto desconhecido pela maioria dos professores. As informações que necessitam de embasamento teórico, como causas, idade de manifestação, médico especialista, cura, tratamento e comorbidades, estão distantes dos docentes que, muitas vezes, lecionam exatamente para esse público. Já as questões que envolviam a prática de sala de aula, cujas respostas podiam ser resgatadas por acontecimentos do dia-a-dia, como prevalência sexual, capacidade de concentração e manifestações comportamentais, foram corretamente assinaladas, demonstrando a sensibilidade do educador mesmo quando não houve a busca pelo assunto em específico.

De acordo com a Revista Psicopedagogia 2010 o educador não tem conhecimento teórico suficiente para discorrer com propriedade sobre o TDAH, sua prática escolar lhe permite observar, analisar, levantar hipóteses e adaptar sua metodologia independente do que o sistema lhe oferece; possibilitando que esse aluno tenha suas diferenças respeitadas e seja realmente incluído na sala de aula regular.

Adaptar o ensino para crianças com TDAH o tratamento deve ser multidisciplinar, enfocando as áreas cognitiva, emocional, pedagógica e social. Além disso, observa-se que na maioria dos casos são usados medicamentos estimulantes, ou seja, psicoestimulantes (TOPCZEWSKI, 2000), que agem nos neurotransmissores, ativando ou desativando o sistema nervoso central, ajudando o paciente a concentrar-se ou fixar a atenção de uma maneira mais integral do que antes, podendo também nivelar os humores.

Sob esse pensamento, é importante mencionar que a criança hiperativa tem grandes dificuldades de trabalhar em grupo, pois interfere de modo inoportuno e extemporâneo, prejudicando o rendimento dos outros alunos. Nestas circunstâncias é rejeitada pelos colegas tanto para os trabalhos em conjunto como para as brincadeiras.

5. A VIVÊNCIA DE PROFESSORES NO PROCESSO DE INCLUSÃO DE ALUNOS TDAH

A vivência dos professores sobre os alunos com necessidades educacionais especiais, a análise dos preconceitos existentes e a conscientização dos professores sobre seu papel na inclusão são fatores importantes e determinantes para o processo de desenvolvimento educacional pleno desses alunos.

De acordo com Camisão, o empenho do professor na busca por resolver os problemas que se colocam em sua prática interfere, de forma decisiva, no desenvolvimento do aluno com necessidades especiais. Desta forma, o sucesso ou não da inclusão depende, em grande medida, das atitudes e crenças do professor.

Podemos recorrer à teoria da identidade de Ciampa, que diz que, antes mesmo de nascer, o indivíduo já está inserido em um mundo, em um grupo social, que lhe atribui uma série de expectativas, determinações e representações prévias, ou seja, o indivíduo já tem uma identidade pressuposta. Quando essas expectativas são mantidas pelo grupo, há uma reposição de algo que já está dado.

Para o indivíduo, superar a identidade pressuposta não é algo fácil. A superação implica o rompimento com aquilo que se configura como hábito padronizado, sobretudo

as representações. Nesse sentido, há que se pensar que os alunos com necessidades educacionais especiais têm uma entidade pressuposta, a qual é carregada de preconceitos e limitações, e o aluno precisa “nadar contra a corrente” para superar essa identidade que foi objetivada pela sociedade. Além das marcas que a “exclusão” causa no aluno, há que se pensar nos sentimentos vividos pelos professores que estão envolvidos em processos de inclusão, resultantes do insucesso, como sofrimento gerado pela vergonha e/ou culpa pelo sentimento de incompetência, por exemplo.

Logo, o entendimento da percepção e da vivência dos professores sobre os alunos com necessidades educacionais especiais, a análise dos preconceitos existentes e a conscientização dos professores sobre seu papel na inclusão são fatores importantes e determinantes para o processo de desenvolvimento educacional pleno desses alunos.

Freitas relata que uma materialização de políticas públicas que ofereça melhores condições de trabalho aos professores não é tarefa fácil e que necessita, principalmente, da participação dos próprios professores. Portanto, é necessário um maior envolvimento dos docentes na construção de políticas públicas, pois são eles que enfrentam as barreiras e dificuldades do dia-a-dia da sala de aula.

Incluir equivale a propiciar ao sujeito incluído o acesso a todos os bens de cultura oferecidos aos demais alunos. Logo, se é possível às demais crianças aprenderem, para que a inclusão se efetive, o aluno com necessidades especiais também deve acessar esses conhecimentos, apropriando-se deles e cabe à escola encontrar formas de promover essa apropriação.

Vygotsky também nos ajuda a compreender essa questão, quando traz a ideia de que o aluno com necessidades educacionais especiais é beneficiado sim com o processo de inclusão em seu aspecto cognitivo e social, pois ele não é menos desenvolvido do que aqueles que não possuem necessidades educacionais especiais, mas um sujeito que se desenvolve de outro modo. Portanto, o autor considera o aspecto individual do desenvolvimento do sujeito, em que cada um, dependendo de sua condição física, psicológica e social, desenvolve-se de forma singular, própria, mas sempre se desenvolve.

Em nenhum momento menciona o orientador, as professoras de Educação Especial, o diretor, os órgãos de saúde que têm parceria com a escola ou mesmo a família como parceira no encaminhamento das dificuldades que observa e vive com o aluno.

Segundo a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, a proposta de inclusão tem como objetivo: “Assegurar a inclusão escolar de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação, orientando os sistemas de ensino para garantir: acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino; transversalidade da modalidade de Educação Especial desde a educação infantil até a educação superior; oferta do atendimento educacional especializado; formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão; participação da família e da comunidade; acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação; e articulação intersetorial na implementação das políticas públicas.

A pesquisa de Eveline aponta a necessidade de considerar a especificidade e a necessidade de cada aluno, e não colocar todos os alunos como iguais.

Segundo Papalia, essas percepções depreciativas, que o professor tem do aluno, podem provocar grandes marcas em sua autoestima. Ou seja, esse julgamento depreciativo pode promover no aluno uma percepção de si como incapaz, cujas dificuldades nunca poderão ser superadas, e essa ideia de que o problema está nele pode persistir por todo o ciclo vital do sujeito. Portanto, o professor, quando não focaliza o potencial da criança, pode desmotivá-la não somente em seu processo de aprendizagem acadêmica, mas também em outros aspectos de seu desenvolvimento.

Para a inclusão se concretizar, é necessária uma mobilização em vários âmbitos, como o político, o social e o institucional, no entanto, como nossa proposta era discutir o papel do professor nesse processo, priorizamos a análise da importância de seu papel nesse contexto, ressaltando, contudo, que a questão da inclusão não pode ser tomada como responsabilidade unicamente do professor. Rohde (2003) propõe aos professores algumas estratégias no ambiente escolar no intuito de amenizar o problema da hiperatividade, tais como:

1. O professor pode proporcionar atividades e técnicas que instrumentalizem o aluno com TDAH a manejar de maneira mais eficaz suas dificuldades dentro de uma programação que inclua todos os alunos:
2. Reunir a turma para praticar estratégias de resolução de problemas, ajudando a desenvolver habilidades na resolução de conflitos; a conscientização é a chave

para controlar a impulsividade, pois é preciso aprender a parar e pensar antes de agir;

3. Ensinar hábitos de cooperação em situações reais;
4. Usar técnicas de relaxamento e ensinar técnicas de automonitoramento;
5. Quando houver necessidade de mediação, utilizar a abordagem cognitiva;
6. Fazer os encaminhamentos adequados (fonoaudiologia, acompanhamento psicopedagógico, psicoterapia cognitivo-comportamental) quando a situação assim o exigir.

Com isso, a presença do professor é muito importante para o desenvolvimento global da criança com TDAH, a disponibilidade de sistemas de apoio e oportunidades para se engajar em atividades que conduzem ao sucesso na sala de aula são essenciais para o aluno com esse diagnóstico, bem como, para a qualidade do processo de aprendizagem.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Déficit de Atenção/ Hiperatividade trata-se de um transtorno do neuro desenvolvimento manifestando-se por desatenção, desorganização e comportamentos de hiperatividade e/ou impulsividade.

O TDAH ainda é um assunto desconhecido pela maioria dos professores. As informações que necessitam de embasamento teórico, como causas, idade de manifestação, médico especialista, cura, tratamento e comorbidades, estão distantes dos docentes que, muitas vezes, lecionam exatamente para esse público.

Diante desse cenário complexo em que se mostrou o do TDAH, aponta-se a necessidade de novos estudos que acompanham a criança e sua família de forma longitudinal, buscando compreender a dinâmica envolvida em tal relação, pois o contexto social em que a criança vive pode funcionar como desencadeador ou potencializador de diversas perturbações. Acredita-se também serem necessários novos estudos que sistematizem e avaliam o serviço de saúde. Tais estudos poderão auxiliar na melhor adequação dos serviços às necessidades das crianças e familiares, apontando indicadores importantes, para a reestruturação dos mesmos e instrumentalizando os profissionais de saúde para o cuidado.

Portanto, vale ressaltar que não devemos sobrecarregar apenas à escola e principalmente o professor quando se tratamos das dificuldades de aprendizagem dentro de uma sala de aula. A participação dos pais e responsáveis é importante e cada aluno

carrega um universo próprio um trabalho multiprofissional para melhor eficácia. Essa pesquisa é um exemplo claro de que estas dificuldades não estão ligadas diretamente à qualidade de ensino de uma instituição e sim reflete uma série de variáveis possíveis. Essa variação é que compõem os valores estatísticos da prevalência do TDAH.

Ao mesmo tempo em que a pesquisa avança, contornando obstáculos e galgando melhores resultados, o diálogo com a sociedade se faz necessário.

REFERÊNCIAS

BENCZICK, E. B. P. **Transtorno de Déficit de Atenção/Hiperatividade: atualização diagnóstica e terapêutica**. São Paulo: Casa do Psicólogo. 2000.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 2017.

GOLDSTEIN, S. & GOLDSTEIN, M. **Hiperatividade: Como desenvolver a capacidade de atenção da criança**. Campinas, Papirus, 1998.

LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 8. ed. – São Paulo : Atlas, 2017.

ROHDE, L. A.; MATTOS, P. (Ed.). **Princípios e práticas em TDAH**. Porto Alegre: Artmed, 2003

ROHDE, L.A.P.; BENCZIK, E.B.P. **Transtorno Déficit de Atenção - O que é? Como ajudar?**. Porto Alegre. RS: Artes Médicas, 1999.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941 – **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. – 2. ed. – São Paulo : Cortez, 2017 4,4 Mb ; ePub.

TEIXEIRA, V. S. S. L. **Entendendo os portadores do TDAH**. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Distúrbios da Aprendizagem). Centro de Referência em Distúrbios de Aprendizagem, São Paulo, 2008.

TOPCZEWSKI, Abram. **Hiperatividade:** como lidar? São Paulo: Casa do Psicólogo, 2000..

YIN, Robert K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico] / Robert K. Yin ; tradução: Daniel Bueno ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016. e-PUB.



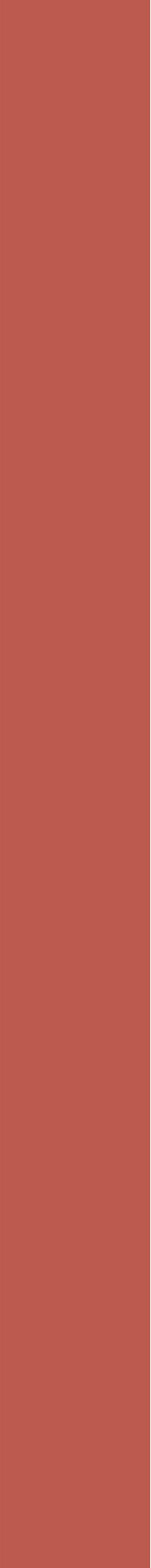


Capítulo 3

O CONTRATO DE TRANSPORTE TERRESTRE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DO TRANSPORTADOR

DOI: 10.29327/5190429.1-3

Tayana de Souza Bordalo



O CONTRATO DE TRANSPORTE TERRESTRE: CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIZAÇÃO DO TRANSPORTADOR

Tayana de Souza Bordalo

RESUMO

O presente trabalho realizara-se através de pesquisas com bases bibliográficas e documentais, objetivando analisar a matéria que envolve estipulação do contrato de transporte terrestre e a responsabilidade do transportador na relação de prestação de serviço inserida no contrato. A matéria será posta em atenção ao Decreto-Lei n.º 239/2003 de 4 de outubro e da Convenção Relativa ao Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias de 1956. No primeiro momento, buscara-se abordar o contrato de transporte terrestre de forma geral e, também, em alguns aspectos mais relevantes e necessários deste instituto jurídico. Em seguida, pretende-se estudar brevemente a responsabilização contratual do transportador sob a exegese do regime nacional português e sob a luz da Convenção perpassando, ainda, pelas causas de obrigação de indenização, cláusulas de exclusão de responsabilidade e cláusula limitativa do conteúdo contratual direcionadas a responsabilização do transportador. Por fim, tencionara-se observar, também, a responsabilidade contratual dolosa do transportador em relação às decorrências práticas das atitudes assumidas do prestador de serviço no contrato de transporte terrestre e as lacunas existentes no D.L 239/2003, lei que regula tal contrato em Portugal e, que podem ser complementadas pela completude da C.M. R..

Palavras-chave: Contrato; Transporte Terrestre; Responsabilidade do Transportador; Obrigação de Indenizar; Causas Exoneratórias.

ABSTRACT

The present paper will be carried out through bibliographic and documentary research, aiming to analyze the matter that involves stipulation of the land transport contract and the responsibility of the carrier in the relation of service provision inserted in the contract. The matter will be taken into account in Decree-Law no. 239/2003 of October 4 and the Convention Relating to the Contract of International Transport of Goods of 1956. In the first moment, it was sought to approach the ground transportation contract in general and also in some of the most relevant and necessary aspects of this legal institute. Next, it is intended to study briefly the contractual liability of the carrier under the exegesis of the Portuguese national regime and under the light of the Convention, furthering the causes of indemnity obligation, clauses of exclusion of liability and limiting clause of the contractual content directed to of the carrier. Finally, it was intended to also observe the intentional contractual liability of the carrier in relation to the practical consequences of the attitudes assumed by the service provider in the land

transport contract and the gaps in D.L 239/2003, which regulates such a contract in Portugal, and which can be complemented by the completeness of the C.M.R..

Keywords: Contract; Ground Transportation; Responsibility of the Carrier; Obligation to Indemnify; Exoneratory Causes.

1. INTRODUÇÃO

A essencialidade de se refletir sobre o contrato de transporte terrestre é válida e importante, uma vez que a prestação de serviço e a relação contratual que envolve tal atividade ocupa uma relevante importância na economia e no comércio, além assumir o papel fundamental de conectar pessoas/coisas em tempo e espaço sobre movimentação, seja em caráter nacional ou internacional. Assim, tem-se que reconhecer o papel fundamental do contrato de transporte terrestre, suas influências e consequências na economia e nas relações de consumo, pois o mundo inteiro utiliza-o, sendo diretamente ou indiretamente.

Neste sentido, considerando a relevância dos transportes terrestres e o alcance mundial deste tipo de prestação de serviço, fez-se necessário a afirmação da legislação regulamentadora voltada à matéria, com objetivos concretos visando à uniformização das questões voltadas às disposições a serem aplicáveis a relação comercial existente e, então, houve a criação, mais precisamente em 19 de maio de 1959, da Convenção Relativa ao Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada (C.M.R).

Após o marco inicial da regulamentação dos contratos de transporte terrestre na esfera internacional, observa-se que em Portugal, houve a necessidade de criação de legislação relativa ao Contrato de Transporte Terrestre, sendo assim disposta com inspiração na legislação supracitada, através do Decreto-Lei n.º 46 235 de 18 de Março de 1965. Em seguida, tal D.L foi posteriormente alterado pelo Protocolo de Genebra de 5 de Junho de 1978, sendo modificado e substituído pelo novo Decreto-lei n.º 28/88.¹ Assim, com o passar do anos, as relações comerciais e econômico-financeiras relativas ao contrato de transporte terrestre exigiam cada vez mais mecanismos dispostos e regulamentados por legislações especializadas na matéria.

Neste ínterim, em continuidade, no âmbito de Portugal, a matéria relacionada aos transportes terrestre foi, durante muitos anos, regulada pelo Código Comercial de Veiga Beirão e posteriormente foi disposta pelo atual Código Comercial vigente em

¹ O Decreto-Lei n.º 38/99 de 6 de Fevereiro transpõe a Directiva 96/26/CE de 29 de Abril de 1996, com as alterações da Directiva 98/76/CE de 1 de Outubro de 1998.

Portugal. Após, houve a aprovação e publicação do Decreto-Lei n.º 239/2003 (que revogou, por sua vez, o disposto na legislação anterior relativa ao contrato de transporte terrestre no Código Comercial), que trouxe como objetivo geral nova regulamentação para a matéria do contrato de transporte terrestre de mercadorias no território português.²

Ademais, observa-se que o Decreto-Lei 239/2003 trouxe vários avanços e buscou uniformizar as leis voltadas ao contrato de transportes terrestre em Portugal, tendo como diretriz principal o regime jurídico geral e similar da C.M.R, considerando em percurso as peculiaridades diversas mas não contrárias ao regime geral que serão, também, importantes pontos que se buscará analisar no presente trabalho pretendendo busca-se o objetivo central de conhecimento sobre o contrato de transporte terrestre.

Vale ressaltar, ainda, que pretende-se alcançar uma linha de interpretação válida sobre a responsabilização dos atos do transportador e como o regime jurídico português, voltado a matéria em apreço, propõe solucionar as questões relacionadas ao comportamento na relação jurídica do prestador de serviço de transporte (o transportador) que possa apresentar/ocasionar dolo, tendo por base o Decreto-Lei n.º 239/2003 e a Convenção Internacional (C.M.R).

No mais, tenciona-se, também, mesmo que brevemente, estender o olhar para o entendimento relativo às obrigações de resultado do transportador que devem ser diretamente conectadas à responsabilidade principal do transportador, que deve existir quando da prestação de serviço que estipula o contrato de transporte terrestre. Em continuidade, propõe-se, ainda, deslindar a relação contratual que envolve o transporte terrestre sob e a ponderação das possibilidades de existência da obrigação de indenizar, das causas exoneratórias e limitativas de conteúdo contratual.

Assim, após analisar os aspectos gerais do contrato de transporte terrestre e as questões apresentadas quanto à responsabilização do transportador dentro da relação de prestação de serviço, se buscara entender, mesmo que brevemente, a posição do ordenamento jurídico português em correlação a tentativa de solucionar as situações onde se devem estipular se o erro que o transportador possa vir a cometer dentro da relação jurídica, possa ser entendido como doloso ou justificável, no sentido de compreender também se tais atitudes podem acarretar consequências jurídicas de dolo ou culpa.

² GOMES, Manuel da Janúario da Costa. O direito de variação ou de controlo no transporte de mercadorias, in Temas de Direito dos Transportes, II, Almedina.2013. pp 28 ss.

Por fim, através de pesquisa bibliográfica e documental, se objetivará compreender o contrato de transporte terrestre através da análise das diretrizes do Decreto-Lei 239/2003 e da C.M.R, objetivando entender as questões que norteiam a responsabilidade direta e as consequências jurídicas que norteiam a prestação de serviço assumida pelo transportador.

2. CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O CONTRATO DE TRANSPORTE TERRESTRE

De acordo com as lições dispostas na doutrina³ portuguesa, o contrato de transporte pode ser entendido e consubstanciado por um acordo que firme assimilação consensual entre duas partes, onde uma destas, qual seja, o transportador⁴, se obriga a movimentar/deslocar coisas ou pessoas de um destino para o outro, onde deve ser considerado que tal ato deve estar voltado à prestação de serviço, geralmente remunerada⁵, de responsabilidade de atos do expedidor/transportador que assumiu a obrigação contratual.⁶

Vale ressaltar ainda, que o contrato de transporte terrestre possui formas livres⁷ e geralmente pode ser reconhecido através da manifestação de interesse das partes e, considera-se que a possível demonstração de irregularidade do ato negocial não anula a existência e a validade do contrato outrora firmado.

Assim, observa-se que o ato de transportar (que está inserido, como obrigação essencial⁸, no contrato de transportes estabelecido entre as partes) deve ser entendido na concepção da movimentação/transporte que proporciona a locomoção de pessoas ou de

³ Cfr. CORDEIRO, Antônio Menezes. Manual de Direito Comercial, 2ª Edição, Coimbra, Almedina, 2007, pp.711 e ss.; GONÇALVES, Luiz da Cunha. Comentário ao Código Comercial Português, Lisboa, Coimbra Editora, 1916, vol. II, p. 394. e ROCHA, Francisco Cordeiro da. O Contrato de Transporte de Mercadorias, Coimbra, Almedina, 2000, pp. 25 e ss.

⁴ Frisa-se neste ponto que no presente artigo pretende-se analisar as responsabilidades do transportador, mesmo que se compreenda que as duas partes tem deveres e poderes na relação jurídica que dispõe o contrato de transporte terrestre.

⁵ Sobre a possibilidade das partes condicionarem algum tipo de pagamento a prestação de serviço relativa ao contrato de transporte terrestre, tornando-o oneroso *vide* a decisão no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º JTRP00042005, disponível em www.dgsi.pt de 05.01.2009.

⁶ *Vide* SIVA, Suzana Tavares da. Notas sobre a regulação dos transportes: um apontamento crítico ao plano estratégico de transportes, in Novos Caminhos para o Direito dos Transportes, Cadernos IDET/6, Almedina, 2013, pp. 11-13.

⁷ Sobre a forma contratual livre de formas, *vide* lição de PINTO, Carlos Mota. Teoria Geral do Direito Civil, 4ª ed., por Antônio Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, Coimbra,

⁸ Cfr. sobre a obrigação nuclear do objeto contratual assumida pelo transportador do contrato de transporte terrestre: ANTUNES, José García. Direito dos contratos comerciais, Almedina, 2009. p. 749 ss.

bens/mercadorias⁹ dentro de um acordo que pode estipular tempo e espaço para efetivação do conjunto de ações inerentes ao ato de transportar.

Nesta percepção, temos que, através da celebração do contrato de transporte, o transportador assume a obrigação de providenciar a deslocação entre distâncias, de bens materiais ou de pessoas. Observa-se então, que a questão direta e posta é sobre a obrigação que o transportador assume em locomover determinado artigo/matéria ou pessoa, entre um local inicial até o destino final.¹⁰

Assim, em termos gerais, o transporte terrestre, de qualquer modalidade¹¹, possui liberdade de forma contratual e poderá assumir o caráter oneroso, mas também, poderá ser estipulado de forma gratuita, sendo que se for sem pagamento não haverá pesos remuneratórios atrelados à prestação de serviço de transporte e as obrigações são diversas das que serão tratadas no presente artigo. No entanto, é importante visualizar que o contrato de transporte sempre será dependente da manifestação expressa entre as partes inseridas na relação contratual.¹²

Neste sentido, outra questão a ser analisada no presente quesito dispõe sobre a visualização quanto às diferenças de obrigações estipuladas nos tipos diferenciados de contratos de transporte terrestre. Considera-se que a relação contratual de transporte terrestre poderá assumir o caráter oneroso ou gratuito e, assim, haverá diferenças no sentido obrigacional admitido pelo transportador, uma vez que, se o contrato for celebrado na modalidade onerosa, deve-se entender o surgimento da obrigação de transportar admitida pelo expedidor através de recompensa remuneratória resultando em um vínculo de reciprocidade entre as partes contratuais.¹³

Assim, sobre os aspectos gerais do contrato de transporte terrestre temos que perceber, em definição clara e direta, que tal relação jurídica gira em torno do ato de transportar pessoas ou bens¹⁴, de um local para determinado destino e, assim, gera-se a

⁹ Cfr. RODIÉRE, René, Le contrat de transport de marchandises terrestre et aérien — Harmonisation du Droit des Affaires dans les Pays du marché Commun, edit. Pedone, 1977, pp.126 e ss.

¹⁰ PROENÇA, Alfredo/PROENÇA, J. Espanha - Transporte de Mercadorias, 2ª Edição, Coimbra, Almedina, 2004, pp. 26 e ss.

¹¹ Existem modalidades de transporte terrestre, quais sejam: quanto ao objeto temos transporte de pessoas e mercadorias, quanto a via temos aéreo, marítimo, terrestre, rodoviário e ferroviário e quanto ao âmbito geográfico temos transporte interno e internacional. Sobre as diversas classificações do transporte cfr. *Vide* CORDEIRO, Antônio Menezes. introdução ao Direito dos transportes, separata ROA 68/I, 2008, 139 ss. (separata das i Jornadas de Lisboa de Direito marítimo, Almedina, 2008, pp 142 a 143 e Direito Comercial, 3.ª ed., Almedina, 2012, pp. 791 e 792.

¹² ROCHA, Francisco Costeira da . O Contrato de Transporte de Mercadorias, Coimbra, Almedina, 2000. pp. 30 e ss.

¹³ FARIA, Jorge Leite Areias de. Direito das Obrigações. Coimbra, Almedina, 2003, Volume I, pp. 223 e ss.

¹⁴ CORDEIRO, Antônio Menezes de. Direito Comercial, 3.ª ed., Almedina, 2012, p. 787.

obrigação de movimentação/transporte admitida pelo transportador, podendo assumir a forma onerosa ou gratuita. O elemento essencial¹⁵, para o devido alcance concreto da finalidade do contrato de transporte terrestre, deve estar voltado à obrigação na qual o transportador se compromete em realizar a movimentação de pessoas ou coisas, até o destino final de forma certa e eficaz.¹⁶

Perpassado pelos aspectos gerais/conceituais para melhor se compreender o contrato de transporte terrestre, percebeu-se a importância de trazer ao contexto, também, algumas breves considerações sobre a natureza jurídica desta relação contratual. Sendo assim, sabe-se que o contrato de transporte pode assumir natureza jurídica comercial ou civil, dependendo de suas características centras e de acordo com as partes celebrantes do contrato.

Vamos a isto, quando observamos o artigo 366º do Código Comercial Português, pode-se identificar a natureza jurídica mercantil do contrato de transporte terrestre. Assim, de acordo com o Código Comercial, temos que o transporte terrestre poderá assumir a natureza jurídica de transporte mercantil quando o transportador/conductor constitui ou faz parte de uma empresa, prestando serviço atrelado ao nome da empresa de transporte comercial.¹⁷ O transporte terrestre comercial é uma prestação de serviço onerosa, onde há o consentimento das duas partes com o objetivo de transportar/locomover algo ou pessoa.

No mais, quanto à possibilidade da natureza jurídica do contrato de transporte terrestre ser civil percebe-se o que se tem disposto nos artigos 46.º/3, 755.º/1 e 2, 797º e 938.º/1 todos do Código Civil Português, tem-se que a relação jurídica deva estar atrelada a condição ocasional do negócio entre as partes, devendo ser distante do exercício profissional (em regra) do transportador.

Assim, para que se perceba um contrato de transporte terrestre de natureza jurídica civil, podemos buscar alcançar a ideia de uma relação negocial, geralmente de

¹⁵ Sobre o elemento/obrigação essencial do tipo contratual *vide* MONTEIRO, Antônio Pinto. Cláusulas limitativas do conteúdo contratual. Almedina, Coimbra, 2002 pp. 258 e 259.

¹⁶ Cfr. sobre a cláusula de incolumidade implícita no contrato de transporte terrestre em MONTEIRO, Washington de Barros/MALUF, Carlos Alberto Dabus/SILVAS, Regina Beatriz Tavares da. Curso de Direito Civil, 5 — Direito das Obrigações, 2.ª Parte, 40.ª ed., edit. Saraiva, 2013, p. 379.

¹⁷ Artigo 230.º/7 do Código Comercial Português que estipula a natureza jurídica comercial do contrato de transporte terrestre se este for realizado sob a condição de prestação de serviço efetuada por empresa transportadora.

cunho oneroso, onde um transportador (não atrelado a empresas e sem exercer atividade profissional) locomoverá pessoas ou bens, de um local para o outro.¹⁸

Tendo em vista o disposto até o presente tópico, onde se objetivou, no primeiro momento, a averiguação, mesmo que brevemente, das características gerais e sobre a natureza jurídica do contrato de transporte terrestre, seguiremos então, em busca do entendimento principal do presente trabalho em torno do entendimento sobre o contrato de transporte terrestre e quanto à responsabilização do transportador perante a relação jurídica, sendo esta de natureza comercial ou civil, onerosa ou gratuita.

2.1 Prescrição no Contrato de Transporte Terrestre

Vale ressaltar a importância sobre a percepção da Prescrição nos Contratos de Transporte Terrestre, considerando, deste logo, que o D.L e a C.M.R apresentam prazos prescricionais diferentes para a relação jurídica em comento. No D.L o prazo prescricional está previsto no artigo 24.º e, por sua vez, a C.M.R traz consigo o prazo prescricional no artigo 32.º, n.º1.

Assim, temos que no D.L, o direito a indenização prescreverá no prazo de 1 ano, devendo ser contabilizado a partir da data da entrega da mercadoria ao destinatário ou da devolução da mercadoria ao expedidor, ou ainda, como disposto na lei, da data do trigésimo dia posterior à aceitação da mercadoria pelo transportador nos casos de perda total.

No caso, da prescrição prevista na C.M.R, tem-se que existem dois prazos previstos, quais sejam: no final três anos de prazo prescricional se houver conduta de caráter doloso ou de falta grave¹⁹, dita na lei ou considerada por decisão jurisdicionada, cometida pelo transportador e nos outros casos a prescrição ocorrerá tal como no D.L, no prazo de um ano.

Observa-se que, a C.M.R é mais completa do que o D.L, pois estabelece as questões de forma mais precisa para a determinação da prescrição no caso de contrato de transporte terrestre, dividindo-as em dois pontos e situações, onde que aconteça dolo ou falta grave e nas questões diversas quando que na legislação portuguesa, a prescrição é contada da mesa forma para todas as situações.

¹⁸ Ao abrigo da liberdade contratual nos contratos de transportes de natureza jurídica civil observa-se o artigo 405.º/1 do Código Civil, considerando também que além de oneroso, o contrato terrestre de natureza civil também poderá ser feito através da celebração de contratos de transporte gratuitos, de acordo com o artigo 1154.º, também do Código Civil.

¹⁹Cfr. Acórdão do Tribunal da Relação de Lisboa de 05.05.2009, n.º de processo 5925/2008-1, disponível em <http://www.dgsi.pt>. Acesso em: 03.01.2018.

Neste quesito, a C.M.R é mais completa em amplitude do que a lei portuguesa, uma vez a estipulação de prazos prescricionais diferentes para situações diferentes traz uma melhor segurança jurídica e separa justificadamente atos necessários de diferenciação para resguardar melhor os direitos do contratante e estabelecer de forma mais eficaz os deveres do transportador. O D.L 239/2003 deveria ser repensando neste quesito.

3. OBRIGAÇÕES DE RESULTADO DO TRANSPORTADOR

Como estudado no tópico anterior, quando nasce a estipulação de um contrato de transporte terrestre entre as partes, uma delas, qual seja o transportador, assumirá o dever de obrigação direto em relação a prestação de serviço de mobilidade, seja de pessoas ou coisas. Assim, neste quesito, se buscará um melhor entendimento sobre a obrigação de resultado do transportador perante o contrato de transporte terrestre.

Quando duas partes firmam o contrato de transporte terrestre, o transportador assume uma responsabilização direta essencial ao tipo do elemento contratual quanto à prestação de serviço, que deverá não somente ser cumprida, mas, também, deverá ser resolvida em condições certas para que os bens ou a pessoa consiga ser transportada com sucesso. O transportador, nesta relação jurídica, ao assumir o contrato de transporte criará o vínculo e estará obrigatoriamente responsabilizado pelo bem/pessoa transportada, assumindo também, a obrigação contratual de resultado certo.²⁰

Assim, temos que, o transportador, ao concordar de forma tácita com o contrato de transporte, estará assumindo diretamente a responsabilidade de proporcionar, de forma segura e eficaz, a locomoção da mercadoria a ser encaminhada da linha de partida até o destino final. O contrato de transporte se resolverá apenas quando se tiver cumprido a obrigação essencial assumida pelo transportador, qual seja, de entregar a mercadoria ao destinatário em perfeitas condições.²¹

A obrigação de resultado da entrega final do transportado, no contrato de transporte terrestre, é imponente e importante. O transportador sempre será obrigado a garantir o resultado de transportar e assim, proporcionar a deslocação para fins de

²⁰ FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de. Direito das Obrigações. Coimbra, Almedina, 2003, Volume I e II, pp 71 e ss. No mais, *vide* também a decisão no Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 27.03.1990, n.º convencional JTRP00012686; Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 20.05.2003, n.º convencional JTRP0003611 disponível em: www.dgsi.pt

²¹ ROCHA, Francisco Costeira da - O Contrato de Transporte de Mercadorias, Coimbra, Almedina, 2000, pp. 167 e ss.

entregar a coisa/pessoa para, então, atingir, o objetivo final do contrato do contrato de transporte.

Deve-se ter em voga que o ato de transportar é a razão central do contrato de transporte terrestre, entretanto, considera-se, também, que o alcance da finalidade da entrega da coisa/pessoa é igualmente fundamental para a conclusão da relação jurídica em apreço. O transportador deve locomover e entregar a mercadoria em pleno estado, do início ao fim do transporte²², sendo a obrigação essencial ao tipo contratual, o ato de transportar e a obrigação essencial ao fim contratual²³, o ato de entregar.

Neste sentido, percebe-se que a mercadoria deve ser entregue ao destinatário da mesma forma que o transportador a recebeu, para fins de proporcionar o início, meio e fim da obrigação contratual. Não se pode entender o contrato de transporte terrestre apenas com a noção do ato de locomover, pois a mercadoria deve chegar exatamente ao destino, da mesma forma e condições iguais da qual foi inicialmente entregue sob a responsabilidade do transportador.²⁴

Em continuidade, percebe-se que as obrigações de resultado estipuladas ao transportador se consubstanciam em um conjunto de atos que devem atender as obrigações essenciais ao tipo contratual e as obrigações essenciais ao fim contratual.²⁵ O contrato de transporte terrestre, também, gera ao transportador o compromisso de cumprir com essas obrigações de forma irrefutável e sob pena de descaracterização contratual, como na lição de Pinto Monteiro “não poderão excluir-se do contrato obrigações que constituam elementos essenciais do negócio típico ou nominado escolhido pelas partes, sob pena de total descaracterização do mesmo”.²⁶

No mais, o conjunto de deveres que devem ser realizados a fim de cumprir a obrigação contratual geral do transporte, também, gera deveres ao contratante/transportador (sendo um contrato de caráter bilateral), mas no presente

²² Assim é o entendimento da doutrina portuguesa quanto à obrigação de resultado que o transportador assume com a celebração do contrato *vide* decisão do Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 29.05.2008, n.º convencional JTRP00041470, disponível em: www.dgsi.pt

²³ Sobre a obrigação essencial ao fim contratual, cfr. MONTEIRO, Antônio Pinto. Cláusulas Limitativas do Conteúdo Contratual, Coimbra, Almedina, 2002, pp. 259 e ss.

²⁴ Lições sobre a obrigação contratual como um conjunto de atos *vide* ROCHA, Francisco Costeira da. O Contrato de Transporte de Mercadorias, Coimbra, Almedina, 2000. pp. 31 e ss.

²⁵ Sobre as obrigações essenciais ao tipo contratual e as obrigações essenciais ao fim contratual, as nobreslições de MONTEIRO, Antônio Pinto. Cláusulas limitativas do conteúdo contratual. Almedina, Coimbra, 2002. pp. 258 e ss.

²⁶ MONTEIRO, Antônio Pinto. Cláusulas limitativas do conteúdo contratual. Almedina, Coimbra, 2002 pp. 258.

trabalho,²⁷ pretende-se observar os deveres e obrigações de responsabilidade do transportador, que fazem parte do ato geral de transportar/movimentar. Os deveres do transportador, então, que assumem obrigações de resultado estão voltados à realização de ações como a guarda, proteção, locomoção em segurança para que nada de indesejável aconteça com a coisa/pessoa transportada, devendo ser de total atenção do transportador²⁸.

Neste ínterim, percebe-se também, que o transportador assume o dever de custodiar o bem/pessoa em transito, para além da proteção (sendo duas ações diferentes que devem se complementar sem exclusões nas atitudes promovidas pelo transportador) do e, em obrigação complementar da obrigação principal do contrato sob situação que cause indenização, caso não cumpra devidamente.²⁹

Assim, todos os deveres direcionados a ação do transportador devem respeitarem seguir o princípio da boa fé contratual, devendo ser presente e constante em todas as fases da relação jurídica. Todos os deveres do transportador devem estritamente prestar requisitos coerentes a ao princípio da boa-fé contratual³⁰ seja na fase pré-contratual, durante a prestação de serviço (fase contratual) e, ainda, na fase pós-contratual.³¹

Destarte, temos então, que no quesito da responsabilidade do transportador em alcançar os resultados postos na relação contratual de transporte terrestre, causam a existência de deveres especiais, como, também: o ónus de comunicação e de informação, devendo ser realizado pelo transportador.³²

Neste sentido, observa-se que a obrigação de resultado do transportador deve seguir em cumprimento os deveres essenciais e acessórios ao objetivo central e ao alcance fim da situação estipulada no contrato, tendo atenção ao princípio geral contratual da boa-fé.

O transportador obriga-se, assim, a inúmeros deveres concretos e tais podem até variar de acordo com o objeto do contrato, mas deve, sempre cumprir cada dever para

²⁷ O Contrato de transporte terrestre cria deveres e obrigações às duas partes da relação jurídica, no entanto, frisa-se que no presente trabalho, se objetivará entender a responsabilização do transportador, tendendo analisar apenas os deveres incumbidos a prestação de serviço proporcionada pelo transportador.

²⁸ BASTOS, Nuno Manuel Castello-Branco - Direito dos Transportes, IDET, Cadernos nº 2, Coimbra, Almedina, 2004, pp.48 e ss.

²⁹ Cfr. GARRIGUES, Joaquin, Curso de Derecho Mercantil, 4ª edição, Madrid, Tomo II. pp.229 e ss.

³⁰ Observa-se, através do artigo 15.º, 16.º e 12.º do Código Civil, a proibição e nulidade de cláusulas contrárias ao princípio da boa-fé

³¹ Temos que na fase pré-contratual, deve-se observar o art. 227.º do Código Civil e na fase contratual e pós-contratual, visualiza-se os elementos do art. 762.º, n.º 2, também do Código Civil.

³² Artigos 5.º e 6.º da LCCG.

que se objetive alcançar o fim efetivo da relação contratual de transporte terrestre com proteção sob atenção, em caso de descumprimento, ser obrigado a indenizar a outra parte, qual seja, o contraente do serviço de transporte.

4. A OBRIGAÇÃO DE INDENIZAÇÃO E A CLÁUSULA DE EXONERAÇÃO NO CONTRATO DE TRANSPORTE TERRESTRE

Neste tópico, após a breve análise sobre o Contrato de Transporte Terrestre e a visualização das obrigações de resultado do Transportador, pretende-se abordar, ainda que rapidamente, as situações em que o transportador pode ser obrigado a indenizar a outra parte contratual em decorrência da sua responsabilização direta e assumida ao celebrar o contrato de transporte terrestre.

Vale ressaltar, que se terá por base legislativa, no presente quesito, o Decreto-Lei n.º 239 de 2003 e a C.M.R, afim de melhor delimitação para o entendimento na questão contratual aqui estudada. A obrigação de indenizar o contraente contratual pode ser voltada tanto ao expedidor como ao destinatário do serviço, sendo considerável cada situação e cada ato cometido pelo transportador, além de se atentar, também, as causas de exoneração.

Neste interim, temos a legislação que rege a obrigação de indenização do transportador prevista em ambos os diplomas jurídicos mencionados no presente trabalho, onde lê-se a obrigação de indenizar o transportador será responsabilizado nos termos do artigo 17.º do D.L 239/2003 e do artigo 17.º da C.M.R. Quanto as causas de exoneração de responsabilidade, temos previsão legal de exclusão no artigo 18.º do D.L 239/2003 e no artigo 17.º da C.M.R, onde lê-se exclusão de responsabilidade nas causas de exoneração.

Assim especificamente, temos que, de acordo com o artigo 17.º do Decreto-Lei n.º239 de 2003, o transportador deve ser responsabilizado em certas situações caso ocorra dano, quais sejam: perda total ou parcial, avarias de qualquer espécie que estejam totalmente relacionadas a todo movimento de recebimento, caminho e entrega efetuado pelo transportador, considerando também a possibilidade de responsabilização pelademora na entrega ao destinatário.³³

Frisa-se aqui, em importância, que de acordo com o n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei, será de responsabilidade do transportador o conjunto de atitudes e omissões relacionadas ao objeto contratual, sendo de cunho pessoal ou se realizadas por

³³ Cfr., número 1 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º239 de 2003.

empregados ou qualquer outra pessoa (por terceiros encaminhados pelo transportador) que tenha ficado a cargo de transportar.

Outro ponto importante a ser colocado é sobre a demora da entrega do bem/pessoa a ser transportado, sendo também de total responsabilidade assumida do transportador. De acordo com o n.º 1 do art. 19.º do Decreto-Lei, a demora será caracterizada quando o bem transportado não for entregue no prazo de 7 dias, contando do aceite do recebimento pelo destinatário ou quando não tenha prazo certo estipulado no contrato, sendo também, responsabilidade do transportado

r. Neste sentido, temos também a responsabilização do transportador na situação onde que se o prazo de entrega não for cumprindo em 15 dias (sendo contabilizado a partir da data do aceite da mercadoria) e, de acordo com o n.º 2 do artigo 19.º do Decreto-lei, haverá a desconsideração do objeto transportado, sendo considerada a perda total do mesmo.

Em continuação, observa-se que na relação contratual de transporte terrestre existe a possibilidade de existência da cláusula de exoneração. O art. 18.º dispõe sobre possibilidade das causas válidas para exoneração de responsabilidade relativas ao transportador (excluindo-se a responsabilidade), sendo direcionada as situações do art. 17.º (em relação a natureza jurídica do vício, culpa, casos fortuitos ou de força maior) onde que em tais casos expressos na legislação, o transportador poderá valer-se das causas de exoneração para se justificar e, em consequência, excluir-se da responsabilidade.³⁴

Outra situação a ser colocada e pensada no contexto apresentado versa sobre a situação de se houver a possibilidade de o bem transportado sofrer alguma perda ou avaria, por defeitos alheios a vontade do transportador, como por exemplo: defeito de fabrico na embalagem³⁵ ou riscos inerentes e particulares³⁶ do uso de veículos abertos haverá a causas de exoneração de responsabilidade. No entanto, de acordo com o n.º 3, vale ressaltar que o transportador resta proibido de justificar a sua responsabilidade em causa de exoneração quando ocorra dano ao bem transportado por motivos de avaria/defeito no veículo/meio utilizado para a realização do transporte.

Em continuação, na análise ao n.º 4 do artigo 17.º da Convenção, visualiza-se que existe a possibilidade de exoneração de responsabilidade do transportador caso

³⁴ Vide lições de COSTA, Mário Júlio de Almeida, - Direito das Obrigações, 12ª Edição, Coimbra, Almedina, 2009. Pp. 639 e ss.

³⁵ n.º 2, a do artigo 18.º do D.L 239/2003.

³⁶ n.º 4 a do artigo 17.º da C.M.R.

aconteça situação de perda ou avaria do bem transportado, resultante de riscos inerentes ao uso de veículos abertos/não cobertos (para efetuar o transporte/movimentação do bem por necessidade inerente da coisa/ser transportado) sendo que, por óbvio, previamente ajustado em cláusula contratual de anuência entre partes pertencentes a relação jurídica.³⁷

Assim, no âmbito das situações enumeradas no n.º 2 e n.º 4 do artigo 17.º da C.M.R, em relação as causas exoneratórias em prol do transportador previstas no artigo n.º 18 da C.M.R, observa-se que, na prestação de serviço de transporte que venha ocorrer algumas das hipóteses prevista na legislação em relação a carga a ser transportada, caberá ao transportador o ônus probatório para o alcance da exclusão de responsabilidade por causa exoneratória.³⁸

No mais, em continuidade, outra questão importante quanto às causas de exoneração e sobre a obrigação de indenizar destinadas ao transportador, observa-se a situação posta no n.º 4 do artigo 17.º, onde a legislação estipula que se o meio de realização do transporte for como, por exemplo, um veículo equipado de maneira a receber influência de meios externos como o sol e a chuva, variações de temperatura e afins e houver dano ao bem transportado poderá o transportador beneficiar-se apenas da alínea do artigo supracitado.³⁹

Tendo em vista tudo que fora exposto até o presente tópico do trabalho, viu-se necessário abordar, mesmo que brevemente, a questão da obrigação de indenizar e as causas de exoneração nos dois regimes jurídicos que baseia o presente estudo. As diferenças e as similaridades entre o D.L 239/2003 e a C.M.R (termos diferentes porém complementares), no quesito referente as obrigações de indenização e cláusulas exoneratórias são importantes pontos a serem considerados quando se pretende celebrar o contrato de transporte terrestre para que sejam expostos e ressalvados todos os direitos das partes.

³⁷ Observa-se neste quesito que a presunção do art. 18.º da D.L 239/2003, não se aplicará nesta situação, considerando se houver falta de uma importância anormal ou perda de volume no bem/ser transportado.

³⁸ PEREIRA, Mónica Alexandre Soares. O Contrato de Transporte de Mercadoria Rodoviário – A Responsabilidade do Transportador. Orientação do professor Doutor Paulo de Tarso da Cruz Domingues. Universidade do Porto, Faculdade de Direito, Julho de 2011, p.20. disponível em: <file:///C:/Users/USER/Desktop/ARTIGOS%20DOUTORAMENTO/PINTO%20MONTEIRO%20-%20CONTRATOS/TESE%20DE%20MESTRADO%20CONTRATO.pdf>. Acesso em: 03.01.2018.

³⁹ Para que o transportador se exonere neste caso, deve fazer prova de que foram tomadas devidamente todas as medidas que lhe competiam quanto à escolha, manutenção e uso dos equipamentos e que acatou as instruções especiais que lhe foram dadas, nos termos do n.º 4, art. 18.º.

Para melhor compreender tal lição, fez-se necessário trazer as palavras de Soares Pereira:

Contrapondo em termos resumidos o estatuído sobre a obrigação de indemnizar e as causas de exoneração de ambos os regimes constatamos que no que diz respeito à obrigação de indemnizar o Decreto-Lei n.º 239/2003 estabelece um regime mais alargado de responsabilização do transportador ao abranger também os actos e omissões cometidos pelos seus empregados, agentes, representantes ou outras pessoas a quem se tenha servido para executar o transporte. E que no concerne às causas de exclusão da responsabilidade é a C.M.R. que estatui um maior leque de causas de exoneração da responsabilidade do transportador do que o regime do Decreto-Lei n.º 239/2003.⁴⁰

Considera-se de extrema importância que as partes celebrantes do contrato de transporte terrestre tenham total conhecimento de seus deveres e poderes que regue tal relação jurídica e, neste quesito, buscou-se compreender as formas mais importantes que podem obrigar o transportador a indenizar ou excluir a sua responsabilidade por causas exoneratórias e limitativas.

4.1 A responsabilidade do Transportador – O Dolo

Neste quesito, por fim, entende-se importante, mesmo que brevemente, observar os critérios diretos da responsabilidade do transportador e as consequências jurídicas da relação contratual relacionada à prestação de serviço do transporte terrestre. Assim, o transportador, quando assume a responsabilidade de locomoção de bens ou pessoas, deve estar atento a todos os atos obrigatórios, como já exposto acima, para a execução perfeita do contrato, caso aconteça algum erro, o transportador poderá incorrer em conduta dolosa.

Ocorre que, se houver perda ou avaria no movimento de locomoção/transporte do bem/ser e que a causa seja decorrente de ato tipificado como doloso e de responsabilidade única do transportador, haverá dever ativo de incumbência do

⁴⁰ PEREIRA, Mónica Alexandre Soares. ob. cit. pp. 20 a 21.

transportador, não podendo fazer valer das causas de exoneração ou limitativas do conteúdo contratual, discutidas no tópico anterior, a fim de se abster do ocorrido.⁴¹

Neste sentido, observa-se que, se houver dolo configurado de responsabilidade do transportador, não haverá possibilidades de escusas exoneratórias. A legislação vigente em Portugal, de acordo com o art.21.º do D.L 239/2003, dispõe que em caso de atuação dolosa identificada por parte do transportador, não haverá possibilidades de exclusão de responsabilidade pautada nas causas exoneratórias e limitativas.

A este viés, percebe-se que a legislação portuguesa reduziu-se a estipular a situação quanto ao dolo, pois não estipulou diretamente quais as atitudes do transportador que podem ser entendidas como dolosas. O D.L 239 de 2003 possui essa falha quanto a caracterização do que se pode entender por ato doloso dificultando a aplicação da responsabilidade pela situação ao transportador.

Assim, diferentemente do que se percebe na C.M.R, em seu artigo 29.º n.º 1, que trouxe para a legislação internacional, também, a previsão da estipulação de situação que cause a responsabilidade total do transportador quando identificado atuação de caráter doloso, para além ainda, dispõe sobre as situações características de dolo e nos casos em que as decisões judiciais (possam entender como dolosas em que a lei do foro determinar de caráter doloso), afirmando mais ainda que o transportador não poderá se “esconder” atrás das causas limitativas e exoneratórias, devendo sempre ser responsabilizado se o dolo for confirmado.⁴²

Por fim, vale ressaltar e confirmar novamente que as causas de exoneração e limitativas de responsabilidade não podem ser aplicadas em prol do transportador nos

⁴¹ Sobre o dolo identificado na atitude do transportador refere o art. 21.º do D.L. n.º 239\2003 que “Sempre que a perda, avaria ou demora resultem de actuação dolosa do transportador, este não pode prevalecer-se das disposições que excluem ou limitam a sua responsabilidade.” e, ainda, o art. 29.º, n.º 1 da C.M.R. que “O transportador não tem o direito de aproveitar-se das disposições do presente capítulo que excluem ou limitam a sua responsabilidade ou que transferem o encargo da prova se o dano provier de dolo seu ou de falta que lhe seja imputável e que, segundo a lei da jurisdição que julgar o caso, seja considerada equivalente ao dolo.”

⁴² No o D.L 239/2003 observa-se que existem apenas a colocação de responsabilização por ação dolosa, não sendo posto na legislação o que se caracteriza como comportamento doloso, diferentemente da previsão de ação dolosa na C.M.R, onde há disposição da situação de dolo e na medida em que estatui a exclusão em caso de dolo e nos casos em que a lei do foro equipare o comportamento a um comportamento doloso diretamente sobre quais as atitudes dolosas a serão consideradas *vide* PEREIRA, Mónica Alexandre Soares. O Contrato de Transporte de Mercadoria Rodoviário – A Responsabilidade do Transportador. Orientação do professo Doutor Paulo de Tarso da Cruz Domingues. Universidade do Porto, Faculdade de Direito, Julho de 2011, p.23 e ss. disponível em:

<file:///C:/Users/USER/Desktop/ARTIGOS%20DOUTORAMENTO/PINTO%20MONTEIRO%20-%20CONTRATOS/TESE%20DE%20MESTRADO%20CONTRATO.pdf> . Acesso em: 03.01,2018.

e
GODINHO, Adriano Marteleto – “A Responsabilidade do Transportador Rodoviário de Mercadorias” In Temas de Direito Marítimo, vol. I, coordenado por COSTA GOMES, M.J., Almedina, 2010, p.139.

casos em que reste configurada atuação dolosa ou, ainda, nas situações em que ocorra falta grave, por responsabilidade do transportador.⁴³

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente texto pretendeu abordar, mesmo que brevemente, o desafio de analisar as considerações gerais sobre os aspectos introdutórios do contrato de transporte terrestre. Buscou-se expor os pontos gerais e mais importantes referentes ao contrato de transporte e quanto à responsabilidade contratual do transportador, tendo por bases duas legislações relevantes para matéria, o Decreto-Lei n.º 239/2003 e a C.M.R.

Neste íterim, primeiramente, foi importante trazer ao contexto questões relativas ao contrato de transporte terrestre, como a existência da liberdade de forma contratual, quanto aos tipos de relações onerosas ou gratuitas do transporte, a breve diferenciação do contrato comercial do não comercial. Em seguida, observou-se as obrigações de resultado inerentes ao transportador quando da contração do contrato de transporte terrestre.

Observou-se, também, a questão prescricional do C.T.T, onde existe uma diferença significativa entre a lei portuguesa e o C.M.R quanto a estipulação de prazos direcionados a cada situação. Neste quesito, frisa-se a importância do D.L ser reformado, uma vez que o mesmo não faz qualquer diferença em relação aos prazos de situações de identificada conduta dolosa do transportador, deixando entender um possível benefício para o transportador que seja parte em um processo de responsabilização por conduta dolosa, como se fosse qualquer outro processo.

Ressaltou-se as questões relativas à responsabilidade contratual do transportador buscando-se a análise sobre as causas gerais que fazem nascer a obrigação para indenizar conjuntamente com as questões apresentadas relativamente as causas de exoneração e as que limitam a responsabilidade do transportador na atividade de locomover/transportar. Assim, visualizou-se a questão, também, de que o Decreto-Lei 239/2003 (legislação dedicada e responsável pela matéria de contrato terrestre em Portugal, ou seja, em âmbito nacional) não abrangeu todas as normas estipulada pela C.M.R, criando alguma lacunas na legislação nacional.

Assim, quanto à questão de responsabilidade do transportador, percebeu-se

⁴³ De acordo com art. 29.º n.º 1 da C.M.R., as causas de exoneração e limitação da responsabilidade não se aplicam em caso de dolo ou de falta grave que se lhe seja equiparável segundo a jurisdição do foro.

também, que quando existirem ações de caráter doloso configurado de atos derivados do transportador não há estipulação direta das características desses atos na legislação nacional, abrindo novas questões a serem pensadas e revisadas nesse quesito. Na C.M.R, mais precisamente no artigo 29.º, encontra-se previsto, explicitamente, as condutas que podem ser configuradas como atitudes dolosas sendo realizadas pelo transportador.

Ocorre que, o D.L não trouxe consigo esta norma de forma apropriada, devendo ser revisto para que não haja lacunas nas decisões sobre a consideração de conduta dolosa de responsabilidade do transportador, assim como está diretamente expresso no artigo 29.º da C.M.R. Deve-se tomar atenção quanto a ocorrência de situação dolosa de negligência consciente praticada pelo transportador, devendo o mesmo ser punido, pois cometeu um ato grave e não podendo valer-se, de forma alguma, de algumas causas exoneratória ou limitativa de responsabilidade.

Assim, pretende-se chamar atenção para essa lacuna na legislação portuguesa quanto à características dolosas da responsabilidade do transportador, que deveriam estar, diretamente postas no Decreto-lei 239/2003. O Contrato de transporte terrestre é uma relação jurídica onde a prestação de serviço deve alcançar um resultado, não deveriam existir dúvidas quanto às responsabilidades de caracterização da conduta dolosa prevista ao transportador, uma vez que, o mesmo deve ser devidamente punido, sem dúvidas se incorrer em conduta dolosa.

ABREVIACÕES

D.L – Decreto-Lei 239 de 2003

C.M.R - Convenção Relativa ao Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada.

C.T.T – Contrato de Transporte Terrestre

REFERÊNCIAS

ANTUNES, José García. Direito dos contratos comerciais, Almedina, 2009.

BASTOS, Nuno Manuel Castello-Branco - Direito dos Transportes, IDET, Cadernos nº 2, Coimbra, Almedina, 2004.

CORDEIRO, Antônio Menezes. Manual de Direito Comercial, 2ª Edição, Coimbra, Almedina, 2007.

COSTA, Mário Júlio de Almeida, - Direito das Obrigações, 12ª Edição, Coimbra, Almedina, 2009.

- CORDEIRO, Antônio Menezes de. Direito Comercial, 3.^a ed., Almedina, 2012.
- FARIA, Jorge Leite Areias de. Direito das Obrigações. Coimbra, Almedina, 2003, Volume I.
- FARIA, Jorge Leite Areias Ribeiro de. Direito das Obrigações. Volume I. Coimbra, Almedina, 2003.
- GOMES, Manuel da Januário da Costa. O direito de variação ou de controlo no transporte de mercadorias, in Temas de Direito dos Transportes, II, Almedina, 2013.
- GODINHO, Adriano Marteleto – “A Responsabilidade do Transportador Rodoviário de Mercadorias” In Temas de Direito Marítimo, vol. I, coordenado por COSTA GOMES, M.J., Almedina, 2010,
- GONÇALVES, Luiz da Cunha. Comentário ao Código Comercial Português, Lisboa, Coimbra Editora, 1916, vol. II, p. 394. e ROCHA, Francisco Cordeiro da. O Contrato de Transporte de Mercadorias, Coimbra, Almedina, 2000.
- PEREIRA, Mónica Alexandre Soares. O Contrato de Transporte de Mercadoria Rodoviário – A Responsabilidade do Transportador. Orientação do professor Doutor Paulo de Tarso da Cruz Domingues. Universidade do Porto, Faculdade de Direito, Julho de 2011, p.20. disponível em:
<file:///C:/Users/USER/Desktop/ARTIGOS%20DOUTORAMENTO/PINTO%20MONTEIRO%20-%20CONTRATOS/TESE%20DE%20MESTRADO%20CONTRATO.pdf> .
 Acesso em: 03.01.2018.
- MONTEIRO, Antônio Pinto. Cláusulas limitativas do conteúdo contratual. Almedina, Coimbra, 2002.
- MONTEIRO, Washington de Barros/MALUF, Carlos Alberto Dabus/SILVAS, Regina Beatriz Tavares da. Curso de Direito Civil, 5 — Direito das Obrigações, 2.^a Parte, 40.^a ed., edit. Saraiva, 2013.
- PINTO, Carlos Mota. Teoria Geral do Direito Civil, 4.^a ed., por Antônio Pinto Monteiro e Paulo Mota Pinto, Coimbra Editora, Coimbra, 2005.
- PROENÇA, Alfredo/PROENÇA, J. Espanha - Transporte de Mercadorias, 2.^a Edição, Coimbra, Almedina, 2004.
- RODIÈRE, René, Le contrat de transport de marchandises terrestre et aérien — Harmonisation du Droit des Affaires dans les Pays du marché Commun, edit. Pedone, 1977.
- ROCHA, Francisco Costeira da. O Contrato de Transporte de Mercadorias, Coimbra, Almedina, 2000.
- SIVA, Suzana Tavares da. Notas sobre a regulação dos transportes: um apontamento crítico ao plano estratégico de transportes, in Novos Caminhos para o Direito dos Transportes, Cadernos IDeT/6, Almedina, 2013.

JURISPRUDÊNCIA

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto n.º JTRP00042005 de 05.01.2009, disponível em www.dgsi.pt.

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 27.03.1990, n.º convencional JTRP00012686; disponível em: www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 20.05.2003, n.º convencional JTRP0003611 disponível em: www.dgsi.pt

Acórdão do Tribunal da Relação do Porto de 29.05.2008, n.º convencional JTRP00041470, disponível em: www.dgsi.pt

LEGISLAÇÃO

Código das Sociedades Comerciais, 18.ª Edição, Almedina, 2007.

Código Civil, Almedina, 2007. Código da Insolvência e da Recuperação de Empresas, Almedina, 3.ª Edição, 2005.

Convenção Relativa ao Contrato de Transporte Internacional de Mercadorias por Estrada (C.M.R.), disponível em <http://www.torrestir.pt/fotos/gca/1132335559convencaoocmr.pdf>.

Decreto-Lei n.º 239/2003 de 4 de Outubro disponível em <http://www.citymover.pt/files/decreto-lei-239-2003.pdf>.

Capítulo 4

MÉTODO TRADICIONAL X METODOLOGIAS ATIVAS: UM DEBATE QUE VAI ALÉM DAS DIVERGÊNCIAS E POSSIBILIDADES

DOI: 10.29327/5190429.1-4

Fábio José Brito dos Santos
Helano de Jesus Corrêa
Joalice Ribeiro Santana
Poliana Sabóia Vieira
Renata Moraes Fernandes
Jonatha Pereira Bugarim

MÉTODO TRADICIONAL X METODOLOGIAS ATIVAS: UM DEBATE QUE VAI ALÉM DAS DIVERGÊNCIAS E POSSIBILIDADES

Fábio José Brito dos Santos

Helano de Jesus Corrêa

Joalice Ribeiro Santana

Poliana Sabóia Vieira

Renata Moraes Fernandes

Jonatha Pereira Bugarim

RESUMO

Os processos de aprendizagem vão se reformulando cronologicamente, conseqüentemente surgem novas possibilidades didáticas, em virtude disso a metodologia ativa vem ganhando mais popularidade dentro do contexto escolar, entretanto os métodos tradicionais também se firmam de modo enraizado e pautado na agenda de uma parcela significativa de professores. Por conseguinte, surge a problematização desse estudo, visando uma discussão sobre as perspectivas dissenção entra ambas metodologias abordadas nas escolas. O objetivo central desse estudo consiste em debater os entraves na imersão das metodologias ativas em oposição as fórmulas tradicionais. Nesse estudo realizou-se uma revisão bibliográfica, elencando autores clássicos e modernos que enfatizam essa temática, tais como: Barbosa e Moura (2013), Freire (1978), Limberger (2013), Lira (2019), Mizukami (1986), Saviani (2010) e entre outros. Por fim, concluiu-se que ainda há muita resistência dos docentes na operação dos métodos tradicionais, bem como as instituições escolares não estão basicamente preparadas na inserção de novas didactologias, mesmo com as inúmeras viabilidades presente na atualidade.

Palavras-chave: Metodologias ativas. Métodos tradicionais. Docência. Aprendizagem. Didática.

1. INTRODUÇÃO

Este estudo como enfoque a confrontação entre duas metodologias que prevalecem no contexto pedagógico atual, isto é, metodologias ativas que compreendem uma nova forma didática de ensino aprendizagem, ademais os métodos tradicionais que se perpetuam historicamente em sala de aula, gerando um certo antagonismo entre os dois parâmetros educativos.

A partir dessas colocações, manifestam-se as questões problematizadoras instigadas:

- Quais aspectos das metodologias ativas e como elas são manifestados?
- Como transcorre as divergências e resistências entre metodologias ativas e métodos tradicionais?
- Quais possibilidades e dificuldades são impostas na contextualização desafiadora do âmbito escolar?

Essa temática se torna relevante quando os debates da contemporaneidade levam em consideração as novas abordagens didáticas e metodológicas vem adentrando involuntariamente as salas de aulas, dessa forma professores e instituições necessitam de adequações para lidar com o novo momento que a educação perpassa a ideia de aluno “passivo”, tornando-o cada vez mais atuante e participativo.

Há inúmeros teóricos que fundamentam essa temática, convém ressaltar que as metodologias ativas só são consideradas eficazes quando o aluno passa a falar, ouvir, interagir, interrogar, debater, emancipar a si mesmo, porém todos esses pontos citados só serão válidos quando a mesma ocorre de forma espontânea e voluntária. (BARBOSA; MOURA, 2013).

Diante disso, Limberger (2013) prepondera que a globalização trouxe uma onda de possibilidades comunicativas, na qual a educação passou a se adequar com as tais inovações, isso é, teve que se reinventar, deixando o tradicionalismo e abrindo novas portas de aprendizagem, uma vez que a sociedade não é estacionária, mas sim variável.

Entretanto, as escolas brasileiras juntamente com o corpo docente ainda não estão preparadas para essa transformação, é fato que as possibilidades são múltiplas, contudo, as dificuldades de políticas públicas e formações continuadas direcionam para um possível engessamento do processo educacional. (LIRA, 2019).

Nessa contextualização, o objetivo geral deste estudo, concerne em debater produções científicas que abordam os entraves na imersão das metodologias ativas em oposição as fórmulas tradicionais. Esse confronto entre as duas fórmulas é essencial para o entendimento desta ação.

Para alcançar os objetivos já mencionados, enfatizou-se como recurso metodológico, a pesquisa bibliográfica, assim buscou-se uma abrangente bibliografia de estudos e pesquisas já concretizadas, essas publicações foram examinadas de livros, ebooks, artigos, dissertações, teses e etc.

A fundamentação foi concebida com teóricos especialistas no assunto, entre eles estão: Barbel (2011), Moran (2015), Morin (2014), Mesquita (2016), Oliveira (2010), Pinho (2010), Rodrigues (2016), Zatti (2017) e entre outros.

2. DESENVOLVIMENTO

2.1 A caracterização e os princípios teóricos dos métodos abordados

Pode-se dizer que abordagem tradicional do ensino surge do princípio de que a inteligência é uma aprendizagem que torna o homem armazenador de informações, tanto simples quanto complexas. Nessa perspectiva é preciso desfazer a realidade a ser estudada com o objetivo de simplificar seu conhecimento total, de forma a ser transmitido ao aluno, onde somente deve armazenar os resultados do processo (MIZUKAMI, 1986).

Desse modo, a escola tradicional possui um caráter acumulativo, onde será adquirido pelo indivíduo em forma de transmissão dos conhecimentos, reproduzido pela instituição escolar, com isso o papel do aluno é somente de passividade (MIZUKAMI, 1986).

Em relação a absorção de conhecimento, o indivíduo é visto apenas como receptor de conteúdos de diferentes áreas e somente o professor repassa tais informações:

...atribui-se ao sujeito um papel irrelevante na elaboração e aquisição do conhecimento. Ao indivíduo que está "adquirindo" conhecimento compete memorizar definições, enunciados de leis, sínteses e resumos que lhe são oferecidos no processo de educação formal a partir de um esquema atomístico. (MIZUKAMI, 1986. p.11)

Para Freire (2014) “não há docência sem discência”, porém o que observa, é que o tradicionalismo da educação sempre foi colocado com o professor no papel de superioridade ao aluno (NAGAI; IZEKI, 2013). Em contra mão a esse pensamento, Romanelli (1996) discorda de tal modelo, onde cita que, na maioria das situações, os professores não se importam com a forma que os alunos aprendem.

Santos e Soares (2011), discorrem que no decorrer das décadas, é notório a divulgação entre os professores, de que, os alunos vem perdendo interesse em aprender e respeitando cada vez menos a figura do professor, e desta forma, o ensino-aprendizagem se torna inadequado e ineficaz. Segundo os autores, as evoluções tecnológicas, somada às mudanças sociais, fazem as instituições escolares não

atenderem à necessidade real dos estudantes, pois perdem interesse pelos conteúdos e pelas formas que são conduzidos.

Borges e Alencar (2014), afirmam que a maioria dos professores ainda não estão preparados para rever seus ensinamentos. Então a introdução de novas metodologias deve ser feita de maneira cautelosa, onde tanto o aluno quanto o professor possam ficar satisfeitos. Assim acrescentarão algo em todas as áreas da vida.

Dessa forma, pode-se dizer que a aprendizagem ativa é quando há participação do aluno no assunto em estudo, onde ele tem vez e voz e é estimulado a desenvolver sua própria aprendizagem. Deixando de ser passivo, passando a ser parte importante do processo ensino- aprendizagem e o professor passa a ser orientador, supervisor e facilitador do processo de informação e conhecimento. (BARBOSA; MOURA, 2013).

Silva e Pires (2020) expressam que é necessário que essa educação formal e tradicionalista, dê lugar para uma nova forma educacional que possa abranger todas as necessidades educacionais dos educandos, que estão além da transmissão de conteúdo, uma educação que se preocupe com o desenvolvimento educacional do aluno como um todo, para que então ocorram transformações tanto educacionais, quanto sociais.

No entanto grande parte da educação brasileira ainda está atrelada a perspectiva tradicional, ressalta-se, que estamos em processo de construção, é um longo processo, pois alguns alunos ainda não se sentem preparados para protagonizar sua aprendizagem de forma independente, sendo necessário apresentar Metodologias Ativas, práticas inovadoras, aliadas as práticas tradicionalistas (SILVA; PIRES, 2020)

Segundo Berbel (2011) as Metodologias Ativas buscam meios de desenvolver o processo de aprendizagem, trazendo para o âmbito escolar experiências reais ou simuladas das vivencias dos alunos, criando condições para solucionar-las, com sucesso, desafios advindos das atividades essenciais da prática social, em diferentes contextos.

Sendo assim, as metodologias ativas são uma possibilidade de despertar o aprendizado dos estudantes, colocando-os no centro do processo, tirando-o da posição de expectador, possibilitando sua participação e colaboração no seu processo educacional. (DIESEL; BALDEZ; MARTINS, 2017)

Para que novas aprendizagens sejam constituídas é necessário, que o aluno assimile o conteúdo que lhe é apresentado, que se presume ter significado para ele, e acomode as ansiedades geradas pelas novidades assimiladas, formando, assim, novos significados, fruto da sua ação sobre tais conteúdos. Nessa perspectiva, o aluno é incentivado a

construir suas aprendizagens, a partir dos conhecimentos prévios que traz consigo. (SAVICZKI, 2019).

Saviczki (2019) acrescenta que as Metodologias Ativas podem tornar esse processo mais atraente e instigador, estimulando no aluno seu potencial e criatividade, tornando-o um ser pensante, podendo gerar novas ideias, e criar possíveis respostas para antigas ou novas questões. Porém, ele afirma que ainda há muitas objeções e desafios a serem enfrentadas para poder inovar as práticas pedagógicas de ensino.

2.2 A prática docente: confrontos e resistências

As transformações do mundo mais especificamente nas áreas tecnológicas e digitais, implicam em uma reformulação dos métodos usados para aplicação de conhecimentos, dentro e fora dos ambientes educacionais, nesse contexto o docente assume papel de destaque na discussão, já que o mesmo precisou se reinventar deixando de lado a ideia de educação bancária que foi evidenciada por Freire. Essa concepção de educação bancária foi desenvolvida por intermédio da observação das práticas de ensino outrora utilizados, na qual o professor é o narrador do conhecimento e os alunos são apenas receptadores. (FREIRE, 1987).

As metodologias de ensino usadas pelos professores como instrumento gerador de conhecimento, sendo elas tradicionais ou contemporâneas, dividem opiniões e adeptos. O método tradicional de ensino tem como vantagem, a subordinação do alunado em relação ao professor. Subordinação essa, que faz com que o professor tenha mais controle dos alunos nas atividades propostas pelo mesmo, ao contrário dos métodos mais liberais onde o ensino é proposto com intuito de estimular o aluno a usar a imaginação. (PINHO et al., 2010).

Um dos grandes desafios dos campos educacionais, é intensificar, atualizar e criar instrumentos para alimentar os meios de informação de modo que possa chegar aos lugares mais distantes onde a principal dificuldades são o acesso a rede de internet e informações necessárias para a atuação nos seus determinados campos, como educação, saúde e segurança. (OLIVEIRA, et al., 2010).

Morán (2015), enfatiza que a educação formal se encontra com problemas, perante contínuas mudanças que vem ocorrendo na sociedade. Nesse sentido se faz necessário evoluir em todos os aspectos do ensino para atender os diferentes públicos de forma competente, oportunizando condições para construção de projetos de vida, e

convivência. Para isto é preciso que sejam reexaminados os modelos de organização curriculares e metodológicos.

Diante disto se observa a resistência por parte do corpo docente, em mesclar a utilização de novos métodos de ensino, essa resistência se dá por motivos diversos: como a falta de estrutura física das escolas da educação básica, escasso aparato tecnológico, carência de formação continuada, carga horária reduzida o que impossibilita desenvolver planejamentos e acompanhamentos de atividades. Esses fatores amarram as possibilidades dos professores de interceder no aprendizado de forma que todos consigam ser inseridos. (FERREIRA; MOROSINI; CERDEIRA, 2018).

Com o avanço da globalização e o grande acesso da população às informações por meio da mídia e das conexões do mundo digital, as diferentes esferas da sociedade se adequam a todo momento aos ritmos ditados por estes meios. As inúmeras possibilidades de interação, proporcionam ao ambiente escolar, uma educação mais dinâmica e contribui para o a relação aluno-professor, onde ambos aprendem juntos, compartilhando experiências. (LIMBERGER, 2013).

As escolas que seguem padronizadas em uma educação que mede a intelectualidade dos alunos sob a mesma ótica, desconhece que o conhecimento se dá a partir de competências pessoais, e que essas qualidades não são adquiridas de forma convencional, mas mediante a estímulos internos, a chamada personalização. (MORÁN, 2015).

Conforme Morin (2014) a compreensão acontece de maneira livre, espontânea, cabe aos mediadores fornecerem subsidio necessário para que tal resultado seja alcançado. Para isso, o aluno precisa ser instigado, ser crítico e participar ativamente do processo como protagonista.

A relação entre aluno e professor que antes era de submissão, passa a ganhar novo significado ao ser introduzida nesse meio às novas metodologias de ensino. O conhecimento só é alcançado se existir interação entre as partes envolvidas, o saber só existe na inquietação, na dúvida, e na busca por novas respostas. (FREIRE, 1987).

É necessário que haja mudança nos setores que integram o contexto educacional, e essa mudança demanda adaptação principalmente no corpo docente, que precisa de constante atualização para acompanhar a dinâmica do mundo que está em constante transformação. (BLASZKO; CLARO; UJIIE, 2021).

Os aprendizados adquiridos por meio das metodologias ativas, pode ser comparado ao do método tradicional em alguns aspectos. Porém o processo para atingir as habilidades propostas pelo primeiro, é superior, pois estimula no alunado uma visão crítico reflexiva que só é alcançada ao ser estimulada por práticas inclusivas e inovadoras. (LIMBERGER, 2013).

Diante disto Morán (2015) destaca que, no fim, irão se sobressair as instituições de ensino que investirem em uma educação inovadora, que dê condições favoráveis aos seus mediadores, com plataformas de ensino, com projetos que valorizem o processo de ensino-aprendizagem, e com ferramentas que auxiliem em uma educação inclusiva, consciente.

2.3 Possibilidades e dificuldades presentes no contexto escolar

O universo metodológico concerne em inúmeras possibilidades, assim como, é rodeado de dificuldades que atravancam as perspectivas possíveis do ensino aprendizagem. Dessa forma, os processos históricos interligados com as metodologias ativas apresentam uma oportunidade de impulsionar os alunos, destacando-o para protagonizar nas aquisições do ensino, que contraria a ideia “aluno como ser passivo”, bem como embaralham a concepção de receber ou emitir vivências, que resultam no produto final, isto é, o conhecimento. (PAZIN-FILHO, 2014).

A possibilidade de uma didática mais integralizada, voltada ao aceleração de um processo viável, que insira o aluno ao patamar de aprendiz não é de hoje, essa capacidade de interagir com a docência se ganhou mais força com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN (1996) no artigo 1º, na qual as metodologias já são fundamentadas de maneira um pouco acentuada, trazendo os aspectos dos métodos:

A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais;

§ 2º A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social. (LDB, 1996, p. 8).

A liberdade e a consolidação com a prática social passam a necessitar de metodologias que venha capacitar o aluno a interagir em sala de aula, se guiando pelas próprias percepções e princípios, independentemente se concorda ou discorda de tal posicionamento, nesse sentido as metodologias ativas ofertam esse procedimento de

colocar o aluno em tal posição como homem ativo, muitas vezes pesquisador ou até mesmo curioso, dessa forma cria-se um indivíduo autônomo com características próprias, sem dependência de ação didática. (ZATTI, 2007).

Conforme os estudos de Moran (2013), os processos metodológicos são parte imprescindível na construção do trabalho docente, ademais é um planejamento decisivo na implementação da relação aluno-aprendizagem, na qual o professor tem um papel fundamental no caminho que vai ser percorrido em sala de aula, transformando-se em uma figura cada vez mais semelhante com a gestão e orientação, assim consegue-se retornos não só individuais como essencialmente coletivos, postando de rapidez e excelência.

Nessas metodologias ativas, o autor Rodrigues (2016) passa a caracterizar essa nova didática, como reais probabilidades de fazer com que o aluno seja interativo, analista, curioso e concebe-se informações com tais facilidades, acarretando em resoluções para determinados problemas discutidos em grupo, ainda mais solucionar e romper a barreira docente-discente.

Nesse sentido, esse formato didático é baseado em desenvolvimentos mais eficazes, de tal maneira que as experiências utilizadas são simuladas na sua real condição, à proporção que os mesmos são desafiados em atividades cada vez mais atrativas, isso é uma consequência das modalidades de metodologias ativas, oportunizando os alunos a lidar e discutir em diferentes contextos, abrangendo também o fator educacional como prática social. (RODRIGUES, 2016).

O grande intelectual Saviani (2010) propõe que dentro do aspecto metodológico há três exigências indispensáveis, primeiramente o professor tem o dever de aplicar um currículo significativo ao aluno, selecionar conteúdos que venha de fato exercer efeito despertador ao educando e o mais complexo e importante de todos, sintetizar metodologias que corresponda a aprendizagem da turma, dentro dos seus materiais didáticos e nos limites que a instituição se encontra.

Em tais situações, a escola não está preparada para assumir metodologias ativas que envolvam as tecnologias, diante das afirmações de Lira (2019), partindo da ideia que os espaços escolares públicos no Brasil são notoriamente sucateados, considera-se que seja um dos requisitos para a predominância dos métodos tradicionais, assim como as estruturas físicas prejudicam o acesso a tais mecanismos inovadores, tidos como tecnológicos e comunicativos.

Não é extravagância dizer que crianças e adolescentes estão cada vez mais assíduos com as tecnologias digitais, vivemos numa geração que se depende desses elementos para a totalidade das ações viventes, assim sendo, o ensino aprendizagem não deve ficar de fora dessa engrenagem, ou seja, a educação tem que ser parte dessa transição social. (BACICH; TANZI NETO; TREVISANI, 2015).

É fato que os âmbitos escolares não estão adequados as novas transformações e modernidades, isso pode ser considerado como um certo bloqueio as novas possibilidades na educação, uma vez que muitas escolas são vistas como impróprias pelos próprios alunos, talvez seja um cenário que afaste o professor de outros métodos mais convenientes, ou que não dê suporte necessário, a menos que a determinação seja bem maior que os descasos. (LIRA, 2019).

Outrossim, Mesquita, Meneses e Ramos (2016) preponderam que as expressões da docência também são influenciáveis nos métodos ativos já abordados, como a escassez de formações continuadas, que interferem no desenvolvimento, entretanto se faz necessário a realização contínua de cursos que envolvam os docentes com as novas metodologias ativas que vem surgindo e adentrando as escolas, só assim os profissionais se tornarão preparados e aprimorados nos trabalhos pedagógicos contemporâneos e inclusivos.

Dessa forma, a docência compreende que metodologias ativas não é apenas usufruir de uma boa conversa ou elaborar uma atividade on-line, muito pelo contrário, o eixo principal é proporcionar o aluno a buscar, processar, entender, pensar, elaborar e anunciar suas habilidades e liberdades de prosseguir ao aprendizado, excluindo o ser “passivo” da sala de aula. (FERRARINI, 2019).

Para Freire (2014) os professores devem diversificar suas metodologias e seus saberes locais, exigindo que suas didáticas tragam criticidade, ética, adaptações e outros contextos para aceitação do aluno com sua cultura, ademais isso só é possível quando, na prática, seja feita essa reflexão, com o olhar horizontal entre os agentes da escola, como um todo.

Antes de tudo, é crucial que seja pensada metodologias ativas que sustentem uma educação implementada ao diálogo, não como forma mecânica ou controlada, mas de maneira pura, na qual distingue-se do tradicionalismo, seguramente não é uma tarefa fácil e simples, mas é possível. (HORN; STAKER, 2015).

3. CONCLUSÃO

Concluiu-se que ainda há muita resistência dos docentes na operação dos métodos tradicionais, bem como as instituições escolares não estão basicamente preparadas na inserção de novas didactologias, mesmo com as inúmeras viabilidades presente na atualidade. Tais resistências acabam se agravando a partir do momento que as políticas públicas de investimento e incentivo são negligenciadas/omitidas, e a formação dos docentes, desenvolvidas de forma rasa. São inúmeros os obstáculos para alcançar um padrão de ensino ideal, mas também notamos que não é somente a falta de incentivo que impede a excelência, muitos professores se fazem resistentes em aplicar metodologias inovadoras.

São inúmeras as possibilidades de interação que as metodologias ativas proporcionam, tanto no ambiente escolar quanto fora dele, é uma maneira dinâmica, interativa, descontraída, atrativa e incentivadora e que fortalece a relação de aluno e professor. Além disso, esse novo modelo de aprendizagem, vai ao encontro da realidade tecnológica que muitos alunos já vivenciam (jogos eletrônicos, redes sociais, ...).

As metodologias ativas vieram para acrescentar no ensino-aprendizagem, de forma a despertar interesse e ensinar valores, em uma relação onde o aluno é colocado como parte fundamental e indispensável do processo educacional, e o docente atua com o papel de facilitador e mediador. Diante disso, destaca-se que as instituições escolares devem investir em tecnologias, capacitações, plataforma de ensino, ou seja, uma educação inovadora e inclusiva.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, Vagner. Uso de tecnologia no ensino melhora em 32% rendimento em matemática e física, aponta estudo. **Publicado em UOL Educação**, v. 4, n. 02, p. 2103, 2014.
- BACICH; TANZI NETO; TREVISANI. **Ensino Híbrido: Personalização e Tecnologia na Educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.
- BERBEL, N. A. N. **As metodologias ativas e a promoção da autonomia de estudantes**. Ciências Sociais e Humanas, Londrina, v. 32, n. 1, p. 25-40, jan./jun. 2011.
- BARBOSA, Eduardo Fernandes; DE MOURA, Dácio Guimarães. Metodologias ativas de aprendizagem na educação profissional e tecnológica. **Boletim Técnico do Senac**, v. 39, n. 2, p. 48-67, 2013.

BLASZKO, Caroline Elizabel; CLARO, Ana Lúcia de Araújo; UJIIE, Nájela Tavares. A contribuição das metodologias ativas para a prática pedagógica dos professores universitários. **Educação & Formação**, v. 6, n. 2, 2021.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. BRASIL.

DIESEL, Aline; BALDEZ, Alda; MARTINS, Silvana. Os princípios das metodologias ativas de ensino: uma abordagem teórica. **Revista Thema**, [S.L.], v. 14, n. 1, p. 268-288, 23 fev. 2017. Instituto Federal de Educacao, Ciencia e Tecnologia Sul-Rio-Grandense. <http://dx.doi.org/10.15536/thema.14.2017.268-288.404>.

FERRARINI, R.; SAHEB, D.; TORRES, P.L. Metodologias ativas e tecnologias digitais: aproximações e distinções: **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 57, n. 52, p. 1-30, abr./jun. 2019.

FREIRE, P. (2014). **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. 96 p.

HORN, Michael B. e STAKER. **Blended: usando a inovação disruptiva para aprimorar a educação**. Porto Alegre: Penso, 2015.

LIMBERGER, Jane Beatriz. Metodologias ativas de ensino-aprendizagem para educação farmacêutica: um relato de experiência. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 17, p. 969-975, 2013.

LIRA, Talita Bezerra Cornélio de; VIDAL, Elaine Barbosa; LIRA, Monique Bezerra Cornélio de; SILVA, Cícero Eder da; SOUSA, Maria Arleilma Ferreira de. A RELAÇÃO ENTRE O SUCATEAMENTO DAS ESCOLAS E O PROCESSO DE ENSINO-APRENDIZAGEM. In: CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2019, Fortaleza. **CONEDU**. Fortaleza: Conedu, 2019. p. 01-09.

MIZUKAMI, Maria da Graça Nicoletti. **Ensino: as abordagens do processo**. 1986.

MORAN, J. **Metodologias ativas para uma aprendizagem mais profunda**. [S.l.:s.n.], 2013.

MORÁN, José. Mudando a educação com metodologias ativas. **Coleção mídias contemporâneas. Convergências midiáticas, educação e cidadania: aproximações jovens**, v. 2, n. 1, p. 15-33, 2015.

NAGAI, Walter Aoiama; IZEKI, Claudia Akemi. Relato de experiência com metodologia ativa de aprendizagem em uma disciplina de programação básica com ingressantes dos cursos de Engenharia da Computação, Engenharia de Controle e Automação e Engenharia Elétrica.

PINHO, Silvia Teixeira de et al. Método situacional e sua influência no conhecimento tático processual de escolares. **Motriz: Revista de Educação Física**, v. 16, p. 580-590, 2010.

RODRIGUESG. S. Análise do uso da Metodologia Ativa Problem Based Learning (PBL) na educação profissional. **Outras Palavras**, v. 12, n. 2, p. 24, 2016.

ROMANELLI, Lilavate I. O papel mediador do professor no processo de ensino-aprendizagem do conceito átomo. **Química nova na escola**, v. 3, p. 27-31, 1996.

SAVIANI, Dermeval. **Interlocuções pedagógicas: conversa com Paulo Freire e Adriano Nogueira e 30 entrevistas sobre educação**. São Paulo: Autores Associados, 2010.

SAVICZKI, S. C. (2019). **PRÁTICA PEDAGÓGICA DE PROFESSORES EM CURSOS TÉCNICOS DE NÍVEL MÉDIO: APLICAÇÃO DE METODOLOGIAS ATIVAS** [Escola de Humanidades]. <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/8589>

SANTOS, Cenilza Pereira dos; SOARES, Sandra Regina. Aprendizagem e relação professor-aluno na universidade: duas faces da mesma moeda. **Estudos em avaliação educacional**, v. 22, n. 49, p. 353-369, 2011.

SILVA, Rosimary Batista da; PIRES, Luciene Lima de Assis. **METODOLOGIAS ATIVAS DE APRENDIZAGEM: CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO**. In: CONEDU VII CONGRESSO DA NACIONAL EDUCAÇÃO, 7., 2020, Maceió. **Anais [...]**. Maceió: Editorarealize.Com.Br, 2020. p. 1-12. Disponível em: <https://editorarealize.com.br>. Acesso em: 28 jan. 2023.

SOUZA, C.S.; IGLESIAS, A.G.; PAZIN-FILHO, A. **Estratégias inovadoras para métodos de ensino tradicionais – aspectos gerais**. *Medicina, Ribeirão Preto*, v. 47, n. 3, p. 284-92, 2014.

ZATTI, Vicente. **Autonomia e educação em Immanuel Kant e Paulo Freire**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007.

AUTORES

Fábio José Brito dos Santos: Licenciando em Educação Física – Universidade do Estado do Pará - UEPA, fabyosantos819@gmail.com

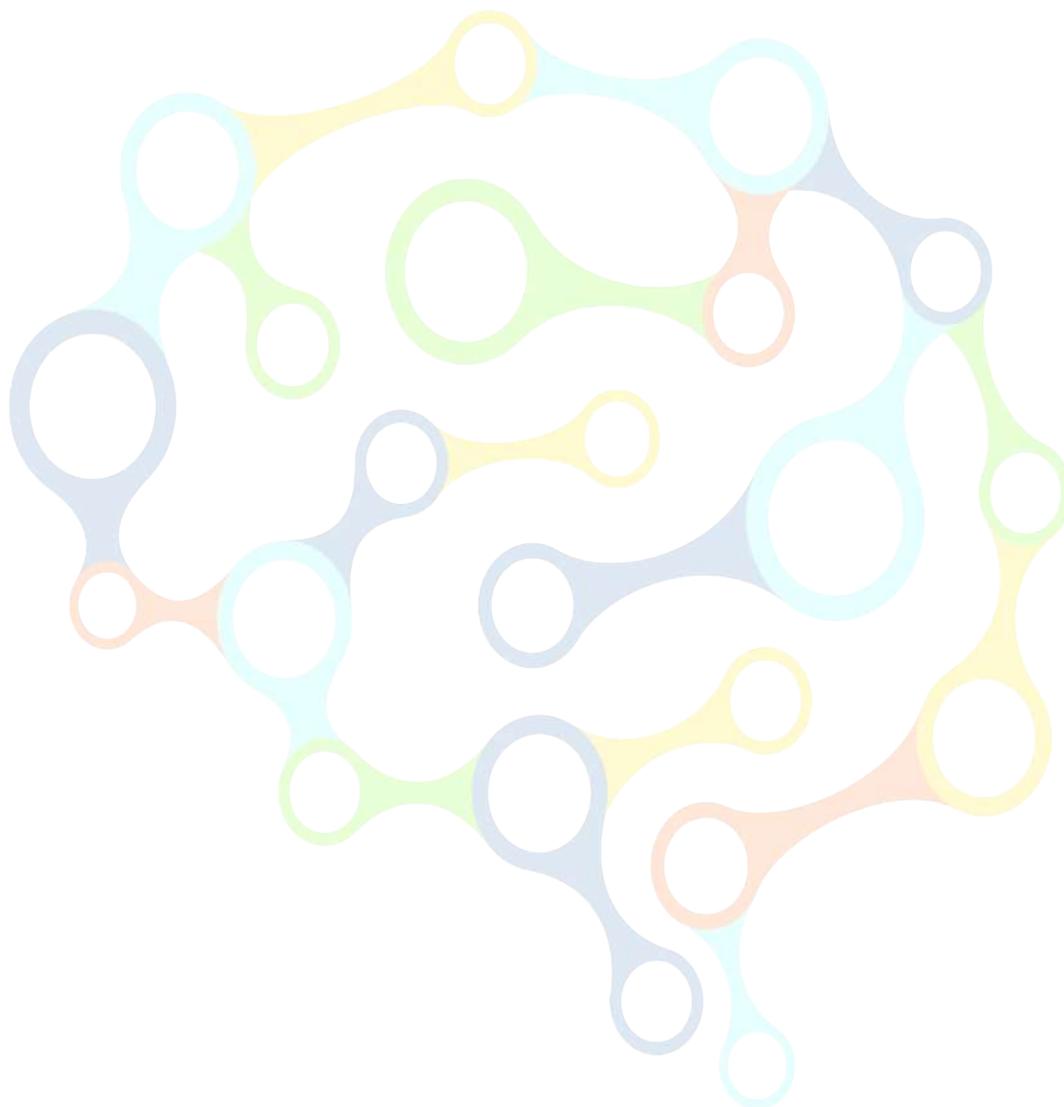
Helano de Jesus Corrêa: Licenciando em Educação Física – Universidade do Estado do Pará - UEPA, correahelano2@gmail.com

Joalice Ribeiro Santana: Licencianda em Educação Física – Universidade do Estado do Pará - UEPA, joaliceribeirosantana@gmail.com

Poliana Sabóia Vieira: Licencianda em Educação Física – Universidade do Estado do Pará - UEPA, polianasaboia13@gmail.com

Renata Moraes Fernandes: Licencianda em Educação Física – Universidade do Estado do Pará - UEPA, renatamoraesfernandes2019@gmail.com

Jonatha Pereira Bugarim: Docente da Universidade do Estado do Pará. Doutorando em Educação – Faculdade Interamericana em Ciências Sociais - FICS.



Capítulo 5

ESTADO NUTRICIONAL COMO PREDITOR DE ÓBITO EM IDOSOS

DOI: 10.29327/5190429.1-5

Giovana Frazon de Andrade
Adriane Terezinha Barbosa
Maria Fernanda Silva Morgado
Maria Emília Marcondes Barbosa
Maria Cristina Umpierrez Vieira

ESTADO NUTRICIONAL COMO PREDITOR DE ÓBITO EM IDOSOS

Giovana Frazon de Andrade

Adriane Terezinha Barbosa

Maria Fernanda Silva Morgado

Maria Emília Marcondes Barbosa

Maria Cristina Umpierrez Vieira

RESUMO

A desnutrição é um importante problema social devido as desigualdades no acesso à alimentação adequada. Nos idosos, este problema se agrava, pois estão ligadas ao aumento da mortalidade, à susceptibilidade a infecções e ao declínio da qualidade de vida. Compreender a relação da desnutrição com a mortalidade auxilia o monitoramento e a assistência destes indivíduos. Desta forma o objetivo deste estudo foi verificar a associação entre a incidência de óbitos e risco de desnutrição/desnutridos em idosos residentes no bairro Industrial, em Guarapuava, PR. Trata-se de um estudo observacional, longitudinal, com coleta de dados em 2013 e 2022. Em 2013, houve avaliação global de 239 idosos cadastrados na UBS Xarquinho, no bairro Industrial, em Guarapuava-PR, identificando as condições funcionais e necessidades em saúde, entre elas, o estado nutricional, avaliado por meio da Mini Avaliação Nutricional (MAN). Em 2022, houve a reavaliação dos idosos e a identificação de óbitos pelo Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM) junto a Secretaria Municipal de Saúde. Foi analisado a associação do estado nutricional ao desfecho de óbito usando o cálculo de Risco Relativo (RR) pela Regressão de Poisson, bruta e ajustada com p-valor $<0,05$, intervalo de confiança de 95%, e ajustado por dois modelos, modelo 1: sexo, idade; modelo 2: sexo, idade, tabagismo e álcool. Este projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de do Centro-Oeste pelo CAAE: 21782513.7.0000.0106. Entre os 239 idosos avaliados em 2013, foram identificados 90 óbitos (37,7%), sendo majoritariamente do sexo feminino (51,3%) e com faixa etária de 75 anos ou mais (52,4%). Em relação ao estado nutricional, a incidência de óbitos foi 54,3% em indivíduos com risco de desnutrição/desnutridos. Quando calculado o RR, houve maior risco de óbitos em indivíduos com risco de desnutrição/desnutridos na análise bruta (RR:1,64; IC95%1,13-2,37), ajustada pelo modelo 1 (RR:1,59; IC95%1,10-2,30) e ajustada pelo modelo 2 (RR:1,55; IC95%1,06-2,26). Conclui-se que o risco de desnutrição/desnutridos está associado à mortalidade em idosos. Nesta perspectiva, é necessário aprofundar os estudos na temática a fim de estabelecer estratégias multiprofissionais e intersetoriais de intervenção.

Palavras-chave: Desnutrição; Saúde do Idoso; Mortalidade

1. INTRODUÇÃO

De acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS, 2003) o envelhecimento é “um processo sequencial, individual, acumulativo, irreversível, universal, não patológico, de deterioração de um organismo maduro, próprio a todos os membros de uma espécie, de maneira que o tempo o torne menos capaz de fazer frente ao estresse do meio-ambiente e, portanto, aumente sua possibilidade de morte”. Os avanços no campo social e da saúde levaram ao aumento da expectativa média de vida das pessoas, e projeções apontam que, no ano de 2060, os idosos corresponderão a 25% da população no Brasil (IBGE, 2013).

O envelhecimento populacional promove mudanças notáveis e de impacto na demanda dos serviços de atenção à saúde devido às inúmeras alterações anatômicas e funcionais que ocorrem nestes indivíduos, interferindo diretamente no estado de saúde. Para auxiliar a avaliar melhor os idosos na atenção básica e identificar e atender suas necessidades de saúde foi publicado no Brasil o Caderno de Atenção Básica nº19, com enfoque na Avaliação Global. Essa avaliação aborda vários fatores que exercem influência no estado de bem-estar e qualidade de vida do idoso. São instrumentos que fornecem uma visão mais ampla no processo de saúde e doença e direcionam para um cuidado integral envolvendo a família e o cuidador (BRASIL, 2006). Estes instrumentos permitem identificar os idosos saudáveis como também aqueles com funcionalidade física e/ou social afetada, como também os distúrbios nutricionais, entre eles a desnutrição.

A desnutrição está associada a alterações na composição corporal, na funcionalidade e estado mental, pois acarreta piora da resposta imunológica, atraso no processo de cicatrização, risco elevado de complicações cirúrgicas e infecciosas, maior probabilidade de desenvolvimento de lesões por pressão, aumento no tempo de internação e maior risco de mortalidade (BERETTA, 2019). No Brasil a desnutrição é crescente devido a problemas sociais e desigualdades no acesso à alimentação adequada. Alterações nutricionais no idoso estão ligadas ao aumento da mortalidade, à susceptibilidade a infecções e ao declínio da qualidade de vida. (OMS, 2020; PORTO, 2021).

Ao considerar os agravos relacionados à desnutrição no envelhecimento, surge a necessidade de compreender a associação entre mortalidade e estado nutricional, a fim de identificar conhecimentos que subsidiem a assistência de enfermagem no monitoramento do estado nutricional do idoso. Assim, o objetivo deste estudo foi

verificar a associação entre a incidência de óbitos e risco de desnutrição/desnutrição em idosos residentes no bairro Industrial, em Guarapuava, PR

2. MÉTODOS

Tipo de Estudo

Trata-se de um estudo observacional, longitudinal, do tipo coorte prospectiva com coleta de dados em 2013-2014 e 2021-2022, recorte do projeto de extensão e pesquisa “Promoção e Reabilitação da Funcionalidade do Idoso para as Atividades da Vida Diária”

Local e População do Estudo

A pesquisa foi realizada no município de Guarapuava, localizado na região centro-oeste do Paraná. Conforme o último censo do IBGE de 2010, em Guarapuava havia 167.328 habitantes, dos quais 15.908 eram idosos. (IBGE, 2010). A coleta de dados da fase I foi desenvolvida no bairro Industrial, escolhido por apresentar o menor IDH do município. A fase II foi composta pela coleta dos óbitos em banco de dados secundários. A população alvo deste trabalho foi composta por 239 idosos que residiam no bairro Industrial e eram vinculados à Estratégia Saúde da Família “Xarquinho”, no município de Guarapuava – Paraná.

Coleta de Dados

Inicialmente, o projeto oferecia assistência multiprofissional com objetivo de promover a qualidade de vida do idoso, prevenindo a perda da autonomia e funcionalidade. Foram coletados dados a partir da avaliação global, identificando-se as necessidades no campo da saúde e implementados planos de cuidados interdisciplinares para cada um dos idosos participantes. Esta intervenção gerou o banco de dados que foi fonte desta pesquisa. A identificação dos óbitos, data e causa (conforme o CID-10) foi realizada no Serviço de Vigilância Epidemiológica do município de Guarapuava-PR, utilizando o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), banco armazenado pelo Ministério da Saúde, identificando-se 90 óbitos.

Variáveis do Estudo

Foram avaliadas as seguintes variáveis:

1) Sociodemográficas – Sexo (masculino e feminino); Faixa Etária (em anos completos na linha de base do estudo e categorizados posteriormente em 2 faixas etárias: 60 – 64 anos, 75 mais anos); Raça autorreferida (branco, preto, pardo e outros); Situação conjugal (Sem companheiro, com companheiro); Escolaridade (analfabeto, 1 a 4 anos de estudo, mais de 4 anos de estudo); Reside sozinho (sim ou não); Atividade Remunerada (sim, não); Renda (até um salário mínimo, mais de um salário mínimo);

2) Hábitos de Vida e Saúde: Tabagismo (sim, não); Álcool (sim, não); Atividades Instrumentais da Vida Diária (AIVD) (Independente, dependente) - utilizada a Escala de Lawton; e Polimedicação (sim, não) - definida como o consumo diário e habitual de cinco ou mais medicamentos prescritos ou não (BRASIL, 2007); Estado Nutricional (normal, risco de desnutrição/desnutrição) - verificado pela Mini Avaliação Nutricional;

Análise de Dados

A planilha de dados foi gerada pela plataforma digital utilizada para a coleta de dados Open Data Kit (ODK), e exportada para o programa Microsoft Office Excel®, não sendo necessária a transcrição ou validação de dados. A planilha foi revisada pela equipe, com exclusão dos questionários que não foram respondidos completamente, ou que apresentavam respostas duplicadas.

As análises de dados foram realizadas pelo programa Statistical Package for the Social Sciences SPSS, v. 19.0, por meio de distribuição de frequências absolutas e relativas. O cálculo do Risco Relativo foi realizado pela regressão de Poisson bruta e ajustada por três modelos, definidos de acordo com a literatura, conforme relato a seguir. modelo 1: sexo, idade; modelo 2: sexo, idade, tabagismo e álcool; modelo 3: sexo, idade, tabagismo, álcool, atividade instrumentais e polimedicação.

Aspectos Éticos

Em cumprimento às normas da resolução do Conselho Nacional de Saúde (RESOLUÇÃO Nº 466/2012) que trata de pesquisas e testes em seres humanos, este projeto foi submetido ao Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual de do Centro-Oeste, aprovado pelo CAAE: 21782513.7.0000.0106.

3. RESULTADOS

Caraterísticas Sociodemográficas da Amostra

Verificou-se maior proporção de participantes do sexo feminino (61,1%), com faixa etária 60 a 74 anos (73,6%), da raça branca (67,4%), de estado civil com companheiro (54,4%), e que não residiam sozinho (83,3%). Em relação à escolaridade, 55,6% informaram ter de um a quatro anos de estudo completos, seguido de idosos analfabetos (26,4%). Na avaliação de renda familiar em salários, observou-se que 71,0% dos idosos apresentavam renda de até um salário-mínimo, e 86,2% não desenvolviam nenhuma atividade remunerada.

Tabela 1. Características sociodemográficas dos indivíduos da amostra, Guarapuava-PR, 2021.

Variável	N	%
Total	239	100
Sexo		
Feminino	146	61,1
Masculino	93	38,9
Faixa Etária		
60 a 74 anos	176	73,6
75 anos ou mais	63	26,4
Raça		
Branco	161	67,4
Preto, pardo e outros	73	30,5
Situação Conjugal		
Sem Companheiro	108	45,2
Com Companheiro	130	54,4
Escolaridade		
Analfabeto	63	26,4
1 a 4 anos de estudo	133	55,6
Mais de 4 anos de estudo	29	12,1
Reside sozinho		
Sim	31	13
Não	199	83,3
Atividade Remunerada		
Sim	15	6,3
Não	206	86,2
Renda		
Até um salário-mínimo	84	35,1
Mais de um salário-mínimo	140	58,6

Risco Relativo de Óbitos Associados ao Estado Nutricional e Causas de Mortalidade Conforme a Classificação Internacional De Doenças (CID-10).

A tabela 2 apresenta o cálculo do Risco Relativo (RR) de óbitos associados ao estado nutricional. Houve maior risco de óbitos em idosos com estado nutricional desnutridos ou risco de desnutrição quando comparados com idosos com estado nutricional normal na análise bruta (RR: 1,64; IC95%1,13-2,37), mantendo-se no modelo ajustado 1 (RR: 1,59; IC95%1,10-2,30) e modelo ajustado 2 (RR: 1,55; IC95%1,06-2,26). Quando ajustado pelo modelo 3, perdeu-se a associação estatística pelo intervalo de confiança.

Tabela 2. Risco relativo de óbitos associados ao estado nutricional na cidade de Guarapuava-PR, no ano de 2021.

PREVALÊNCIA DE ÓBITOS				
Nutrição	RP (IC 95%) Bruto	RP (IC 95%) Modelo 1	RP (IC 95%) Modelo 2	RP (IC 95%) Modelo 3
Normal	1,0	1,0	1,0	1,0
Risco/desnutrição	1,64 (1,13-2,37)	1,59 (1,10-2,30)	1,55 (1,06-2,26)	1,02 (0,67-1,57)

RR: Risco relativo; IC95%: intervalo de confiança de 95%. Risco relativo calculado por Regressão de Poisson. Modelo 1: Ajustado por sexo, idade. Modelo 2: Ajustado por sexo, idade, tabagismo e álcool. Modelo 3: Ajustado por sexo, idade, tabagismo, álcool, atividade instrumentais e polimedicação.

Quanto a classificação da causa do óbito, evidenciou-se as seguintes causas básicas de mortalidade: 25,5% por distúrbios respiratórios; 24,4% por doenças cardiovasculares; 14,4% por acidente vascular cerebral; 12,2% por neoplasias, 11,1% por outras causas; 7,7% por diabetes mellitus; 4,4% por distúrbios hematológicos. Ressalta-se que entre os 90 idosos que foram a óbitos, 42 eram desnutridos (46,6%), porém nenhum dos atestados de óbitos apontava a desnutrição como causa básica do óbito ou causa sequencial.

4. DISCUSSÃO

Este estudo teve como objetivo principal conhecer a risco de óbitos associados à desnutrição na população idosa do bairro Industrial, em Guarapuava-PR. Em síntese, a associação significativa dos óbitos à desnutrição em idosos coloca em evidência a desigualdade de acesso à alimentação em quantidade e qualidade satisfatórias às necessidades corporais em fases avançadas da vida, de forma a garantir a vida. Atualmente, pós pandemia, este problema está se agravando. A Rede Brasileira de Pesquisa em Soberania e Segurança Alimentar e Nutricional (PENSSAN, 2021) indica que “do total de 211,7 milhões de brasileiros(as), 116,8 milhões convivem com algum grau de Insegurança Alimentar e, destes, 43,4 milhões não têm alimentos em quantidade suficiente e 19,1 milhões de brasileiros(as) enfrentam a fome”.

Esta realidade aponta para o papel das políticas públicas para superar esse problema, já que o direito à alimentação adequada está no artigo 6º da Constituição Federal de 1988, por tanto é uma responsabilidade do estado. Não bastam apenas intervenções em saúde, é necessário que políticas públicas garantam o acesso financeiro para poder adquirir os alimentos adequados, a água potável, o gás de cozinha, entre outros insumos básicos que contribuem para promover a alimentação saudável. O estado também deve garantir o acesso à educação, porque o conhecimento está estreitamente associado com a capacidade de fazer escolhas corretas na hora de alimentar-se.

Verificou-se maior proporção de participantes do sexo feminino, o que vem ao encontro das estimativas que mostram que as mulheres vivem mais (IBGE, 2018). Esse dado chama a atenção para a feminização da velhice, porém estudos que avaliam a autopercepção do estado de saúde revelam que o número de anos a serem vividos pelas mulheres percebendo sua saúde como boa é menor do que a estimativa para os homens, o que indica que as mulheres vivem mais, porém não vivem melhor (CAMARGOS, RODRIGUES, MACHADO, 2009). Este dado evidencia a necessidade de aumentar os investimentos no campo da saúde e de políticas sociais visando não apenas a longevidade maior, mas também condições que permitam aos idosos viver tendo suas necessidades atendidas, o que inclui acesso a segurança alimentar e nutricional.

É importante considerar que a população deste estudo foi composta majoritariamente por indivíduos na faixa etária de 60-74 anos, e nesta fase da vida as pessoas sem condições de saúde adequada frequentemente não conseguem manter-se no mercado laboral e nem sempre conseguem acesso imediato a aposentadoria e benefícios sociais, o que pode estar relacionado à insuficiência de recursos para cobrir as despesas

do dia a dia, os cuidados com a saúde e a alimentação adequada, especialmente em vigência de condições crônicas que determinam que parte importante dos recursos seja absorvida para o tratamento (GEIB, 2012).

Quanto ao estado civil, verificou-se que a maior parte possuía companheiro, e mais grande parte não residiam sozinhos. Sabe-se que é muito importante a contribuição dos arranjos domiciliares para o suprimento de necessidades assistenciais à medida que aumentam as demandas geradas pelo processo de envelhecer. Estes arranjos são responsáveis pelas partilhas de recursos econômicos e a prestação de apoio e cuidados mútuos entre os membros da família, sendo uma realidade vivenciada principalmente por famílias de baixa renda (DE SOUSA, DE OLIVA, DE CAMARGO, 2018).

É importante destacar que neste estudo, ao avaliar a renda, foi considerado o número de salários-mínimos do arranjo familiar e não apenas do idoso, assim sendo, predominou a renda familiar de até um salário-mínimo, o que indica que na maioria dos lares deste estudo a principal contribuição financeira era a aposentadoria do idoso. A renda é um fator determinante para a disponibilidade de alimentos saudáveis e adequados a cada faixa etária como também a moradia digna e acesso a ambientes e serviços essenciais, com repercussões sobre a saúde. Quando pessoas idosas são responsáveis pelo sustento da família possuem baixa disponibilidade de recursos para suas necessidades de autocuidado e lazer, o que determina maior risco de adoecimento e deficiência nutricional (GEIB, 2012).

Em relação à escolaridade, mais da metade informaram ter de um a quatro anos de estudo completos, e esse dado ilustra a pouca valorização do acesso à educação em décadas anteriores e a histórica falta de compromisso do estado com a educação como direito de todos. Este problema está na raiz das iniquidades sociais e é uma das principais barreiras para sair da pobreza (DA SILVA, SAMPAIO, 2010). Segundo Camelo, (2016) o nível de escolaridade está fortemente associado com estilo de vida, já que pessoas com mais anos de estudo tem maior facilidade para aceder à informação e identificar a importância de comportamentos saudáveis, entre eles: não fumar, consumo não abusivo de álcool, prática de atividade física regular no lazer e consumo recomendado de frutas e hortaliças, sugerindo um aumento da prevalência de padrões de comportamentos saudáveis associados à escolaridade. No estudo de GEIB (2012) foi constatado que baixa renda e pouca escolaridade estão relacionados a maiores índices de desnutrição em população idosa. A autora afirma que nível de escolaridade se associa significativamente com saúde, já que quanto mais anos de estudo completos,

maior o acesso a informações que permitem enfrentar melhor o processo de adoecer e compreender as orientações fornecidas para o autocuidado.

Em relação à desnutrição, o envelhecimento acarreta várias modificações no organismo dos idosos, principalmente diminuição do consumo de alimentos que contém alto teor calórico. Consequentemente, idosos podem desenvolver desnutrição, a qual exacerba processos patológicos pré-existentes e gera novos problemas e saúde: anemia, úlcera de pressão, fraturas ósseas, fragilidade, déficit cognitivo, desidratação, hipotensão ortostática, imunidade baixa, perda de massa muscular magra, perda de força e óbito (SOUSA, GUARIENTO, 2009). Associada à desnutrição encontram-se a fragilidade, a capacidade funcional e cognitiva prejudicada que resulta na perda de independência e autonomia e gera a necessidade de auxílio para realizar atividades diárias (FERREIRA, 2012). A desnutrição é um distúrbio multifatorial, entre as principais causas estão tanto as alterações fisiológicas do próprio envelhecimento, fragilidade e doenças crônicas como também fatores psicossociais: falta de acesso a serviços de saúde, má alimentação, pobreza, depressão e isolamento social (MAHAN et al., 2012; CAMPOS, et al., 2000). Malafaia (2008) aponta que entre idosos pobres há um alto percentual que consome menos de 1.000 kcal/dia, o que torna essa população exposta a maior risco de óbito.

Na linha de base deste estudo, o bairro Industrial era a região da cidade com menor IDH. O ambiente social de pobreza contribui para carência na alimentação e condições inadequadas para a saúde. Um dos achados que ilustra esta situação é que mais de 80% dos idosos da amostra viviam em companhia de familiares, geralmente filhos (as), netos(as), genros e noras e a renda familiar que predominou foi 1 salário mínimo, neste contexto, a aposentadoria ou auxílio social do idoso era utilizado para o sustento de todo o grupo familiar e não apenas para atender às demandas decorrentes do envelhecimento e do processo de adoecer, contribuindo com a carência alimentar e deficiência no cuidado por falta de recursos suficientes.

Neste estudo ocorreu maior risco de óbitos no grupo de idosos desnutridos quando comparado com o grupo de referência, que eram os idosos com estado nutricional normal. Os resultados permitem afirmar que a desnutrição/risco de desnutrição são preditores independentes de mortalidade após sete anos de seguimento, pois nas análises bruta e ajustadas de regressão de Poisson. Neste sentido, Nuotio, Tuominen e Luukkaala (2016) investigaram a associação de mortalidade com o estado nutricional (avaliado pela MAN) em idosos com alterações na mobilidade após fratura

de quadril. Na linha de base avaliaram 693 pacientes, identificaram que 9% estavam desnutridos e 42% em risco de desnutrição. No seguimento, 19% dos idosos tinham falecido. Constataram que a desnutrição é preditor de mortalidade após quatro meses de seguimento, o risco de mortalidade foi 2,16 vezes maior entre idosos desnutridos quando comparado com o risco de mortalidade entre idosos com estado nutricional normal, mesmo após ajuste para variáveis de confusão. Essa associação não se manteve para idosos com risco de desnutrição devido ao curto espaço de seguimento.

Bell et al. (2016) também identificaram a desnutrição como preditor independente para mortalidade e Porto (2021) identificou que Indivíduos desnutridos, com idade ≥ 80 anos apresentaram maior taxa de mortalidade quando comparados a indivíduos com estado nutricional normal, as alterações nutricionais estiveram associadas a aumento da susceptibilidade às infecções e má qualidade de vida. Um estudo realizado no Brasil, no estado Mato Grosso do Sul, analisou o perfil de mortalidade por desnutrição em idosos e identificou 15,64% de mortalidade por Doenças Endócrinas, Nutricionais e Metabólicas, sendo que a desnutrição foi considerada pertencente a esse grupo (MARTINS, et al 2021).

Outro estudo realizado também em Mato Grosso do Sul, registrou 807 óbitos por desnutrição, correspondendo 56,12% ao sexo masculino e 43,88% ao sexo feminino. Este estudo também evidenciou que quanto maior a faixa etária do idoso, maior é a taxa de desnutrição (PAIXÃO et, al., 2020). Por tanto os resultados do presente estudo sugerem que idosos classificados como desnutridos ou com risco de desnutrição pelo MNA devem ser considerados uma população que requer atenção específica, multiprofissional e intersetorial para identificar os fatores associados à ingesta nutricional abaixo de suas necessidades corporais.

Solucionar os problemas identificados requer intervenções planejadas articulando recursos da família, da rede de apoio social, do sistema de saúde e dos órgãos públicos. Ante este resultado, chama a atenção que ao analisar as 90 declarações dos óbitos constatados neste estudo nenhuma delas faz menção ao quadro de desnutrição como causa básica ou sequencial de óbito. As quatro principais causas de óbito foram: distúrbios respiratórios, doenças cardiovasculares, acidente vascular cerebral e neoplasias. Esse dado vem ao encontro da afirmação de Chiavegatto et al. (2007) que aponta que nos países de baixa e média renda a desnutrição é subestimada como causa de doença e morte, não sendo apontada como causa básica de morte nas declarações de óbito de adultos. A desnutrição predispõe a uma série de complicações

graves e conseqüentemente, está associada a mortalidade por diversas causas e deveria ser considerada na declaração de óbito (FIDELIX et al, 2013).

Desde a perspectiva cultural, mesmo que a desnutrição esteja associada a desfechos clínicos adversos e mortalidade, existe uma tendência a valorizá-la em crianças e a subestimá-la à medida que as faixas etárias avançam. Isto contribui frequentemente para a ausência de seu diagnóstico e tratamento em idosos, ao mesmo tempo, se realizam grande esforços e investimentos para combatê-la na infância (BRAZ et al., 2019). Desde esse ponto de vista, a subnotificação da desnutrição nos atestados de óbitos analisados no presente estudo pode estar associada a aspectos culturais que não a reconhecem como causa de morte e adoecimento em fases avançadas da vida. Sendo assim, os resultados deste estudo poderão contribuir para o cuidado integral à saúde do idoso, fornecendo subsídios para que os profissionais de saúde possam refletir sobre a importância de avaliar o estado nutricional dos idosos na prática clínica, planejar e implementar ações com o objetivo de prevenir a mortalidade associada à desnutrição.

5. CONCLUSÃO

Conclui-se que a desnutrição ou o risco de desnutrição está associado à mortalidade. Diante desta perspectiva, enfrentar o problema da desnutrição exige uma abordagem multiprofissional e intersetorial com participação ativa do estado. Não basta o suporte oferecido de forma integrada pelos serviços de saúde odontológico, médico, de enfermagem, fisioterapia, nutrição e psicologia buscando promover um estado nutricional normal, é necessário garantir acesso à educação e a uma renda digna que permita aos idosos viver sem fome. São necessárias políticas públicas visando combater as iniquidades sociais e diminuir a brecha entre ricos e pobres a fim de promover a saúde e o envelhecimento ativo para todos.

Neste sentido, os resultados deste estudo alertam à comunidade local e os gestores públicos para a natureza imprescindível de ações efetivas que auxiliem os idosos vulneráveis a ter acesso à segurança alimentar e nutricional, como também alertam para a urgência de políticas públicas que visem a redução das desigualdades sociais no contexto nacional, porque enquanto houver idosos que sequer tem o que comer, não serão efetivas ações visando prevenção de doenças e promoção da saúde nessa faixa etária.

Aponta-se a necessidade de mais estudos que avaliem de forma longitudinal a relação entre a desnutrição e mortalidade, envolvendo variáveis distintas e analisando a interferência de outros fatores nesta relação.

6. FINANCIAMENTO E CONFLITOS DE INTERESSE

A publicação desta obra se deu através de custeio pela Comissão Organizadora e Científica do 1º Congresso Sul-Brasileiro em Neurociências (I CONSULBRAN) em virtude da premiação de melhor trabalho apresentado junto ao evento.

Os autores declaram não haver conflito de interesses.

REFERÊNCIAS

- BELL, J.J.; PULLE, R. C.; CROUCH.; A. M.; KUYS, S. S.; FERRIER, R. L.; WHITEHOUSE S. L. Impact of malnutrition on 12- month mortality following acute hip fracture. ANZ J Surg. 2016; 86: 157-61.
- BERETTA, M. V. Preditores de Mortalidade após Alta Hospitalar em Pacientes Idosos com e sem Diabetes melito: Dois anos de seguimento. Tese para a obtenção do título de Doutor em Endocrinologia, à Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2019.
- BOTTON, A.; CÚNICO, M. N. S. Diferenças de gênero no acesso aos serviços de saúde: problematizações necessárias. Mudanças – Psicologia da Saúde, 25 (1) 67- 72, jan.-jun., 2017.
- BOTTONI A, HASSAN, D. Z.; NACARATO, A.; GARNES, A.S.; BOTTONI, A. Porque se preocupar com a desnutrição hospitalar? revisão de literatura. J. Health Sci Inst. 2014;32(3):314-7.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes. Brasília – DF 2004.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 42
- BRASIL. Ministério da Saúde Avaliação multidimensional do idoso. Brasília (DF), 2018. BRASIL. Ministério da Saúde. Envelhecimento e Saúde da pessoa idosa. Brasília (DF), 2007.
- BRASIL. Ministério da Saúde. PORTARIA Nº 2.528 DE 19 DE OUTUBRO DE 2006. Aprova a Política Nacional de Saúde da Pessoa Idosa. Ministério da Saúde. Brasília (DF), 2006. BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa, 2006. 192

- BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de atenção básica. Caderno de Atenção Básica 19. Envelhecimento e saúde da pessoa idosa. Brasília: Ministério da Saúde, 2007.
- BRAZ, G. K. S. et al. Avaliação do perfil nutricional e dietético de crianças atendidas pelo NutriSus. Revista Eletrônica Acervo Saúde/Electronic Journal Collection Health ISSN, v. 2178, p. 2091.
- CAMARGOS, M. C. S.; RODRIGUES, R.; MACHADO, C. J. Expectativa de vida saudável para idosos brasileiros, 2003. Ciência & Saúde Coletiva, v. 14, p. 1903- 1909, 2009. 43
- CAMELO, L.V.; FIGUEIREDO, R. C.; CAMPOS, M. O. et al. Comportamentos saudáveis e escolaridade no Brasil: tendência temporal de 2008 a 2013. Ciência & Saúde Coletiva, v. 21, n. 4, p. 1011-1021, 2016.
- CAMPOS, M. T. F. S.; MONTEIRO, J. B. R.; ORNELAS, A. P. R. C. Fatores que afetam o consumo alimentar e a nutrição do idoso. Revista de Nutrição, Campinas, set./dez., 2000 p.157- 165.
- CHIAVEGATTO, A. D. P.; LAURENTI, R.; GOTLIEB, S. L.D.; JORGE, M. H. P. M. Desnutrição como causa básica ou associada de morte: análise da qualidade de informação em mulheres em idade fértil. Revista Brasileira de Epidemiologia, v. 10, n. 1, p. 30-38, 2007. DA SILVA JUNIOR, L. H.; SAMPAIO, Y. Notas Sobre Pobreza e Educação no Brasil. Prob. Des, Ciudad de México, v. 41, n. 163, p. 75-97, dic. 2010.
- DE SOUSA, A. C. A. A.; MENEZES, T. M. O.; .DE CAMARGO, C. L. Familiares com pessoas idosas: fatores contributivos. av.enferm, Bogotá , v. 36, n. 3, p. 292-301, Dec. 2018.
- FERREIRA, O. G. L.; MACIEL, S. C.; COSTA, S. M. G. et al. Envelhecimento ativo e sua relação com a independência funcional. Texto Contexto Enferm, Florianópolis, 2012.
- FIDELIX, M. S. P.; SANTANA, A. F. F.; GOMES, J. R. Prevalência de desnutrição hospitalar em idosos. RASBRAN - Revista da Associação Brasileira de Nutrição. São Paulo, SP, Ano 5, n. 1, p. 60-68, Jan-jun. 2013.
- GEIB, L. T. C. Determinantes sociais da saúde do idoso. Ciência & Saúde Coletiva, v. 17, p. 123-133, 2012.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Ministério do Planejamento. Orçamento e Gestão. Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Estatísticas de Gênero Indicadores sociais das mulheres no Brasil, 2018.
- MAHAN, L. K.; RAYMOND, J. L. Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. Elsevier, 14ª edição. 2012. MALAFAIA, G. O sinergismo entre a desnutrição protéico-calórica e a leishmaniose visceral. IPrograma de Pós-Graduação em Ciências Biológicas. Ouro Preto – MG. Rev.Saúde. Com, 2008; 4(2): 134-147.

MARTINS, K.P.S.; SANTOS, V. G.; LEANDRO, B. B. S, OLIVEIRA, O. M. A. Transição nutricional no Brasil de 2000 a 2016, com ênfase na desnutrição e 45 obesidade. ASKLEPION: Informação em Saúde, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 113- 132, out. 2021/mar. 2022.

NUOTIO, M.; TUOMINEN, P.; LUUKKAALA, T. Association of nutritional status as measured by the Mini-Nutritional Assessment Short Form with changes in mobility, institutionalization and death after hip fracture. Eur J Clin Nutr. 2016; 70: 393-8.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Década do Envelhecimento Saudável nas Américas, 2021. Disponível: <https://www.paho.org/pt/decada-do-envelhecimentosaudavel-nas-americas-2021-2030>. Acesso em: 12 de março 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. Envelhecimento ativo: uma política Brasília (DF): Organização Pan-Americana da Saúde, 2005.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DE SAÚDE. A OMS revela as principais causas de morte e incapacidade em todo o mundo entre 2000 e 2019. Disponível: <https://www.paho.org/pt/noticias/9-12-2020-oms-revela-principaiscausas-morte-e-incapacidade-em-todo-mundo-entre-2000-e>. Acesso em: 20 de março. 2022.

PAIXÃO, A. A.; XIMENES, L. S.V.; SANTOS, E. T. Tendências temporais da mortalidade por desnutrição em idosos no Estado de Mato grosso do Sul, no período de 2002 a 2012. 46

PAN AMERICAN HEALTH ORGANIZATION. Década do Envelhecimento Saudável nas Américas (2021-2030). Brasília: Organização Pan-Americana da Saúde, 2021.

PORTO, Y.G. Tendência temporal da taxa de mortalidade em idosos por desnutrição no Brasil no período de 2009 a 2019, Revista eletrônica da associação dos geógrafos brasileiros seção Três Lagoas - v. 1, nº 31, 2021.

SOUSA, V. M. C.; GUARIENTO, M. E. Avaliação do idoso desnutrido. Departamento de Clínica Médica da Universidade de Campinas (UNICAMP), Campinas, SP. Rev Bras Clin Med, 2009. United Nations. (2019). World population ageing. New



Capítulo 6

CONTRADIÇÕES DE UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA VERSUS AS TEORIAS DO CURRÍCULO

DOI: 10.29327/5190429.1-6

Ayla de Assunção Neris
Moisés Hamssés Sales de Sousa
Edinete Neris Dias
Edinalva Aguiar

CONTRADIÇÕES DE UMA EDUCAÇÃO INDÍGENA VERSUS AS TEORIAS DO CURRÍCULO

Ayla de Assunção Neris

Moisés Hamssés Sales de Sousa

Edinete Neris Dias

Edinalva Aguiar

RESUMO

Este artigo levanta questionamentos históricos das políticas educacionais direcionadas a respeito da educação, alguns aspectos sociológicos, bem como características que foram percussores do surgimento da educação indígena impulsionada pelos diversos conflitos e por direitos e deveres estabelecidos pelo estado, aborda também os três tipos de tendência e teorias do currículo escolar apontando seus postulados, suas especificidades no que tange a formação do indivíduo alfabetizado, bem como características que define cada tendência. Foi visto que a educação no Brasil está em constante construção, e as diretrizes contida nos regimentos culminam em uma otimização da aplicação dos recursos que são destinados para as modalidades de ensino, entretanto na educação indígena definida como educação inclusiva no sentido a levar em conta todos aspectos socioculturais, étnicos e o ambiente onde o indivíduo está inserido torna essa modalidade de ensino muito peculiar e de pouca efetividade ao comparar eficiência e eficácia do ensino, haja vista que até os dias atuais não se construiu um modelo padrão, e por conta também das mais diversas influências externas ao ambiente educacional que dificultam o ensino aprendizagem para as comunidades indígenas, sobretudo o modelo curricular não ser dotado de flexibilidade e sensibilidade voltada ao entendimento das diversidades sociais e regionais.

Palavras-chave: Educação indígena. Engajamento social. Teoria do currículo.

1. INTRODUÇÃO

Ao fazer uma pesquisa conceitual acerca do tema: “Educação indígena e as tendências das teorias de currículo.” mais embasamento de uma visão ampliada dos malefícios que assolam a educação no Brasil desde o seu surgimento como instrumento necessário as sociedades organizadas como população, entretanto há demanda pela educação transpassa a necessidade sendo fundamental a regimentação, porém o que se ver na prática no contexto da educação brasileira diverge do que consta nas diretrizes educacionais.

A Constituição de 1988 veio assegurar inúmeras coisas, uma das mais importantes foi o reconhecimento ao povo indígena, garantindo o direito aos índios de ter suas origens culturais, etnias e valores preservados, isto é, assegura o reconhecimento de suas línguas, culturas, povos e tradições. Ao reconhecer tais direitos, onde dizia na lei: que os índios poderiam utilizar as suas línguas maternas nos processos de ensino aprendizagem na educação escolar.

Iniciando a contribuição da escola onde passou a ser possível a escola indígena vir cooperar para o processo aprendizagem, com base na afirmação étnica, cultural desses povos e sendo inserido como um indivíduo principal da valorização bem como integração da sua cultura. Mas apesar desses povos terem conquistado seus direitos por lei, ainda há obstáculos significativos que os impedem à garantia do direito a uma educação de qualidade para as crianças e os jovens indígenas, bem como sua progressão nos estudos, aplicando a inclusão dos indivíduos e povos indígenas em um contexto escolar.

Mais obstante, no entanto a educação inclusiva clama por uma organização entre as diferentes formas e diversidades de se educar, porém diversos conflitos gerados oriundos da intolerância de alguns indivíduos inseridos dentro de um contexto social divergem da maneira de pensar e da diversidade de alguns indivíduos, e com isso reage das mais diversas maneiras contra aqueles que tem uma cultura, que para eles é diferente, ao imposto pela cultura tradicionalista social, surgindo assim diversos conflitos e crises na sociedade.

Sabe-se que atualmente no Brasil a educação tem suas diretrizes, prerrogativas legais, regimentos, leis constitucionais dentre outros parâmetros que norteiam os parâmetros educacionais. Porém como objeto de estudo esse trabalho trás aspectos gerais acerca da educação indígena bem como os conceitos e parâmetros que definem as terias de currículo, em um contexto formativo e adaptativo dos alunos inseridos dentro dos fundamentos das teorias do currículo.

Dentro desse contexto objetivou estudos afim de desmistificar as teorias do currículo quem vem evoluindo conforme as inclusões sociais, dado que apenas existe a educação especial modular o que não inclui nenhuma teoria que abrange a educação indígena. Como podemos citar a falta de formação de professores indígenas, problemas de infraestrutura, a falta de material didático em língua indígena ou bilíngue (em língua indígena e em Língua Portuguesa), esses materiais didáticos precisam equilibrar elementos do currículo nacional com as especificidades da cultura na qual a escola está

inserida nas aldeias em que dão aula, porque só assim eles vão estar preparados para lidar com a realidade dos seus alunos.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

Contudo surge a necessidade de uma educação durante a época colônia voltada à adquirir uma educação que fornecesse conhecimentos e saberes, além do modelo imposto pelos Jesuítas durante a colonização, no século XVI, através da catequização, os jesuítas educavam os povos indígenas onde os mesmos eram obrigados a aprender a língua portuguesa sendo assim civilizados e submissos a aprender costumes e valores de uma sociedade colonial, eram ensinados desde de criança a “deixar de ser índio” e “aprender a ser gente”. A intenção desse sistema era transformar esses povos em uma sociedade civilizatória e diversificar o modo de vida deles através de ensinamentos repassados nas escolas.

No Brasil registra-se a existência de mais de 250 povos indígenas, alguns sem contato com a sociedade hegemônica. No entanto, sua grande parte possui um contato já a bastante tempo com esta sociedade.

A história das lutas dos povos indígenas por meio de valores e costumes reivindicam espaços pelas suas culturas e seus rituais.

Além do que os povos indígenas conformem define a legislação nacional que fundamenta a Educação Escolar indígena tem o direito de uma educação escolar inclusiva, específica, comunitária, bilingue/multilíngue e diferenciada. Constituição Federal de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), a coordenação nacional das políticas de Educação Escolar Indígena é de competência do Ministério da Educação (MEC), cabendo aos Estados e Municípios a execução para a garantia deste direito dos povos indígenas.

E sobretudo em todos os princípios constitucionais que tiveram que ser sancionados por leis, para que se pudessemos ter nos dias atuais uma sociedade mais justa e organizada, esse modelo educacional consta nas diretrizes do FUNDEB (Braga, 2011).

Temos que se os princípios fossem geridos de forma eficiente e eficaz teríamos outro desfecho, em contrapartida por outro lado, temos aspectos que assolam as sociedades como as mazelas sociais, a falta de oportunidades sobretudo a não oferta dos direitos básicos assistenciais, sendo facilmente vistos com os elevados índices, resultando em uma massa cada vez mais pobre e sedenta a educação, conhecimento

educacional e social, sem usufruir dos benefícios assistenciais que por lei são garantidos.

3. ASPECTOS GERAIS ACERCA DA EDUCAÇÃO INDÍGENA NO BRASIL

Sobretudo existe no centro dessa discussão pessoas que vivem sem nenhum incentivo a educação, tão pouco tem seus direitos garantidos conforme a constituição Nacional, principalmente os povos indígenas, movimentos sociais que vivem em povoados distantes da sociedade e muitas vezes isolados em acampamentos. Daí o surgimento da educação inclusiva, com o caráter integrante da sociedade e para que todos povos possam ter acesso a inclusão e não mais fiquem a “Deus dará” nos dias atuais (Da silva, 2010).

Os principais objetivos da educação indígena são valorizar sua cultura e sua diversidade étnica, a consolidação da prática socio culturais, a prática da língua materna, a formação de educadores nas comunidades indígenas, criar programas específicos para desenvolver currículos contendo conteúdos culturais assim correspondendo as realidades das comunidades, a produção de um material didático contendo nele informações específicas de suas identidades étnicas e culturais de cada povo indígena.

Nessa perspectiva, ter nas mais diversas culturas ou povos sujeitos dotados dos saberes de educação, assim sendo muito necessário ter um olhar diferenciado para esses povos, analisando, e questionando-os com mais ênfase e maior suporte, esse seria um modelo educacional melhor e amplamente abrangente (Viana, 2017).

Para os índios possuir o direito básico e fundamental à frequentar a escola, tiveram que reivindicar por meio de manifestações, sendo apoiados por muitos povos, onde a escola deveria ser dotada do princípio fundamental à respeitar as culturas de todos os povos, e a mesma teria o compromisso de incluir os povos, não modificar ou destruir os valores culturais bem como seus ideais de origem, algo que era comum em uma educação mecanicista tradicional. Contudo 4 de 10 premissas foram abordadas e desenvolvidas no estudo efetuado por Pineau (2008) sobre as quais a Modernidade, constitui seus próprios preceitos acerca do que compreender da educação, isso levou-se um grande e longo processo, entretanto as premissas Pineau, 2008 trás:

Premissa 1 - A Educação é um fenômeno que ocorre no sujeito autocentrado a partir do qual se irradia: O sujeito da educação moderna é cartesiano, o que significa que é autocentrado, unitário, racional, consciente de si mesmo. A partir desta concepção, o sujeito preexiste a tudo mais. (PINEAU, 2008, p. 87). Porém para que se forme diretrizes bem como uma razão entre a forma de se propor a uma educação dita como moderna, deve prevalecer um fundamento entre a razão do indivíduo autocentrar-se único e não replicável, sendo sua essência pautada na educação indígena longe da razão, mais sim em sua alma e ou espírito (alma e espírito significando algo sobrenatural que forma o indivíduo).

Premissa 2 - A educação é um fenômeno humano que prescinde de qualquer alteridade: “O homem é a única criatura que tem que ser educada. Entendo por educação os cuidados, a disciplina e a instrução. De acordo com isto, o homem é criança pequena, educando e estudante” (KANT, 1983, apud PINEAU, 2008, p. 89). Contudo ao contrário do que a escola moderna propõe, a educação indígena, segundo Meliá (1979), é meio para a manutenção da alteridade dos povos indígenas que “[...] sustentaram sua alteridade graças a estratégias próprias, das quais uma foi precisamente a ação pedagógica.”

Premissa 3: Faz-se em alguma instituição de confinamento ou de reclusão, de acordo com a população atendida, baseado em uma aliança entre família e escola ou entre Estado e internado: Para Pineau, tal projeto é um vício herdado de duas características dos mosteiros medievais: a lógica espacial, baseada na separação entre o dentro e o fora; e a noção de “espaço educacional total” no qual nada do que ocorre escapa do domínio da pedagogia. Temos que ao contrário do que pressupõe a educação moderna, a educação indígena acontece em todo o tempo e em todos os lugares onde os índios têm acesso, como afirma a Bakairi Taukane (TAUKANE, 1999, p. 59). “A nossa educação se dá através do tempo e do espaço. Desde que acordamos para a clareza do sol, nós aprendemos vivendo.”

Premissa 4: Há saberes básicos que todos os sujeitos têm que ter para pertencer à sociedade: Para mover-se na sociedade o sujeito moderno deve incorporar um conjunto de saberes considerados indissolúveis, neutros e prévios a qualquer aprendizagem, cuja posse era ao mesmo tempo uma obrigação e um direito. Crítica 4 – a escola moderna, impõe um currículo destituído de todos os saberes tradicionais do povo, sem os quais a sobrevivência física e cultural do povo fica profundamente comprometida. A experiência é relatada por um índio Tukano, ilustra esta crítica “eu sou um dos ex-alunos salesianos, e me lembro muito bem que fomos obrigados a falar o português. (TUKANO, 2008, p. 99).

A modernidade que vinha a ser o norteador da educação indígena promovendo com que ela se perdurasse, foi incapaz de fazê-lo. Tornando totalmente longínqua a relação entre as escolas para povos indígenas e a metodologia da educação indígena. Com isso, necessitava-se oferecer aos povos indígenas uma escola de boa qualidade, com mínimo de infraestrutura dedica a fornecer todos os aspectos socioeducacionais para os alunos.

Havendo assim uma grande necessidade de quebrar os paradigmas da modernidade, mais sem deixar de levar em conta aspectos socioculturais de todos os povos indígenas que devem ser levados em conta no processo de aprendizagem nas escolas indígenas.

4. TEORIAS DO CURRÍCULO

Ao se abordar as teorias do currículo e suas inúmeras vertentes, devemos ter um pouco de criticidade na análise desse tema, pois particularmente as teorias do currículo e seus respectivos tópicos nos norteiam numa verdadeira contradição no tocante definições e conceitos das mesmas.

Contudo partindo em um entendimento da tradicional ao pós-crítico, as mesmas teorias comungam dos mesmos aspectos preocupantes, ou das mesmas questões que as definem. Entretanto as interligações e postulados que as mesmas deixaram passam a ser evidenciadas, sendo questionados suas principais origens e as ocultas motivações que impulsionaram os seus modelos.

Para o melhor entendimento à cerca de sua origem, faz-se necessário descrever que A origem Etimologicamente da palavra currículo vem do grego Curriculum que quer dizer “pista de corrida”. E isso nos leva a entender que o significado do currículo é uma trajetória, um caminho, uma trilha percorrida pelo homem no sentido de compreender o mundo e a sociedade. Só que esse currículo é uma questão de identidade e poder segundo (Silva, 2010).

Para gerar uma discussão compreensiva faz-se necessário destacar alguns conceitos de currículo para que haja um entendimento das teorias que norteiam o trabalho de muitas escolas e de muitos educadores. De acordo com (Lopes, 2006) o currículo se tece em cada escola com a carga de seus participantes, que trazem para cada ação pedagógica de sua cultura e de sua memória de outras escolas e de outros cotidianos nos quais vive.

É nessa grande rede cotidiana, formada de múltiplas redes de subjetividade, que cada um de nós traçamos nossas histórias de aluno/aluna e de professor/professora. Porém cada escola de acordo com sua ideologia segue um tipo de currículo, entretanto os currículos que são aplicados nas escolas em minha opinião deveriam ser aplicados de acordo com a realidade da comunidade ou localidade e no contexto social que a escola está inserida e não engessada em um modelo cartesiano.

A teoria tradicional assim denominada não se preocupam em discutir, questionar ou desenvolver um olhar crítico radical em relação as coisas cotidianas nas organizações educacionais, esse modelo valoriza o ensino, aprendizagem, avaliação, metodologia, didática, organização, planejamento, eficiência e objetivos. Ela se apoia num momento social, econômico, criando cidadãos prontos para viver nesse contexto acima supracitado.

As teorias críticas tem sua definição e confirmam como critica após diversos movimentos sociais ocorridos em meados dos anos 60, década marcada por inquietações e insatisfações de algumas classes sociais em alguns países, tendo destaque para Estados Unidos e França, Silva (2010) nos mostra que os diversos movimentos que fizeram parte dessas mudanças foram, Os movimentos de independência das antigas coloniais europeias; os protestos estudantis na França e em vários outros países; a continuação do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos; os protestos contra a guerra do Vietnã; os movimentos de contracultura; o movimento feminista; a liberação sexual; as lutas contra a ditadura militar no Brasil. (SILVA, 2010, p.29).

Teoria Pós critica nessa configuração o currículo é abordado e entendido como um instrumento gerador de referências de gêneros. Tendo como premissa criticar com veemência todo os tipos de atrofiamento ao progresso cultural. Nesse tipo de teoria, o currículo é entendido com algo que gera uma referência de gêneros. Caracterizam-se por criticar a fundo todo tipo de depreciação de progresso cultural e histórico de grupos das mais diversas etnias. Esse modelo se coloca a favor do reconhecimento e valorização das mais diversas formas culturais e tipos de grupos sociais.

Essa teoria é muito mais enfática no processo de se opor e ter seus ideais aflorados que a teoria crítica, diante disso Silva (2010, p.149-150) nos ensina que “as teorias pós-críticas olham com desconfiança para conceitos como alienação, emancipação, libertação, autonomia, que supõem, todos, uma essência subjetiva que foi alterada e precisa ser restaurada”.

A partir das diversas abordagens efetuadas à cerca das teorias do currículo, as mesmas podem ser vistas e desenvolvidas de um ponto de vista tradicionalista, crítico e pós crítico por meio das teorias que as definem. Contudo as teorias têm fundamentalmente a função de transformar indivíduos, formar seres humanos, naturalizar e desmistificar alguns paradigmas sobre diversos temas, outra função importante das teorias é a de fomentar a seleção dos mais diversos conhecimentos e vertentes com os seres e agentes envolvidos nesse contexto pedagógico.

Entretanto se o currículo for concebido numa perspectiva tradicional, sua tendência é de mecanizar o ser, e naturalizar os conceitos sobre mundo, tornando o currículo neutralizado e em um modelo fracassado, desordenado e arcaico. Com isso surge várias oportunidades de mudança no modelo proposto, trazendo uma modelagem crítica com o foco em questionar, problematizar esse currículo antes tradicionalista e torná-lo em um modelo com foco em formação e atualizar os agentes envolvidos no processo de ensino aprendizagem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do estado da arte, foram visualizados aspectos etnográficos acerca da educação indígena bem como a teoria dos currículos apontados em artigos, dissertações publicadas em revistas e periódicos da área. Neste sentido foi necessário compreender os principais pontos abordados pelos autores bem como suas respectivas contribuições sobre o tema.

O Brasil constantemente vem passando por mudanças no sentido de metodologias educativas e modalidade de ensino. Entretanto para que se possa ter um caráter construtivo essa relação das mudanças e os seus impactos, deve-se observar sobretudo as tendências pedagógicas.

E nesse contexto duas grandes prerrogativas devem fazer parte estruturante de um modelo educacional eficaz, vindo a ser o caráter humanista e democrático, para que os indivíduos tenham o olhar mais específicos sobre os fatores sociais.

Com essa perspectiva tais aspectos serão importantes para toda a vida dos indivíduos e fundamental para o mesmo ser capaz de conhecer o seu próprio passado, isso deve ser fundamental para a aplicação da educação indígena pois se o seu povo não souber sobre sua origem fica quase que impossível resgatar seus valores e ensinamentos ao longo da história do seu povo e assim manter sua identidade.

Ainda me referindo à educação indígena, os conflitos conceituais que resultam da introdução da "matemática do branco" na educação indígena, que se manifestam sobretudo na formulação e resolução de problemas aritméticos simples, são muito bem ilustrados no contexto cultural dos xavantes, dos suyás, dos kayabis e dos jurunas (Ferreira, 2002).

Ao se abordar as teorias do currículo e suas inúmeras vertentes, devemos ter compreender que a democracia vai além de um governo, mais se trata de uma forma de vida. Conforme (Dewey, 2018).

Dewey percebia que a escola não trabalhava com o propósito de transformar a sociedade, mas de reproduzi-la. Para ele, a escola privilegia o tipo de organização da vida social dominante.

Com isso o entendimento e compreensão sobre o currículo pode se dar de várias maneiras e diversas óticas, sendo elas com o foco nos conceitos do modelo tradicional, crítico e pós crítico.

Conclui-se que se o currículo é rotulado como natural, neutro e tecnicista dentro de um modelo tradicional, ao se ter a sensibilidade em uma verificação do currículo com uma visão pós-crítica, o mesmo passa a ser visualizado com uma ótica mais crítica e sensível para identificar as falhas, as oportunidades de melhoria, criticando o antigo, problematizando o novo para os alunos e agentes envolvidos sejam capazes de desenvolver soluções aos problemas e assim uma mudança de habito será possível.

Vale ressaltar que a educação tem um papel fundamental para o processo social, democrático, educativo político de uma sociedade enquanto estado e sendo um povo, sendo assim possível uma construção de novas identidades, potencializando características dos indivíduos e desenvolvendo um olhar dos mesmos com o foco em empreender e buscar melhorias de subsistência.

Os indivíduos inseridos nesse contexto desenvolvem a percepção e o dever de acompanhar a aplicação, fiscalização, gestão, contribuição com novas estratégias de ensino educacional dentre inúmeras formas para contribuir com o modelo governamental sócio político, com seus direitos e deveres quanto cidadão bem definidos, vivendo em sociedade fazendo usufruto das políticas educacionais, acompanhando a destinação e o bom uso dos recursos garantidos por lei.

Tal necessidade se dá para que possamos ter escolas com melhor infraestrutura e que as mesmas não sejam simplesmente indicadores estatísticos, onde a realidade das tendencias pedagógicas e as metodologias educacionais deixam muito a desejar.

REFERÊNCIAS

- Aranha, m. l. a. *Filosofia da Educação*. 2. ed. São Paulo: Moderna, 1996.
- AMORIM, Ana Luisa Nogueira de. **Educação infantil e currículo**: compassos e descompassos entre os aspectos teóricos, legais e políticos. *Espaço Currículo*, v.3. n.1, p.551-461, março de 2010 a setembro de 2010.
- ARELARO, Lisete Regina Gomes; JACOMINI, Márcia Aparecida; KLEIN, Sylvie Bonifácio. O ensino fundamental de nove anos e o direito à educação. *Educação e Pesquisa*, v. 37, n. 1, p. 35-51, 2011.
- BRAGA, Marcus Vinicius de Azevedo. *O controle social da educação básica pública: a atuação dos conselheiros do FUNDEB*. 2011.
- BRASIL. Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942. Lei orgânica do ensino secundário. *Diário Oficial da União*. Disponível <<http://www.soleis.adv.br/leiorganicaensinosecundario.htm>>. Acesso em: 14 junho 21.
- BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é Educação*. São Paulo: Brasiliense, 2007. (Coleção primeiros passos).
- CUNHA, Rodrigo Bastos. Políticas de línguas e educação escolar indígena no Brasil. *Educar em Revista*, n. 32, p. 143-159, 2008.
- DA SILVA, Ana Tereza Reis. Ecoformação: reflexões para uma pedagogia ambiental, ambiental a partir de Rousseau, Morin e Pineau. *Desenvolvimento e Meio ambientes*, v. 18, 2008.
- DA SILVA, Aline Maira. *Educação especial e inclusão escolar: história e fundamentos*. Editora Ibpx, 2010.
- Dewey, J. A importância da dimensão política e social da educação para constituição de uma sociedade democrática. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação, UFU -Uberlândia 2018. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.14393/ufu.te.2019.902>.
- FERREIRA, M. K. L. (Org.). *Ideias matemáticas de povos culturalmente distintos* São Paulo: Global, 2002.
- FREIRE, Paulo; FAUNDEZ, Antônio. *Por uma pedagogia da pergunta*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- LOPES, Alice C. Pensamento e política curricular – entrevista com William Pinar. In: *Políticas de currículo em múltiplos contextos*. São Paulo: Cortez, 2006.
- Mello, I. B. de (1956). *Evolução do ensino na Paraíba*. João Pessoa: Imprensa Oficial, 20.

Mello, I. O. de A. e Nóbrega, E. (org.) (1998). Sociedade, Cultura e Governo da Paraíba do tempo presente, in: História da Paraíba em fascículos.

OLIVEIRA, Maria de Lourdes Barreto de. Colégios e Liceus na Paraíba do oitocentos: oficinas para mandos e ofícios da cidade. SCOCUGLIA, Afonso Celso; MACHADO, Charliton José dos Santos (orgs). Pesquisa e Historiografia da Educação Brasileira. Campinas, SP: Autores Associados, 2006.

PINEAU, Pablo. Como a noite engendra o dia e o dia engendra a noite: Revisando o vínculo da produção mútua entre escola e Modernidade. Revista Proposições, v. 19, n. 3 (57).

SUDBRACK, Edite Maria; NOGARO, Arnaldo. Políticas educacionais e internacionalização da educação superior: complexidade, impactos e desafios. Revista Educação em Debate, v. 38, n. 72, 2017.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo. 3.ed. -1. reimp – Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

TAUKANE, D. A história da educação escolar entre os Kurã-Bakairi. Cuiabá: n/d, 1999.

TUKANO, A. Política e territorialidade, respeito à diversidade. In. FLÓRIDA, C.; FERNANDES, R. M. (Orgs.). Tradição e resistência: encontro de povos. São Paulo: SESC, 2008. (p. 98-100).

VIANA, Rosângela da Silva et al. Narrativas do formador de professores indígenas em Roraima. 2017.

DELORS, Jacques (Coord.). Os quatro pilares da educação. In: Educação: um tesouro a descobrir. São Paulo: Cortez p. 89-102, 1996.

Capítulo 7

PANCREATITE AGUDA: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO, UMA CONCEPÇÃO DA REVISÃO DE LITERATURA

DOI: 10.29327/5190429.1-7

Antonio Walberto Oliveira Gonçalves
Brunna Lavôr Martins
Ester Laignier Barroso
Naytalla Nancy de Sousa Martins
Ana Valéria Santos Pereira de Almeida

PANCREATITE AGUDA: DIAGNÓSTICO E TRATAMENTO, UMA CONCEPÇÃO DA REVISÃO DE LITERATURA

Antonio Walberto Oliveira Gonçalves

Brunna Lavôr Martins

Ester Laignier Barroso

Naytalla Nancy de Sousa Martins

Ana Valéria Santos Pereira de Almeida

RESUMO

O presente artigo relata quais os conhecimentos necessários no contexto do diagnóstico e tratamento da pancreatite aguda. Para isso, foram propostos como objetivos, apresentar informações sobre diagnóstico e tratamento da pancreatite aguda, como fonte de reflexão, análise e raciocínio para profissionais da saúde. Além disso, fornecer informações para compreender a fisiopatologia da pancreatite aguda. Nesse contexto, foram realizadas pesquisas no Google Acadêmico, na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no CAPES, no *UptoDate* e *PubMed* partindo então, para um estudo com abordagem qualitativa, descritiva, exploratória e explicativa, tendo referência os principais teóricos como Condado, (2012), Duarte *et al* (2019), Azevedo, (2021), Gomes *et al*, (2020). A partir dessas referências, pode-se concluir que a pancreatite aguda é um problema de saúde pública, visto que o etilismo e a litíase biliar acometem um percentual significativo de brasileiros. À luz de tal problemática, é de suma importância o estudo do exame físico, da anamnese, do diagnóstico e do tratamento dessa patologia, uma vez que a pancreatite acomete uma glândula vital para o funcionamento e a homeostase do organismo.

Palavras-chave: pancreatite aguda; diagnóstico; tratamento; epidemiologia; patologia.

1. INTRODUÇÃO

A pancreatite aguda (PA) é uma inflamação aguda do pâncreas, na qual as enzimas digestivas pancreáticas são ativadas no parênquima do próprio órgão e na circulação sanguínea, levando a uma resposta inflamatória sistêmica. Trata-se de uma das causas mais frequentes de hospitalização por condições do trato gastrointestinal, apresentando aumento da incidência nos últimos 10 anos (MOLTONI *et al.*, 2018).

De acordo com Fagundes *et al.*, (2017) a doença pode ser dividida em PA edematosa (90-95% dos casos), onde há inflamação e edema no órgão e tecidos adjacentes, e PA necrosante, em que ocorre morte celular e potencial necessidade de tratamento cirúrgico.

Portanto, a gravidade da doença está associada à necrose pancreática ou do tecido peri-pancreático, sendo que, a presença de infecção é o fator mais importante da evolução desfavorável da pancreatite. Cerca de 20% dos casos cursam com necrose pancreática e um terço deste grupo evolui com infecção (RASSLAN *et al.*, 2017).

Geralmente, a patologia tem maior prevalência na faixa etária dos 30 aos 60 anos e, inicia-se abruptamente, com intensa dor em região epigástrica, acompanhada ou não de náuseas e de vômitos. Apresenta patogenia não totalmente esclarecida, desencadeada por fenômeno comum central, a ativação intrapancreática das enzimas digestivas pancreáticas, com evolução imprevisível (MUNHOZ-FILHO *et al.*, 2015).

Ao exame físico, alguns sinais cutâneos podem estar presentes, embora incomuns: sinal de Grey-Turner (equimose em flancos), sinal de Cullen (equimose periumbilical), paniculite (necrose gordurosa subcutânea) e sinal de Fox (equimose na base do pênis) (TEIXEIRA; GERHARDT; MONDARDO, *et al.*, 2016).

Quanto à relevância e a justificativa desse estudo, busca-se incentivar o desenvolvimento do raciocínio clínico, buscando prestar um atendimento de excelência, através de diagnóstico e tratamento eficaz. Além disso, faz-se necessário observar que o estilo de vida e maus hábitos alimentares como, o consumo excessivo de alimentos industrializados e de bebidas alcoólicas, tem intensificado a necessidade de atendimentos médicos, culminando nas diversas doenças do aparelho digestivo.

Assim, quais conhecimentos são necessários no contexto do diagnóstico e tratamento da pancreatite aguda?

Sob essa visão, o presente estudo possui como objetivo geral consolidar dados sobre o diagnóstico, expondo os exames complementares necessários, e abordar aspectos do tratamento. Como objetivos específicos, busca apresentar informações referentes a essa patologia que sirvam de reflexão, análise e raciocínio clínico para profissionais da saúde, além de compreender a fisiopatologia da pancreatite aguda.

2. METODOLOGIA

Neste tópico serão abordados, de forma minuciosa, os tipos de pesquisas utilizados para desenvolver o estudo e como foi realizada a coleta de dados. Para isso, será contado com o apoio de teóricos em metodologia científica, já consagrados na literatura.

2.1 Tipos de pesquisa

Trata-se de uma revisão de literatura, com abordagem qualitativa, exploratória, descritiva e explicativa. Além disso, por referir-se a uma revisão de literatura, pode-se também afirmar que tem um caráter bibliográfico, que de acordo com Gil (2017), a pesquisa bibliográfica é aquela que é constituída de materiais já publicados, seja em livros, revistas, jornais, teses, dissertações e anais científicos, CDs ou outros materiais disponibilizados no meio virtual.

Desse modo, quase todas as pesquisas de âmbito acadêmico, em alguma etapa de sua construção recorre à abordagem bibliográfica, tanto é verdade que nas monografias desenvolvidas atualmente, existe um capítulo dedicado à fundamentação teórica do trabalho (GIL, 2017).

Além disso, o estudo possui uma abordagem qualitativa, haja vista que, consoante o pensamento de Yin (2016), a pesquisa qualitativa estuda o significado da vida das pessoas, para isso, cada indivíduo estará realizando suas atividades diárias, de modo que ocorra a mínima interferência possível de agentes não habituais. Com isso, a pesquisa qualitativa interpreta os fatos da vida real das pessoas, as quais vivenciam, não sendo, limitados aos questionários, aos valores pressupostos impostos pelos pesquisadores em suas pesquisas (YIN, 2016).

A abordagem exploratória e a descritiva, segundo Marconi e Lakatos (2017) andam lado a lado, uma vez que a pesquisa exploratória traz ideias de assuntos que não são tão explorados, pautada em desenvolver hipóteses, além de descrever os fatos para esclarecer conceitos e ampliar a familiaridade do pesquisador com um fato para a realização de uma pesquisa mais futura.

Ademais, Severino (2017) afirma que “a pesquisa exploratória busca apenas levantar informações sobre um determinado objeto, delimitando assim um campo de trabalho, mapeando as condições de manifestação desse objeto”.

Já a pesquisa explicativa, “registra e analisa os fenômenos estudados, de modo a identificar suas causas, tanto por meio da aplicação do método matemático, quanto por meio da interpretação possibilitada pelos métodos qualitativos, por isso, é o tipo de pesquisa que possui maior proximidade entre conhecimento e realidade” (SEVERINO, 2017).

2.2 Coletas de dados

A coleta de dados foi realizada na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), no Google Acadêmico, no CAPES, no *UptoDate* e *PubMed* sendo que para isso, foram utilizados como palavras-chave, os seguintes descritores: “pancreatite aguda”, “diagnóstico”, “tratamento”, “epidemiologia” e “patologia” devidamente consultados na plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS).

Assim, como fatores de inclusão, foram elencadas publicações compreendidas entre os últimos 10 anos, que estavam disponíveis na íntegra e presentes nos idiomas português e inglês. Já como fatores de exclusão, foram removidos artigos que se encontravam em duplicidade, apresentavam fuga ao tema e disponíveis em outros idiomas, além do português e do inglês.

Desse modo, ao todo foram utilizados 28 publicações para contextualizar a metodologia e alcançar os objetivos propostos, conforme a tabela 1.

Tabela 1 – Publicações de acordo com ano, autores e título.

ANO	AUTORES	TÍTULO
2012	CONDADO, D. A. S. A.	Pancreatite aguda – estratificação
2013	FUKUDA, J. K. <i>et al.</i>	Prognóstico dos casos de pancreatite aguda pelo escore de PANC 3.
2014	MOORE, K. L. <i>et al.</i>	Anatomia orientada para clínica.
2015	MUNHOZ-FILHO, C. H. <i>et al.</i>	Correlações clínicas e terapêuticas em pacientes com pancreatite aguda leve.
2015	MÖTKE, B. B. <i>et al.</i>	Perfil epidemiológico e principais complicações de pacientes submetidos a colangiopancreatografia retrógrada endoscópica (CPRE) em um hospital terciário.
2016	TEIXEIRA, L. M.; GERHARDT, S.; MONDARDO, A. H. <i>et al.</i>	Pancreatite Aguda.
2016	YIN, R. K.	Pesquisa qualitativa do início ao fim.
2017	RASSLAN, R.; NOVO, F. C. F.; BITRAN, A. <i>et al.</i>	Necrose pancreática com infecção: estado atual do tratamento.
2017	SEVERINO, A. J.	Metodologia do trabalho científico.
2017	SCALZER, P.; SILVA, R. D.; RAMOS, M. C.	Terapia nutricional mais adequada para pacientes com pancreatite aguda.
2017	FAGUNDES, A. C. <i>et al.</i>	Aspectos Cirúrgicos da Pancreatite Aguda Necrosante
2017	GIL, A. C.	Como elaborar projetos de pesquisa.
2017	LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A.	Fundamentos de metodologia científica.

2018	CARVALHO, C. M. M.	Pancreatite aguda experimental grave cursa com disfunção pulmonar com envolvimento de macrófagos e dano diafragmático.
2018	CHEBLI, M. F. <i>et al.</i>	Abordagem moderna da pancreatite aguda.
2018	JAMES, T. W.; CROCKETT S. D.	Management of Acute Pancreatitis in the First 72 hours
2018	JUNQUEIRA, L. C. CARNEIRO, J.	Histologia Básica: texto e atlas.
2018	MOLTONI, I. S. <i>et al.</i>	Evidências de revisões sistemáticas Cochrane sobre diagnóstico e tratamento da pancreatite aguda.
2019	DUARTE, A. S. <i>et al.</i>	Fisiopatologia e tratamento da pancreatite aguda: revisão de literatura.
2019	NETTER, F. H.	Atlas de anatomia humana.
2020	OKABAYASHI, N. Y. T. <i>et al.</i>	Serious acute pancreatitis: Diagnosis and treatment.
2020	GOMES, J. P. <i>et al.</i>	Pancreatite aguda em pacientes etilistas: revisão narrativa.
2021	AZEVEDO, B. R. M. S.	Critérios laboratoriais para o diagnóstico diferencial entre pancreatite aguda biliar e não biliar.
2021	LIMA, S. P. S. <i>et al.</i>	Estudo panorâmico do perfil epidemiológico das desordens pancreáticas nas macrorregiões do Brasil.
2021	MARTINO, M. D.; LAARHOVEN, S. V.; IELPO, B. <i>et al.</i>	Systematic review and meta-analysis of fluid therapy protocols in acute pancreatitis: type, rate and route.
2022	CARVALHO, P. F. R. <i>et al.</i>	Pancreatite Aguda: uma revisão narrativa da literatura.
2022	LOPES, F. V.; CARA, J. G. M.; CEREZO, E. R.	Acute pancreatitis.
2022	MACHADO, I. A. A. <i>et al.</i>	Indicações do tratamento cirúrgico na pancreatite aguda.

Fonte: Autoria própria.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

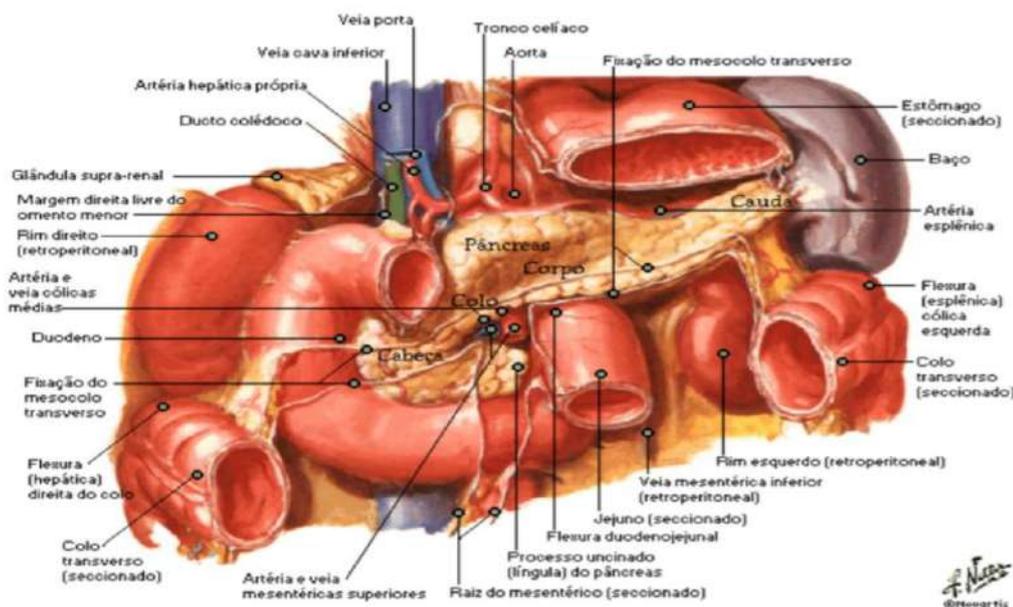
3.1 Anatomia do pâncreas

O pâncreas é uma glândula acessória mista, retroperitoneal, localizada transversalmente ao abdome (do hipocôndrio direito ao hipocôndrio esquerdo), ao nível das vértebras lombares I e II (LI e LII). Sendo dividido em cabeça, colo, corpo e cauda. A cabeça repousa sobre a parte descendente do duodeno e a cauda sobre o baço (MOORE *et al.*, 2014).

Histologicamente, o pâncreas possui uma parte exócrina, constituída por células acinares que produzem suco pancreático, e uma parte endócrina, que é constituída pelas ilhotas pancreáticas, que produzem glucagon e insulina. Por sua vez, o suco pancreático é liberado no duodeno por meio dos ductos pancreático principal e acessório, que recaem, respectivamente, nas papilas duodenais maior e menor (JUNQUEIRA; CARNEIRO, 2018).

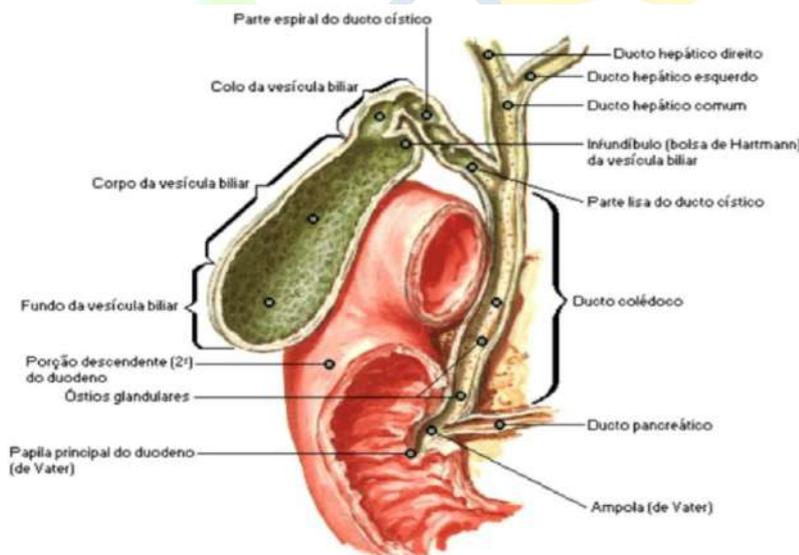
Ademais, antes de adentrar à patologia, é fundamental saber das conexões existentes entre o pâncreas e a vesícula biliar, uma vez que a litíase biliar é uma das maiores causas de pancreatite aguda, sobretudo em adultos. Por isso, é válido lembrar que a vesícula biliar possui o ducto colédoco e o pâncreas, o ducto pancreático, que se unem para formar a ampola de Vater (figura 2).

Figura 1 - Anatomia do pâncreas



Fonte : NETTER, F. H. 2019.

Figura 2 - Relação da vesícula biliar com o pâncreas



Fonte : NETTER, F. H. 2019.

3.2 Epidemiologia

A incidência da PA varia de 4,9 a 73,4 casos por 100.000 e vem mostrando um aumento na sua incidência anual. Cerca de 80 a 90% dos casos cursam de forma autolimitada, apenas com edema, sem complicações locais ou necrose, por um período de 3 a 7 dias. Aproximadamente 10 a 20% dos casos, evoluem com quadro sistêmico grave, com alta letalidade, podendo desenvolver extensa necrose com hemorragia retroperitoneal, com intervalo mais longo de evolução (3 a 6 semanas) (TEIXEIRA; GERHARDT; MONDARDO *et al.*, 2016).

Cabe observar que 17,9% da população adulta faz uso excessivo de bebidas alcoólicas, segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), o que repercute negativamente na saúde do indivíduo, haja vista as complicações que esse consumo excessivo pode ocasionar, como a pancreatite aguda (GOMES *et al.*, 2020). Já a ocorrência da litíase biliar, tem maior incidência entre a população de 40 a 49 anos, não tendo predominância de gênero (LIMA *et al.*, 2021).

3.3 Fisiopatologia da pancreatite aguda

A pancreatite aguda varia entre pancreatite intersticial e pancreatite necrosante, sendo a intersticial o modo mais comum. A principal causa de pancreatite aguda são os cálculos biliares, constituindo cerca de 30 a 60% dos casos. Quando se fala em colecistite ou em coledocolitíase, a principal preocupação é quando o cálculo se desloca até o ducto colédoco, obstrui o esfíncter de Oddi ou migra para o ducto pancreático. Por isso, a grande apreensão na litíase das vias biliares é a estase biliar, levando a refluxo da bile para os ductos pancreáticos, provocando lesões aos ácinos pancreáticos, desencadeando respostas inflamatórias (CONDADO, 2012).

O tecido pancreático possui funções endócrinas e exócrinas. Nas funções endócrinas, tem a secreção de insulina, glucagon, somatostatina e outro peptídeo (VIP). Já as secreções exócrinas, além de produção de bicarbonato, tem a produção de enzimas digestivas, principalmente as que degradam proteínas, carboidratos e lipídeos, que por sua vez não são seletivas. No entanto, as lipases, proteases, amilases são inespecíficas e expostas ao parênquima pancreático, degradam esse parênquima, desencadeando um processo inflamatório, ocasionado pancreatite (CARVALHO, 2018).

Em segundo lugar, o etilismo (libação alcoólica) é responsável por cerca de 30 a 40% dos casos de pancreatite, uma vez que o álcool possui um metabólito, chamado acetaldeído, que pode exercer um efeito tóxico sobre as células acinares pancreáticas, o

que leva a ativação intracelular de tripsina pelas enzimas lisossômicas. Do mesmo modo, inflamação do esfíncter de Oddi pode levar à retenção de enzimas hidrolíticas no ducto e nos ácinos pancreáticos (CONDADO, 2012).

Além da litíase biliar e do alcoolismo, que perfazem cerca de 70% dos casos, outras causas conhecidas são: hipertrigliceridemia, alterações genéticas, doenças autoimunes, CPRE, drogas e complicações cirúrgicas (FAGUNDES *et al.*, 2017).

3.4 Análise Clínica

Clinicamente, a pancreatite aguda é referida como uma dor abdominal com características variáveis, entretanto, o relato clássico é dor em faixa em mesogástrico, epigástrico que irradia para o dorso, encontrado em cerca de 50% dos casos. Há alívio com o paciente em posição genupeitoral, piora com o paciente em decúbito dorsal, elevado, e ao ingerir alimentos com alto percentual de lipídeos, além de piorar aos esforços. Somado a isso, na maior parte dos casos, a dor é acompanhada por náuseas e vômitos (CARVALHO *et al.*, 2022).

Os achados físicos variam a depender da gravidade da pancreatite aguda. Em pacientes com pancreatite aguda leve, o epigástrico pode ser minimamente sensível à palpação. Em contraste, na pancreatite grave, pode haver sensibilidade significativa ao toque no epigástrico ou mais difusamente no abdome (VEGE, 2022).

Os pacientes podem ter distensão abdominal e sons intestinais hipoativos devido a um íleo secundário à inflamação. Além disso, podem ter icterícia escleral devido à icterícia obstrutiva decorrente da coledocolitíase ou edema da cabeça do pâncreas (LOPEZ; CARA; CERESO, 2022).

Em casos de pancreatite grave podem apresentar febre, taquipnéia, hipoxemia e hipotensão. Alguns achados são importantes na pancreatite aguda, dentre eles, estão os sangramentos intra-abdominais, tipicamente conhecidos como *Grey Turner* e *Cullen*. Este último é uma hemorragia periumbilical, e o primeiro, nos flancos, ambos são sangramentos retroperitoneais, em consonância com a localização do pâncreas (GOMES *et al.*, 2020).

3.5 Exames Complementares

Os exames são realizados em laboratório para identificar os níveis enzimáticos, principalmente a amilase e a lipase. Desse modo, nota-se que, a amilase eleva-se nas 6 a 12 horas de início da dor, normalizando-se cerca de 3 a 5 dias após, por isso, não é um

marcador tão fidedigno da pancreatite, já a lipase começa aumentar depois de 4 a 8 horas do quadro, permanecendo elevada por mais dias, em torno de 7 a 14 dias, portanto, um marcador mais fidedigno para o diagnóstico de pancreatite (AZEVEDO, 2021).

Vale salientar que, dentro do quadro de pancreatite, é importante observar que a amilase e lipase aumentam cerca de 3 a 4 vezes do seu valor normal. Além de que, deve-se entender que estes dados não são utilizados como fator de prognóstico (OKABAYASHI, 2020).

Ademais, ainda de acordo com Okabayashi (2020) é fundamental solicitar hemograma, eletrólitos, ureia, creatinina e triglicérides. Destacando o hemograma, ureia e creatinina, pois a azotemia e a hemoconcentração, são marcadores de pior prognóstico, haja vista que a elevação desses compostos nitrogenados no sangue pode indicar lesões de outros órgãos, relacionando-se a insuficiência orgânica.

O Raio X é importante para descartar outras patologias, como perfurações, e o ultrassom de abdômen para diagnosticar litíase biliar, ou seja, são úteis para o diagnóstico diferencial e determinação da causa e origem. A TC (Tomografia Computadorizada), de preferência de 48-72 horas do início do quadro, consegue distinguir as alterações no parênquima pancreático, como edema, achados inflamatório no tecido peri-pancreático, ou até mesmo complicações como pseudocisto, necrose e abscesso (AZEVEDO, 2021).

3.6 Prognóstico

Para realizar a estratificação de gravidade e definir qual o manejo mais adequado, são levados em conta, alguns critérios já pré-estabelecidos, como a classificação de Atlanta, os critérios de Ranson e os critérios de APACHE-II, além dos critérios de tomografia de Balthazar. Contudo, na prática clínica, os critérios mais utilizados são os de Ranson e o APACHE-II (GOMES *et al.*, 2020).

Desse modo, exames laboratoriais, clínicos e escores são usados na admissão e 48 horas de internação do paciente como meio de estimar a magnitude da lesão e, assim, poder oferecer os melhores suportes. Nesse contexto, os critérios de Ranson, são avaliados em dois momentos (tabela 2), sendo que dos 11 critérios, 6 são abordados nas primeiras 48 horas e os 5 restantes são avaliados na admissão do paciente, com isso, quando o paciente apresenta 3 ou mais critérios nas 48 horas da admissão, pode-se classificar como uma pancreatite grave (CHEBLI *et al.*, 2018).

Já em relação ao APACHE-II, é mais usado para estratificar quanto à risco de mortalidade ou gravidade. Assim, conta com 12 critérios e permite avaliar o paciente nas primeiras 24 horas da admissão e realizar periodicamente a evolução clínica do paciente. Portanto, o paciente apresentará prognóstico desfavorável quando possuir ≥ 3 critérios de Ranson ou ≥ 8 pontos na escala APACHE –II (OKABAYASHI, 2020).

Tabela 2 - Critérios de Ranson

Ranson (causa alcoólica ou outra)	Ranson (causa biliar)
À admissão	À admissão
Idade > 55 anos	Idade > 70 anos
GB > 16 000/mm ³	GB > 18 000/mm ³
LDH > 350 U/l	LDH > 250 U/l
AST > 250 U/l	AST > 250 U/l
Glicemia > 200 mg/dl	Glicemia > 220 mg/dl
Às 48 horas	Às 48 horas
Queda do hematócrito > 10%	Queda do hematócrito > 10%
Aumento da BUN > 5 mg/dl	Aumento da BUN > 2 mg/dl
Cálcio < 8 mg/dl	Cálcio < 8 mg/dl
PO ₂ < 60 mmHg	PO ₂ < 60 mmHg
Déficit de bases > 4 mEq/l	Déficit de bases > 5 mEq/l
Perda de fluidos > 6L	Perda de fluidos > 4L

Fonte: FUKUDA, J. K, *et al*, 2013.

Assim, com base nos critérios de Ranson, 3 ou mais desses critérios em 48 horas indicam para o médico que o paciente pode ter evolução desfavorável.

3.7 Tratamento

Na pancreatite aguda, o tratamento baseia-se em oferecer suporte ao paciente, uma vez que o paciente se encontra em Síndrome da Resposta Inflamatória Sistêmica (SIRS), podendo ser leve, grave ou fatal. O suporte baseia-se em jejum, hidratação e analgesia, denominados pilares do tratamento da pancreatite aguda. O jejum é curto, cerca de 24-36 horas, haja vista que, na maioria das vezes, o paciente está vomitando. Assim, com a melhora da dor e do vômito nas PA leves, pode-se oferecer dieta via oral, desde que, uma dieta hipolipídica. Entretanto, em caso de não aceitação da dieta, será passada uma sonda nasoenteral (preferencialmente). Em casos de persistência da rejeição da dieta, realiza-se um acesso central para nutrição parenteral. Portanto, primeiro opta-se por alimentação via oral, não sendo possível, via enteral é utilizada como segunda opção e por último a via parenteral (DUARTE *et al.*, 2019).

Para ajudar no tratamento da pancreatite aguda, é importante deixar um pouco de dieta no trânsito intestinal, pelo menos 10 mL/h na bomba de infusão, mesmo sabendo que não vai ser o suficiente para nutrir o paciente, será crucial para nutrir os enterócitos e, assim, evitar a perda da mucosa intestinal e, por conseguinte, evita a translocação bacteriana para o pâncreas. Ademais, se o paciente tiver necrose no pâncreas, tal medida previne a necrose infectada, o que causa alta mortalidade (SCALZER; SILVA; RAMOS, 2017).

Consoante Duarte *et al.* (2019), na hidratação, preferencialmente, os acessos periféricos devem ser calibrosos para ofertar volume ao paciente, através de solução cristalóide, colóide ou ambos, sendo que os dois cristalóides mais comumente usados são solução salina normal (SN) e Ringer lactato (RL). Para uma hidratação efetiva, é importante calcular o balanço hídrico, sendo necessária a passagem de uma sonda vesical para registrar a diurese. A hidratação adequada é essencial para evitar que culmine em insuficiência renal aguda.

Ainda em relação aos cristalóides, a SN tem uma maior concentração de cloro do que RL, levando a uma queda no pH, enquanto RL contém bicarbonato. Acidose metabólica devido à hiperclorêmia pode levar a um aumento da inflamação e, subsequentemente, uma complicação da pancreatite (JAMES; CROCKETTS, 2018).

De acordo com Martino, Laarhoven, Ielpo *et al.* (2021), os colóides mais usados historicamente foram albumina, hidroxietilamido (HES) e soluções à base de gelatina. Contudo, a popularidade de colóides diminuiu nos últimos anos devido a um possível aumento na mortalidade quando comparados aos cristalóides em pacientes graves.

A taxa na qual o fluido é administrado é outra questão controversa. Os defensores da fluidoterapia de alta taxa acreditam que a reposição precoce de líquidos diminui a mortalidade. Outros autores, no entanto, argumentam que a fluidoterapia de alta taxa tem o potencial de causar sobrecarga hídrica, precipitando ou agravando problemas cardíacos e insuficiência respiratória. Essa discrepância nas taxas de infusão e protocolos de ressuscitação são evidentes em diferentes diretrizes de grandes associações internacionais (MARTINO; LAARHOVEN; IELPO, *et al.*, 2021).

Na analgesia, priorizando sempre o conforto do paciente com alívio da dor, utiliza-se dipirona ou tramadol. Em relação à morfina, estudos indicam que ela causa contração do esfíncter de Oddi, o que teoricamente, dificulta a drenagem do pâncreas e pode piorar a pancreatite, mas não existe uma comprovação científica acerca disso (CHEBLI *et al.*, 2018).

Quanto aos antibióticos, não se utiliza antibióticos de forma profilática na PA, uma vez que o antibiótico seleciona a flora bacteriana, gerando bactérias resistentes. Contudo, a antibioticoterapia é recomendada caso a necrose do pâncreas esteja infectada, visualizada por meio da TC com contraste pela presença de gás junto à coleção pancreática. Portanto, quando a necrose apresentar gás, trata-se de um quadro altamente sugestivo de necrose infectada, que ocorre em 40% dos casos. Nessas situações, inicia-se antibioticoterapia com imipenem (DUARTE *et al.*, 2019; RASSLAN; NOVO; BITRAN *et al.*, 2017).

Em relação à cirurgia, indica-se caso haja uma necrose infectada, uma vez que exista pouca vascularização e baixa efetividade do antibiótico, já que não atinge essa área. Nesse contexto, o momento de operar é o mais tardiamente possível, de preferência depois de 14 dias (3 a 4 semanas), pois tem maior probabilidade do conteúdo estar íntegro, com elevada chance de cirurgia única. Em casos de etiologia biliar, deve-se realizar a colecistectomia antes da alta hospitalar, com paciente estável, dando a alta com 24h pós operatório (MACHADO, *et al.*, 2022).

Vale ressaltar, que a CPRE não é indicada para a pancreatite aguda, uma vez que representa uma das etiologias da pancreatite aguda. Entretanto, existe uma exceção, quando existe um cálculo impactado na papila, ocasionando papilite e consequentemente, pancreatite. A papilite causa icterícia persistente. Portanto, paciente com cálculo na papila, imagem com coledocolitíase recomenda-se CPRE (DUARTE, *et al.*, 2019; MÖTKE, *et al.*, 2015).

4. DISCUSSÃO

A pancreatite aguda é uma inflamação do pâncreas decorrente da autodigestão da glândula causada pelas próprias enzimas pancreáticas, podendo ou não envolver subsequentemente outros tecidos regionais, órgãos ou tecidos a distância. Os fatores de risco mais importantes são a litíase biliar e a libação alcoólica.

Portanto, na litíase biliar, responsável pela maioria dos casos de pancreatite, quando o cálculo impacta no ducto colédoco, obstrui o esfíncter de Oddi, com isso, ocasiona a retenção do suco pancreático, contendo várias enzimas, no ducto e nos ácinos pancreáticos. Já em relação ao etilismo, segunda maior causa de pancreatite aguda, o processo inflamatório ocorre, por meio de uma substância tóxica, denominado acetaldeído, um metabólito que pode exercer efeito tóxico sobre as células acinares pancreáticas (CONDADO, 2012).

Dessa forma, o paciente evolui com dor em faixa na região epigástrica, que irradia para o dorso, na maior parte dos casos acompanhada de náuseas e vômitos. A dor melhora quando o paciente adota a posição genupeitoral e piora ao adotar a posição supina, ingere alimentos gordurosos e aos esforços. No exame físico, os achados são bastante variáveis, dependem da gravidade do caso e podem abranger desde febre, hipotensão, taquipneia e taquicardia. Somado a isso, em PA necro-hemorrágica, em virtude dos sangramentos intra-abdominais, observamos os sinais de Grey-Turner e o de Cullen (CARVALHO *et al.*, 2022; GOMES *et al.*, 2020).

Para realizar o diagnóstico de pancreatite aguda, é necessário associar o exame físico aos exames complementares. Dessa forma, nos exames laboratoriais, avaliam-se os níveis das enzimas amilase e lipase, que sugerem pancreatite quando aumentam cerca de 3 vezes acima do seu valor normal. A lipase possui maior especificidade que a amilase, haja vista que a lipase começa a aumentar mais precoce, e permanece elevada por mais dias, cerca de 7 a 14 dias, enquanto a amilase, apenas de 3 a 5 dias (AZEVEDO, 2021).

Na pancreatite aguda, o tratamento consiste em oferecer suporte ao paciente, que se fundamenta em jejum até controle das náuseas e vômitos, hidratação e analgesia, considerados pilares do tratamento da pancreatite aguda (DUARTE *et al.*, 2019).

5. CONCLUSÃO

Pode-se concluir que, a pancreatite aguda se trata de um problema de saúde pública, visto que envolve inúmeras etiologias e acomete um percentual relativo de brasileiros. À luz de tal problemática, é de suma importância o estudo do exame físico, da anamnese, do diagnóstico e do tratamento para melhorar o atendimento dos pacientes com pancreatite aguda. Haja visto que, a pancreatite aguda acomete uma glândula vital para o funcionamento e a homeostase do organismo, esta inflamação pode levar à danos irreparáveis, como a falência múltipla de órgãos.

Dessa maneira, tendo em vista que as causas mais comuns de pancreatite aguda são o alcoolismo e a litíase biliar, uma das formas de prevenir a pancreatite aguda é evitando o uso exacerbado de álcool, e evitar o consumo demasiado de alimentos com grande percentual de lipídeos, dando prioridade para alimentos saudáveis, como frutas e verduras.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, B. R. M. S. **Critérios laboratoriais para o diagnóstico diferencial entre pancreatite aguda biliar e não biliar**/Barbara Rafaela de Melo Santos Azevedo – São Paulo, 2021. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo, Escola Paulista de Medicina. Programa de Pós-Graduação em Ciência Cirúrgica Intesdisciplinar.

CARVALHO, C. M. M. **Pancreatite aguda experimental grave cursa com disfunção pulmonar com envolvimento de macrófagos e dano diafragmático**/Cecilia Mendes de Carvalho – 2018. Tese (doutorado) – Universidade Federal do Ceara, Faculdade de Medicina, Programa de Pós-graduação em Farmacologia, Fortaleza, 2018.

CARVALHO, P. F. R. *et al.* Pancreatite Aguda: uma revisão narrativa da literatura. **RECISATEC –Revista Científica Saúde e Tecnologia**, v.2, n.6, 2022. Disponível em: <<https://recisatec.com.br/index.php/recisatec/article/view/145/116>>. Acesso em: 10 de Ago. de 2022.

CONDADO, D. A. S. A. **Pancreatite aguda – estratificação**. Covilhão, 2012. Disponível em:<<https://ubibliorum.ubi.pt/bitstream/10400.6/1164/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Dania%20Condado.pdf>>. Acesso em: 15 de Ago. de 2022.

CHEBLI, J. M. F. *et al.* Abordagem moderna da pancreatite aguda. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, v. 6, n. 3, p. 683-695, 5 dez. 2018. Disponível em:<<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/7628>>. Acesso em: 11 de Ago. de 2022.

DUARTE, A. S. *et al.* Fisiopatologia e tratamento da pancreatite aguda: revisão de literatura. **Para Res Med J**. 2019;3(1):e06. DOI: 10.4322/prmj.2019.006. Disponível em:<<https://prmjourn.org/article/doi/10.4322/prmj.2019.006>>. Acesso em: 16 de Ago. de 2022.

FAGUNDES, A. C. *et al.* **Aspectos Cirúrgicos da Pancreatite Aguda Necrosante**. Acta méd. (Porto Alegre); 38: [8], 2017. Disponível em: <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/05/883918/pancreatite-final_rev.pdf>. Acesso em: 28/12/2022.

FUKUDA, J. K. *et al.* Prognóstico dos casos de pancreatite aguda pelo escore de PANC 3. ABCD. **Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva** (São Paulo) [online]. 2013, v. 26, n. 2, pp. 133-135. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0102-67202013000200013>>. Acesso em 19 Ago 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

GOMES, J. P. *et al.* Pancreatite aguda em pacientes etilistas: revisão narrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde/Electronic Journal Collection Health**. Vol. 12(10). E 4223. 2020. Disponível em:

<<https://acervomais.com.br/index.php/saude/article/view/4223/2859>>. Acesso em 02 de fev. de 2022.

JAMES, T. W.; CROCKETT S. D. Management of Acute Pancreatitis in the First 72 hours. *Curr Opin Gastroenterol.* 2018 September ; 34(5): 330–335. doi:10.1097/MOG.0000000000000456.

JUNQUEIRA, L. C. CARNEIRO, J. **Histologia Básica: texto e atlas.** 13. ed. [Reimpr.]. - Rio de Janeiro:Guanabara Koogan, 2018. ISBN 978-85-277-3216-1.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos de metodologia científica.** 8 ed. São Paulo: Atlas, 2017.

LIMA, S. P. S. de *et al.* Estudo panorâmico do perfil epidemiológico das desordens pancreáticas nas macrorregiões do Brasil. **Revista Eletrônica Estacio, Recife.** Anais da XX Jornada de Iniciação Científica, Novembro, 2021. Disponível em:< <https://reer.emnuvens.com.br/reer/article/view/633/300>>. Acesso em: 15 de Ago. de 2022.

LOPEZ, F. V.; CARA, J. G. M.; CEREZO, E. R. Acute pancreatitis. **Med Clin (Barc).** 2022 Jun 10;158(11):556-563. Disponível em:< <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/35277268/>>. Acesso em: 25 de dez. de 2022.

MACHADO, I. A. A. *et al.* Indicações do tratamento cirúrgico na pancreatite aguda. **Brazilian Journal of Development,** Curitiba, v.8, n.7, p.52537-52552,jul.,2022. Disponível em:< <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/50477/pdf>>. Acesso em: 16 de Ago. de 2022.

MARTINO, M. D.; LAARHOVEN, S. V.; IELPO, B. *et al.* Systematic review and meta-analysis of fluid therapy protocols in acute pancreatitis: type, rate and route. **International Hepato-Pancreato-Biliary,** 2021, 23, 1629–1638.

MOLTONI, I. S. *et al.* **Evidências de revisões sistemáticas Cochrane sobre diagnóstico e tratamento da pancreatite aguda.** *Diagn Tratamento.* 2018;23(4):160-9. Disponível em:< https://docs.bvsalud.org/biblioref/2019/04/987493/rdt_v23n4_160-169.pdf> Acesso em: 22 de Dez de 2022.

MOORE, K. L. *et al.* **Anatomia orientada para clínica.** Tradução de: Moore clinical oriented anatomy. tradução Claudia Lucia Caetano de Araujo ISBN 978-85-277-2584-2. - 7. ed. - Rio de Janeiro: Koogan, 2014.

MÖTKE, B. B. *et al.* Perfil epidemiológico e principais complicações de pacientes submetidos a colangiopancreatografia retrógrada endoscópica (CPRE) em um hospital terciário. **ABCDEexpress.** 2015;1(2):113. HCPA. DOI: /10.17982/S2359-2737.2015.02.0439. Disponível em:< <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/169130/001047661.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 16 de Ago. de 2022.

MUNHOZ-FILHO, C. H. *et al.* **Correlações clínicas e terapêuticas em pacientes com pancreatite aguda leve.** Arquivos Brasileiros de Cirurgia Digestiva, arq. sutiãs cir. escavação. vol. 28 nº.1 São Paulo 2015. *Versão impressa* ISSN 0102-6720. DOI: <https://doi.org/10.1590/s0102-67202015000100007>. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-67202015000100024&lng=en&tlng=en>. Acesso: 28/12/2022.

NETTER, F. H. **Atlas de anatomia humana.** 7ª ed. RIO DE JANEIRO: Elsevier, 2019.

OKABAYASHI, N. Y. T. *et al.* Serious acute pancreatitis: Diagnosis and treatment. **Brazilian Journal of health Review**, Curitiba, v. 3, n. 6, p. 17487-17506, nov./dez. 2020. Disponível em:< <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BJHR/article/view/20848/16643>> . Acesso em: 15 de Ago, de 2022.

RASSLAN, R. NOVO, F. C. F. BITRAN, A. *et al.* **Necrose pancreática com infecção: estado atual do tratamento.** Rev. Col. Bras. Cir. vol.44 no.5 Rio de Janeiro set./out. 2017. *versão impressa* ISSN 0100-6991*versão On-line* ISSN 1809-4546. DOI: <https://doi.org/10.1590/0100-69912017005015>. Disponível em:< https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&nrm=iso&lng=pt&tlng=pt&pid=S0100-69912017000500521>. Acesso em: 24/12/2022.

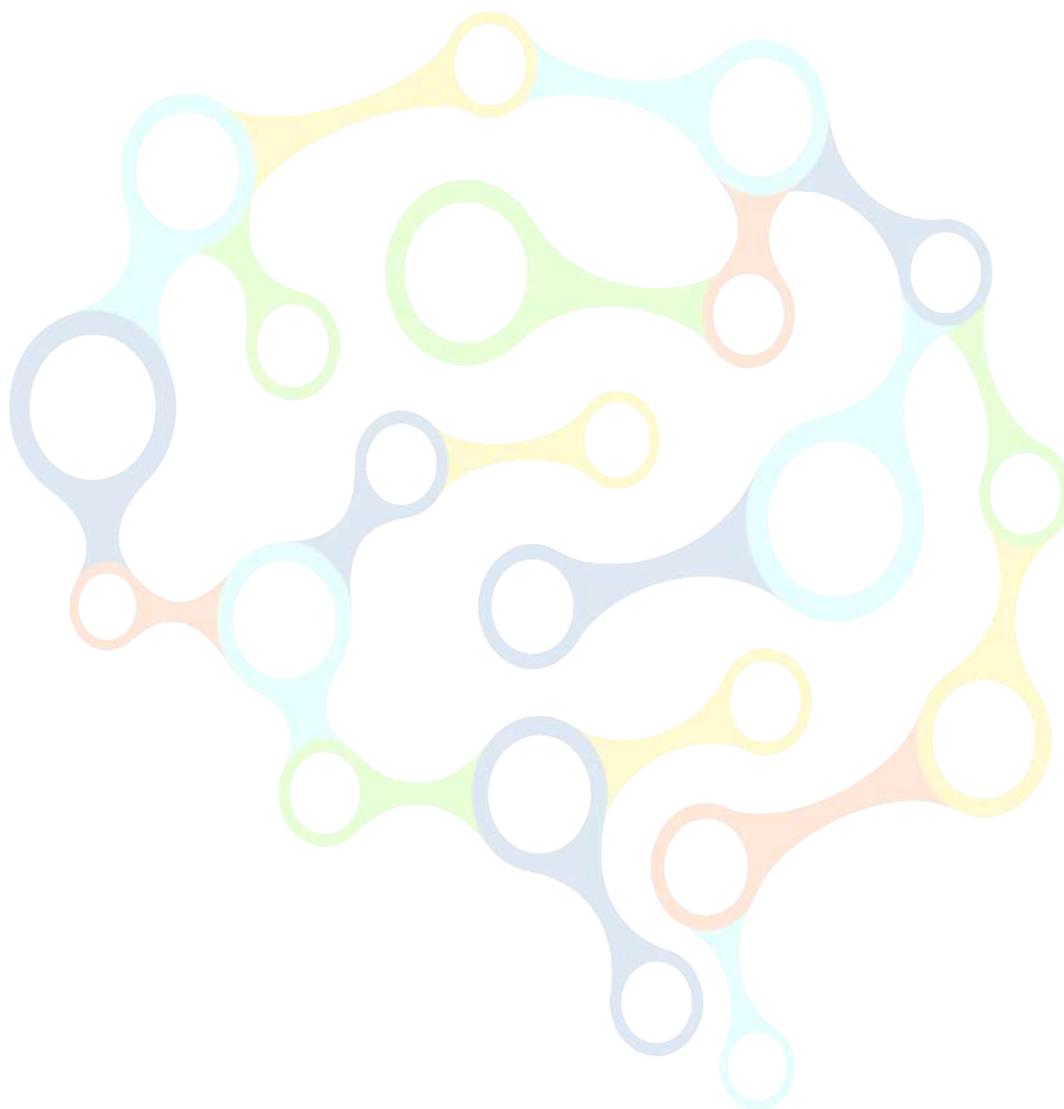
SEVERINO, A. J. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico]. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2017 4,4 Mb; e-Pub.

SCALZER, P.; SILVA, R. D. M.; RAMOS, M. C. Terapia nutricional mais adequada para pacientes com pancreatite aguda. Rev. Bras. Pesq. Saúde, Vitória, 19(1): 85-91, jan-mar, 2017. Disponível em:< <https://www.periodicos.ufes.br/rbps/article/download/17722/12148>>. Acesso em: 16 de Ago. de 2022.

TEIXEIRA, L. M.; GERHARDT, S.; MONDARDO, A. H. *et al.* **Pancreatite Aguda.** Revista Acta méd. (Porto Alegre) ; 37: [6], 2016. Artigo em Português | LILACS | ID: biblio-883023. Disponível em:< <https://docs.bvsalud.org/biblioref/2018/04/883023/08-pancreatite-aguda.pdf>>. Acesso em:<28/12/2022.

VEGE, S. S. **Clinical manifestations and diagnosis of acute pancreatitis.** UptoDate. 2022. Disponível em:< https://www.uptodate.com/contents/clinical-manifestations-and-diagnosis-of-acute-pancreatitis?search=pancreatite%20aguda&source=search_result&selectedTitle=2~150&usage_type=default&display_rank=2#H5>. Acesso em: 25 de dez. de 2022.

YIN, R. K. **Pesquisa qualitativa do início ao fim** [recurso eletrônico] / Robert K. Yin ; tradução: Daniel Bueno ; revisão técnica: Dirceu da Silva. – Porto Alegre: Penso, 2016. e-PUB.



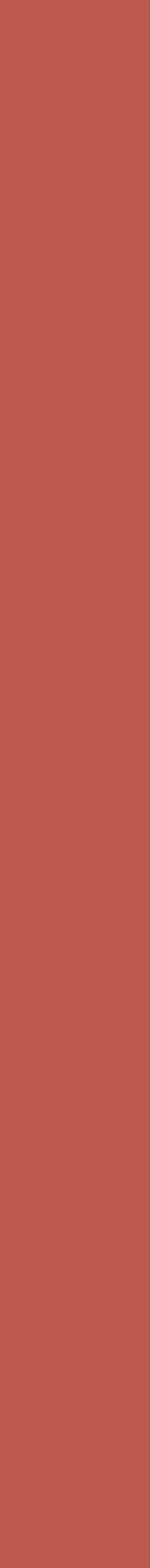


Capítulo 8

O TRÁFICO DE SERES HUMANOS: NOVOS DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS

DOI: 10.29327/5190429.1-8

Tayana de Souza Bordalo



O TRÁFICO DE SERES HUMANOS: NOVOS DESAFIOS DO MUNDO GLOBALIZADO FRENTE AOS DIREITOS HUMANOS

Tayana de Souza Bordalo

RESUMO

O presente trabalho científico terá como base pesquisa bibliográfica, documental e jurisprudencial, onde se objetivará uma breve análise da interferência do mundo globalizado no aumento do crime de Tráfico de Seres Humanos, devendo atenção e buscando apoio combativo nas premissas dos Direitos Humanos. Na primeira parte, se objetivará entender o alargamento do TSH como um fenômeno que se alarga sem limites de fronteiras no mundo globalizado, sendo considerado como uma das maiores violações criminosas expressas contra aos direitos humanos conquistados, objetivando-se compreender o crescimento significativo que resta se alongando através de décadas e gerações deste tipo de criminalidade. Em segundo plano, percebeu-se importante analisar brevemente, os fundamentos jurídicos das decisões da Corte E.D.H, no caso Rantsev contra Chipre e Rússia nº 25965/04 e no e Caso Silidian contra a França nº 73316/01, pretendendo-se considerar como exemplos que geraram obrigações positivas para os países julgados. Em continuidade, aspirou-se analisar para discutir a situação mais marcante de tráfico de seres humanos identificada e noticiada nas ultimas décadas do século XXI, a ser considerada: Caso/Situação Líbia. Por fim, postula-se alcançar o objetivo de entender e compreender a problemática em torno do crime de Tráfico de Seres Humanos a fim de buscar discussões que permitam refletir sobre novos métodos eficazes para prevenir e erradicar este tipo de ilícito penal que assola toda a humanidade.

Palavras-chave: Direitos Humanos; Tráfico de Seres Humanos; Repressão; Prevenção; Corte Europeia de Direitos Humanos;

ABSTRACT

The present scientific work will be based on bibliographical, documentary and jurisprudential research, which will aim at a brief analysis of the interference of the globalized world in the increase of the crime of Trafficking in Human Beings, paying attention and seeking combative support in the premises of Human Rights. In the first part, we intend to understand the enlargement of the TSH as a phenomenon that widens without limit of borders in the globalized world, being considered as one of the major criminal violations expressed against the direct human conquered, aiming to understand the significant growth that remains if stretching through decades and generations of this

type of crime. Secondly, it was important to examine briefly the legal grounds of the decisions of the Court of Justice in Rantsev against Cyprus and Russia No. 25965/04 and in the Silidian Case against France No. 73316/01, and it is intended to consider as examples which generated positive obligations for the countries judged. In continuity, it was hoped to analyze to discuss the most striking situation of trafficking in human beings identified and reported in the last decades of the 21st century, to be considered: Case / Libyan Situation. Finally, it is proposed to achieve the objective of understanding and understanding the problem surrounding the crime of Trafficking in Human Beings in order to seek discussions to reflect on new effective methods to prevent and eradicate this type of criminal offense that plagues the whole of humanity.

Keywords: Human rights; Trafficking in Human Beings; Repression; Prevention; European Court of Human Rights;

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação propõe-se analisar uma das formas de criminalidade mais hediondas e que se tornou mais um dos grandes desafios pragmáticos do avanço da globalização no século XXI, o Tráfico de Seres Humanos. O crime em estudo é diretamente contrário aos direitos fundamentais básicos e que, perspectivando as pessoas como mera mercadoria (coisificação do ser humano), as explora de várias formas, afetando a sua dignidade humana. Tais factos considerados em primeira linha contra os direitos humanos têm despertado o interesse das instâncias internacionais e regionais na luta contra a realidade deste fenómeno que aflige o mundo pós-moderno.

O tráfico de seres humanos está identificado como uma moderna forma de escravidão, com raízes baseadas no passado, cuja origem remonta ao tráfico de escravos e de mulheres brancas. A comunidade jurídica global, com foco nas conquistas consolidadas no âmbito dos direitos humanos, deve cada vez mais atenção à problemática existente no contexto desta “nova” forma de criminalidade; que tem se tornado forte e presente na atualidade, ganhando mais força e expansão através da abertura dos espaços transfronteiriços; onde se objetivará particular atenção neste trabalho.

Neste ínterim, no primeiro momento pretende-se abordar, mesmo que de maneira breve e geral, a definição do crime de Tráfico de Seres Humanos visando melhor delimitar a forma de identificação do tipo ilícito penal, com o objetivo de prevenir, erradicar e perceber de forma mais incisiva os casos de ocorrência. Considera-

se que, o tema proposto é de estimada importância, uma vez que, o aumento do crime de Tráfico de Seres Humanos¹ apresenta, ao longo das últimas décadas, números quantitativos significativamente crescentes, considerando a esfera nacional e internacional.²

Os reflexos do crime de TSH, que se pretende explorar no decorrer do *paper*, trazem consequências e problemáticas que precisam ser estudadas e discutidas, para que se tente alcançar propostas válidas para a solução de questões relativas às vítimas e as nações que sofrem e são afetadas com o aumento deste tipo de criminalidade. Considera-se neste contexto, que em escala global, todas as nações são afetadas pelas consequências da existência deste tipo de criminalidade, destacando-se que possui incidência em países subdesenvolvidos ou desenvolvidos.

Assim, com base em pesquisa bibliográfica, dogmática, documental e jurisprudencial, objetiva-se no presente texto, propor uma análise do crime de TSH, considerando-o como um grande problema a ser enfrentado através das fronteiras e que afeta a humanidade como um todo. O processo de globalização e o rápido e livre acesso à internet, que conecta o mundo inteiro, tem possibilitado, cada vez mais, o aumento do TSH, atingindo pessoas de todos os gêneros, raças e nações.

No mais, na tentativa de se alcançar o objetivo pretendido e para melhor entender os reflexos deste tipo de criminalidade, percebeu-se necessário trazer breve discussão sobre as consequências das decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos, no caso Rantsev contra Chipre e Rússia nº 25965/04 (TSH para Exploração Sexual) e no caso Silidian contra a França nº 73316/01 (Exploração Laboral), pretendendo-se observar os exemplos diretos que cada decisão causou para os respectivos países condenados e como influenciaram o direito local/regional para efetivas mudanças a fim de combater o crime de TSH.

Em seguida, buscou-se observar, também, a situação/caso mais marcante de tráfico de seres humanos identificada (denúncias noticiadas) nas últimas décadas do século XXI, o Caso/Situação Líbia e as consequências da prática deste tipo específico

¹ Observa-se que dados apresentados em 1997, pelo OIM (Organização Internacional de Migrante), já apresentavam números exorbitantes de lucro para as organizações criminosas relativas ao T.S.H, em tona de sete bilhões de dólares a receita líquida obtida pelos senhores do crime. ZIEGLER, Jean. Os Senhores do Crime, As novas máfias contra a democracia. Editora Terramar, 1998. p. 116.

² Dados e informações coletadas em: “UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Report on Trafficking in Persons 2014.” New York: UNODC, 2014. 86p. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf> Acesso em: 28 de novembro de 2017.

de criminalidade que está a ocorrer no Mar Mediterrâneo, entre o território europeu e o africano.

Assim, como disposto acima, pretende-se construir um breve percurso de conceituação, definição, análise e averiguação do crime de tráfico de seres humanos, com o objetivo de entender e identificar de forma mais clara e ampla este tipo de criminalidade, pois é evidente que devemos atenção à problemática, uma vez que resta observado, que tal temática tornou-se um complexo e problemático desafio para os Direitos Humanos no Mundo Globalizado.

Por fim, perpassando por exemplos de questões já identificadas, como os casos/decisões da CDH acima citados e, ainda, através da questão geral; pretende-se trazer breve reflexão sobre a incidência atual do TSH na Líbia, buscando adquirir um olhar mais amplo e crítico sobre a drástica realidade que as vítimas do crime de TSH são postas visando ponderar sobre mecanismos que possam propor soluções mais combativas e eficientes.

2. BREVE DEFINIÇÃO DO CRIME DE TRÁFICO DE SERES HUMANOS.

O crime de tráfico humano de pessoas não pode ser disposto como uma conduta recente considera-se, na verdade, que é/gera uma problemática para a humanidade desde a Idade Antiga e expõe reflexos cruéis em diversos lugares no mundo, principalmente quanto às consequências para os povos escravizados.

Neste íterim, ao refletir sobre a abolição da escravatura há séculos atrás se esperava que o crime TSH fosse uma questão examinada apenas ao olhar para trás, no entanto, está para além do que podemos observar em linhas retas na sociedade pós-moderna inserida século XXI, envolvendo complexos problemáticos em torno do mundo. As várias formas de TSH e o complexo de atos que estão em torno deste tipo de criminalidade proporcionam para os autores do crime valores econômicos elevadíssimos despertando questões de interesses econômicos fortes e promovendo laços políticos necessários.³

O TSH é o crime avaliado como a terceira maior atividade criminosa rentável do mundo (a primeira é tráfico de armamento e a segunda é o tráfico de drogas), atingindo todos os gêneros sexuais, sendo um mal espalhado por toda a população mundial. O Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes (UNODC), em relatório

³ RODRIGUES, Anabela Miranda. Tráfico de seres humanos – uma questão de política criminal ou de segurança internacional?. In Estudos de Homenagem ao Professor Excelentíssimo Senhor Professor Costa Andrade. (No prelo. Texto gentilmente cedido pela Professora Doutora Anabela Miranda Rodrigues).

disponibilizado em 2014, dispôs que: a modalidade mais comum de tráfico de pessoas é voltada para exploração sexual, somando o montante de 53% das vítimas, mas, observa-se também, que o TSH destinado para o trabalho forçado ganhou força nas últimas décadas, somando o montante de 40% das vítimas.⁴

O avanço da tecnologia de comunicação no mundo globalizado, que permite o livre acesso de redes sem fronteiras pela internet, e o aumento do movimento migratório no século XXI, amplia e facilita o aumento do crime de tráfico de seres humanos. O TSH, que inicialmente era mais direcionado a exploração sexual de mulheres, “especializou-se” com o avançar do tempo, se expandindo para outras áreas criminosas de atuação. Observa-se no presente momento, por exemplo, números crescentes para os casos de TSH com crianças e homens do sexo masculino, para fins de transplante de órgãos e trabalho forçado.⁵

O TSH é um considerado um tipo ilícito penal que abrange todos os gêneros de vítimas, sendo transnacional e nacional, percorrendo o mundo e afetando todos os povos. Assim, como o tráfico de drogas e o tráfico de armas de fogo, o TSH é considerado pela Organização das Nações Unidas (ONU), como um dos crimes (*hard crimes*) mais graves que podem ser cometido contra a humanidade e em desrespeito a todos os preceitos do princípio da dignidade da pessoa humana.⁶

Neste contexto, com o aumento agressivo do TSH, a ONU (nos anos 90 do século XX) observou ser necessária à criação de um comitê intergovernamental para fins de criação de um documento contra o tráfico de seres humanos no âmbito transnacional (de visibilidade internacional), visando e objetivando à possibilidade de criar-se instrumentos mais incisivos para combater o avançar das grandes organizações criminosas que agem em torno de toda a estrutura do TSH.⁷

Neste sentido, no âmbito da Organização das Nações Unidas, formou-se um comitê especializado que elaborou o texto e o apresentou, tendo sido aprovado em 2000 com o título de “Protocolo Adicional à Convenção das Nações Unidas contra o Crime organizado Transnacional Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de

⁴ Dados e informações coletadas em: “UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Report on Trafficking in Persons 2014.” New York: UNODC, 2014. 86p. Disponível em: <http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf> Acesso em: 28 de novembro de 2017.

⁵ *Idem*.

⁶ JESUS, Damásio de. Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

⁷ UNITED NATIONS. Resolution n. 53/111, 9 december 1998. Transnacional organized crime. Disponível em: <http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/53/111> Acesso em: 22 mar.2015

Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças – Protocolo de Palermo” por meio da Resolução n. 55/25, em 15 de novembro de 2000 em Palermo, Itália, que complementa a Convenção da Nações Unidas contra o Crime Transnacional, também de 2000.

O Protocolo de Palermo⁸, de dezembro de 2000, foi o documento de caráter determinativo em âmbito internacional (apesar de existirem outros documentos antecedentes relacionado ao TSH)⁹ a trazer consigo a definição do tipo ilícito penal direto do tráfico de pessoas, prevendo as noções diretas do tipo penal incriminador, as situações de entrega, recebimento, questões relativas a fiscalização e entre outros importantes mecanismos, para uma tentativa de prevenção mais eficaz e em relação a necessidade de se impor consequências punitivas e preventivas mais severas, a fim de combater o avanço do TSH para, por fim, objetivar erradicá-lo.¹⁰

No âmbito da União Europeia, o instrumento base caracterizador da luta contra o TSH¹¹ é a Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres

⁸ Segundo o art. 3º do Protocolo de Palermo, dispõem-se: a) A expressão ‘tráfico de pessoas’ significa o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso de força ou de outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, de abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. (NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 46-47)

⁹ O primeiro documento/instrumento internacional para dispor sobre TSH, foi adotado em 1904, sendo disposto como o Tratado Internacional para a Eliminação do Tráfico de Escravas Brancas. Em seguida, em 1910, nasce a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Escravas Brancas (Convenção de Paris). Em 1921, a Sociedade das Nações aprovou a Convenção Internacional para a Repressão do Tráfico de Mulheres, uma vez que a altura, se identificava o tráfico de seres humanos mais voltado a exploração sexual de mulheres. Em 1933, a Convenção de Supressão do Tráfico de Mulheres Maiores de Idade, que teve por foco o tráfico internacional, excluiu a noção de coação da pessoa traficada. Nos anos 1947 e 1948, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou os Protocolos de Emenda ao Acordo de 1904 e às Convenções de 1910, 1921 e 1933, porém os documentos não modificaram as definições constantes nos instrumentos antecedentes, vez que validaram os instrumentos na ordem internacional pós Segunda Guerra.

¹⁰ Neste sentido, para Obokata: “*One key aspect of the Trafficking Protocol is that it adopted a definition of trafficking for the first time under international Law*”. OBOKATA, Tom. *Trafficking of human beings from a human rights perspective – Towards a holistic approach*. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

¹¹ O relatório explicativo que acompanha a Convenção Anti-Tráfico, de 2005, ressalta que o TSH é um problema atual na Europa, que ameaça diretamente os direitos humanos e os valores fundamentais raízes de toda e qualquer sociedades democráticas. Dispondo neste sentido: “*Trafficking in human beings, with the entrapment of its victims, is the modern form of the old worldwide slave trade. It treats human beings as a commodity to be bought and sold, and to be put to forced labour, usually in the sex industry but also, for example, in the agricultural sector, declared or undeclared sweatshops, for a pittance or nothing at all. Most identified victims of trafficking are women but men also are sometimes victims of trafficking in human beings. Furthermore, many of the victims are young, sometimes children. All are desperate to make a meagre living, only to have their lives ruined by exploitation and rapacity. To be effective, a strategy for combating trafficking in human beings must adopt a multi-disciplinary approach incorporating prevention, protection of human rights of victims and prosecution of traffickers, while at the same time seeking to harmonise relevant national laws and ensure that these laws are applied uniformly and effectively.*” COUNCIL OF EUROPE, 2005, on line.

Humanos, também denominada de Convenção Anti-Tráfico, CETS n.º 197, de 16 de maio de 2005, Resolução da Assembleia da República n.º 1/2008 (além de outros documentos importantes na luta para combater o TSH)¹². São um total de 41 Estados Membros do Conselho da Europa que assinaram a Convenção Anti-Tráfico e, 26 países a ratificaram.

No entanto, vale ressaltar ainda, que a base de todos os documentos de proteção dos direitos fundamentais do ser humano é, ainda, a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Atualmente, o sistema regional (dois tipos de sistema, sistema global/universal e sistema regional, o referido) para proteção de direitos humanos, conta com três tribunais, quais sejam, a Corte Europeia de Direitos Humanos, o Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos.

O Sistema Europeu de Proteção aos Direitos Humanos nasceu como uma forma de superar os casos de violações de direitos humanos ocorridos ao longo da Segunda Guerra Mundial, a fim de intensificar a proteção dos direitos que têm por base a dignidade da pessoa humana. Nesse marco, a Convenção Europeia para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais¹³ é o produto do processo de integração da União Europeia que instituiu a Corte Europeia dos Direitos Humanos (para fins de permitir o controle jurisdicionalizado do respeito efetivo das garantias dos direitos humanos).

A Corte EDH vem sendo considerada, em torno do mundo, como o modelo do Sistema Europeu de Direitos Humanos de mais consolidada experiência relacionada à judicialização regional e inspiradora no âmbito internacional, vez que é anterior ao Tribunal Africanos de Direitos Humanos e dos Povos¹⁴ e à Corte Interamericana de Direitos Humanos (sendo constantemente observada por esses).

¹² No âmbito da União Europeia: Tratado de Lisboa, Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia, Luta Contra a Criminalidade Organizada, Eurojust, Europol, Directiva relativa à Prevenção e Luta Contra o Tráfico de Seres Humanos e à Protecção das Vítimas, Busca de Crianças Desaparecidas ou Exploradas Sexualmente, Luta Contra a Exploração Sexual de Crianças e a Pornografia Infantil, Estatuto da Vítima em Processo Penal e Indenização das Vítimas da Criminalidade.

¹³ Convenção Europeia de Direitos Humanos, 1950.

¹⁴ O Tribunal foi criado ao abrigo do Artigo 1º do Protocolo à Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos Relativo à Criação do Tribunal Africano dos Direitos Humanos e dos Povos, em 1988, sendo um Tribunal de âmbito continental criado pelos países africanos para garantir a defesa dos direitos humanos e dos povos em África.

A primeira Corte especializada em direitos humanos no mundo foi a Corte Europeia de Direitos Humanos (Corte EDH)¹⁵. Com o passar das décadas, o papel da Corte EDH foi sendo aperfeiçoado e, também, a efetivação da Convenção EDH que foi alterada por 15 protocolos. Com a entrada em vigor do Protocolo n.º 9¹⁶, o indivíduo conquistou o direito de processar diretamente o Estado perante a Corte, após o necessário trâmite perante a Comissão¹⁷. Os direitos e garantias fundamentais da pessoa humana, dentro da União Europeia, obtiveram imensos avanços depois do advento da Convenção e conseqüentemente, com a criação da Corte EDH.

Neste contexto, ressaltam-se os pontos dispostos, principalmente no que tange a identificação do tipo ilícito penal do TSH, onde se buscou perceber, mesmo que de forma breve, o conceito e as definições deste crime e, ainda, buscou-se observar os instrumentos mais importantes na luta contra este tipo ilícito penal (que se manifesta cada vez mais resistente e cresce em número de vítimas nos tempos hodiernos) para melhor identificar mecanismos eficazes para impedir este tipo de criminalidade prezando o respeito pela dignidade da pessoa humana e o resguardo dos direitos da população.

Assim, pretende-se uma melhor percepção em relação ao tipo ilícito penal em comento para que se possa buscar uma percepção mais objetiva sobre quais as diretrizes e influências importantes que as condenações da CDH, nos casos a serem observados, possam ter na situação/caso atual preocupante que ocorre na Líbia, no continente Africano (mais precisamente na travessia que está ocorrendo no mar mediterrâneo entre Líbia e Itália)¹⁸.

3. TRÁFICO DE SERES HUMANOS A LUZ DOS DIREITOS HUMANOS.

¹⁵ Com sede em Estrasburgo, França, criada pela Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH, 1950).

¹⁶ Aditivo à Convenção Europeia de Direitos Humanos.

¹⁷ Refere-se ao marco (talvez o mais importante na luta sob garantir direitos às pessoas/vítimas) em relação ao Protocolo n.º 9 aditivo da Convenção Europeia de Direitos Humanos, onde há a previsão da possibilidade de peticionamento individual ou coletivo da parte(ou partes) que se sentir(sentirem) violadas nos termos dos artigos e protocolos adicionais da Convenção do Conselho da Europa relativa à Luta contra o Tráfico de Seres Humanos.

¹⁸ Situação exposta no documento redatorial apresentado pela Anistia Internacional, que recebe constantes denúncias sobre situação de escravidão, exploração sexual, submissão a trabalhos escravos que os migrantes da Líbia estão sendo submetidos, para ser analisado na 5ª Cúpula União Africana-União Europeia aconteceu entre 29 e 30 de novembro em Abidjan, na Costa do Marfim. Disponível em: [http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_\(2\)_November2017.pdf](http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_(2)_November2017.pdf). Acesso em: 28 de novembro de 2017.

Neste quesito, observa-se importante destacar breve análise do crime de TSH sob a ótica da concepção contemporânea dos direitos humanos,¹⁹ baseada e introduzida pela Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 10 de dezembro de 1948, que consagrou e trouxe para o homem o direito inalienável a uma vida verdadeiramente humana, além de ter constituído²⁰ a universalidade onde se entende que todos os direitos humanos pertencem a todos e são os mesmos para todos os povos e, ainda, quanto à inalienabilidade onde se passou a perceber que todos os direitos pertencem a todas as pessoas a partir do nascimento e, mais, em relação à interdependência, que significa que todos os direitos humanos estão associados, como relacionados, mas, no entanto, interdependentes²¹; bem como, de elevada importância, o reconhecimento pela dignidade da pessoa humana.²²

A Declaração Universal dos Direitos Humanos é considerada como um dos documentos mais importantes do mundo, uma vez que, foi e é a diretriz de consolidação e incentivo para leis, convenções, jurisprudências, acordos e criação de inúmeros instrumentos relativos à luta em prol da garantia dos direitos humanos pelo mundo. Neste ínterim, evidencia-se o seguinte questionamento: Por que se faz necessário analisar o TSH a luz dos Direitos Humanos?

A proteção e resguardo desses direitos humanos são postos em causa pelo cometimento do crime de TSH²³, uma vez que este tipo de delito se concretiza quando o traficante retira da vítima a própria condição de pessoa humana ao expô-la como um objeto, um produto e/ou uma simples mercadoria. Este tipo de crime se consolida com a “coisificação” do ser humano traficado e o ato de tratar o outro como um objeto, “retirando” a liberdade de ir e vir do mesmo é contrária a todos os preceitos estabelecidos na Declaração Universal dos Direitos do Homem.

¹⁹ CUNHA, Paulo. Direitos Fundamentais - Fundamentos & Direitos Sociais, Lisboa, Quid Juris, 2014, p. 80.

²⁰ Sobre *vide* in: OTSH, Tráfico de Seres Humanos, 2012. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000051001-000052000/000051358.pdf>. Acesso em: 07.05.2018. p. 5.

²¹ Considera-se neste ponto os direitos civis, políticos, económicos, sociais e culturais.

²² PEARSON, Elaine. Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Um Manual, Rio de Janeiro, GAATW, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_trafico_pessoas.pdf. p. 14.

²³ Segundo o art. 3º do Protocolo de Palermo, o TSH deve ser entendido: a) A expressão ‘tráfico de pessoas’ significa o recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso de força ou de outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, de abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração. A exploração incluirá, no mínimo, a exploração da prostituição de outrem ou outras formas de exploração sexual, o trabalho ou serviços forçados, escravatura ou práticas similares à escravatura, a servidão ou a remoção de órgãos. NAÇÕES UNIDAS, 2010, p. 46-47.

Em continuidade, no presente quesito, podemos observar que no ano seguinte à Declaração Universal dos Direitos do Homem surgiu a Convenção e Protocolo Final para a Supressão do Tráfico de Pessoas e do Lenocínio, aprovados pela Organização das Nações Unidas. No mais, no âmbito internacional, outro instrumento importante a ser considerado, que, embora não mencione o crime de TSH, reconhece, em conformidade com a Declaração Universal dos Direitos do Homem, “o ideal do ser humano livre, usufruindo das liberdades civis e políticas”, o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos do ano de 1966.²⁴

Outro instrumento importante a ser destacado é o Estatuto de Roma, de 1998, que passou a harmonizar a visão dos direitos humanos em relação ao Tribunal Penal Internacional (TPI), considerando os crimes contra a humanidade disponíveis a sua jurisdição, e faz menção quanto ao crime de TSH quando se trata do fato que possa retratar a diminuição/transformação de alguém à situação de objeto, de bem apropriável.²⁵

Assim, neste contexto, temos que a preocupação em torno dos direitos do homem, desde a Declaração Universal dos Direitos do Homem e, considerando o moderno constitucionalismo, levou a que se considerasse de forma ativa e direta um plano global e nacional de realização de atos de resguardo e respeito à dignidade da pessoa humana.²⁶ Assim, foi nesse caminhar pelo reconhecimento e pela luta efetiva para a real consideração da dignidade humana que levou à exigência de esforço conjunto, efetivo e conjugado de todas as nações ao redor do mundo para o reconhecimento, quanto à proteção e em relação à preservação dos direitos de cada pessoa enquanto pessoa ser humano detentor de direitos e da dignidade da pessoa humana.²⁷

No mais, vale ainda ressaltar que em relação ao reconhecimento da proteção dos direitos humanos, a Declaração Universal dos Direitos do Homem, bem como os Pactos

²⁴ RODRIGUES, Barbosa e CARNEIRO, Alberto. Direitos Humanos. Preâmbulo, Lisboa, Sociedade Editora Ltda, 2011. p.29 e ss.

²⁵ Neste íterim observa-se o seguinte preceito disposto pelo TPI que define o crime de TSH como “o exercício, relativamente a uma pessoa, de um poder ou de um conjunto de poderes que traduzam um direito de propriedade sobre uma pessoa, incluindo o exercício desse poder no âmbito do tráfico de pessoas, em particular mulheres e crianças” - Estatuto de Roma, Artigo 7º, ponto 2º, alínea c).

²⁶ HOMEM, António P. Barbas. In OTSH - Observatório do Tráfico de Seres Humanos, Tráfico de Seres Humanos - Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo, Ministério da Administração Interna, 2012. Disponível em file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Coletanea_5.pdf. pp.10 e ss.

²⁷ Ibidem, pp. 10 e ss.

Internacionais de Direitos Humanos, apenas impõem obrigações aos Estados Nações²⁸, sendo que esses, por sua vez, apenas têm obrigações para “com os indivíduos que se encontram nos seus territórios [...] sujeitos à sua jurisdição.”²⁹ Conquanto, de acordo com o princípio do Direito Internacional dos Direitos Humanos, como disposto no ponto 4 da Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993; os Estados detém o dever de respeitar os direitos dos seus cidadãos em atenção a promoção e atenção de todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais inerentes a dignidade do ser humano.³⁰

Portanto, ressalta-se que esses instrumentos internacionais são impreteríveis para se visualizar de uma forma mais qualitativa a discussão em prol ao combate do crime de TSH, uma vez que este tipo de criminalidade afronta diretamente os Direitos Humanos, ditos Direitos Naturais, e também inalienáveis e sagrados, que foram objetivos alcançados em favor da humanidade e que atualmente, apelam-se aos Estados Nações, práticas e meios³¹ de proteção, prevenção e repressão mais incisivos a fim de impedir o grande crescimento do crime tráfico de seres humanos.

4.1 Diretrizes e Princípios Sobre Direitos Humanos Relativos à Prevenção do TSH.

Neste quesito da investigação observou-se ser necessário ressaltar, dentre muitos documentos que acusam definições para identificar o TSH e quanto medidas criadas e dispostas contra este tipo de criminalidade brevemente expostos nos tópicos anteriores, devemos especial atenção as Diretrizes e Princípios recomendados sobre os Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas previstos pelo documento E/2002/68/AD.1³²,

²⁸ CABRITA, Isabel. *Direitos Humanos, Um Conceito em Movimento*. Coimbra, Edições Almedina, 2011, p. 37.

²⁹ *Vide* Pacto Internacional de Direitos Cívicos e Políticos, artigo 2.º, n.º 1.

³⁰ De acordo com o ponto 4 da Declaração e Programa de Ação de Viena de 1993, senão vejamos na íntegra: “A promoção e a protecção de todos os Direitos Humanos e liberdades fundamentais devem ser consideradas como objectivos prioritários das Nações Unidas em conformidade com os seus fins e princípios, em particular o da cooperação internacional. No quadro destes fins e princípios, a promoção e a protecção de todos os Direitos Humanos constituem preocupações legítimas da comunidade internacional. Os órgãos e as agências especializadas cuja actividade se relaciona com os direitos humanos deverão, assim, reforçar ainda mais a coordenação das suas actividades com base na aplicação coerente e objectiva dos instrumentos internacionais em matéria de Direitos Humanos.”

³¹ Esses meios, por sua vez, podem ser entendidos como meios de controlo social e/ou regulação social englobando medidas preventivas e repressivas, ações privadas e públicas, meios persuasivos e dissuasores da criminalidade. Na lição: “controlo social (ou regulação social) o conjunto de meios implementados pelos membros de uma sociedade com o objetivo específico de conter ou reduzir o número e a gravidade dos delitos”, in CUSSON, Maurice. *Criminologia*, Cruz Quebrada, Artes Gráficas, Lda, 2ª Edição, 2007. p. 195.

³² Nações Unidas, *Direitos Humanos: Compilação de Instrumentos Internacionais*, Volume II, 2008. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitoshumanos/outraspubPDF/Direitos%20Humanos%20II%20V2.pdf> Acesso em: 13.05.2018. p. 187.

que foram apresentados ao Conselho Económico e Social das Nações Unidas em anexo ao relatório da Alta Comissária para os Direitos Humanos, tendo sido desenvolvidos para proporcionar um guia prático e baseado em direitos, buscando-se como objetivo central promover a prevenção e a proteção de vítimas de tráfico e, ainda, com o propósito de colaborar com a integração de uma perspectiva mais de Direitos Humanos aos Estados Nações.

Os princípios organizam-se em quatro parágrafos; o primeiro dispõe sobre a primazia dos direitos humanos. O segundo traz ao texto a questão da prevenção do tráfico de pessoas; o terceiro coloca em apreço a proteção e necessidade de assistência às vítimas de TSH e, o quarto conduz questões relativas a criminalização, punição e reparação voltadas ao agente que comete o ato de traficar.³³

Os princípios dispostos no primeiro parágrafo podem ser visualizados quando há intervenções do ciclo de TSH, seja quanto ao recrutamento, transporte ou ainda sobre a sujeição a qualquer forma de exploração.³⁴ Neste ponto e observando a diretriz disposta, temos que os direitos humanos das vítimas sujeitas a esse tipo de criminalidade deverão estar no centro de todos os esforços de prevenção e combate ao tráfico de pessoas, além do dever prezar pela total proteção, bem como ter atenção especial em relação à assistência e reparação prestadas às vítimas.

Neste ínterim e através da percepção sobre as diretrizes em apreço, compreende-se que os Estados Nações restam responsabilizados, nos termos do direito internacional, em atuar de forma incisiva na tentativa de prevenir este tipo de criminalidade, além do dever inerente de investigar e perseguir judicialmente os traficantes; prestando especial auxílio para proteger adequadamente as vítimas de tráfico. Assim, em atenção a estes princípios recomendados, os direitos humanos e a dignidade das pessoas que são vítimas de TSH não devem ser afetados por medidas de combate ao tráfico, quer sejam identificadas como migrantes, ou pessoas internamente deslocadas e, ainda, em relação a refugiados requerentes de asilo.³⁵

Em seguida, percebe-se mais ainda a importância das diretrizes e princípios recomendados pelo documento em comento quando os três parágrafos seguintes

³³ Texto disponível em Naciones Unidas, Derechos Humanos – Oficina del alto Comisionado, Principios y Directrices recomendados sobre Derechos Humanos y Trata de Personas (Comentario), 2010. In: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Commentary_Human_Trafficking_sp.pdf. Acesso em 15.05.2018. pp. 16 e ss.

³⁴ *Ibidem*, p.33.

³⁵ Informação disponível em: Direitos Humanos, Compilação de Instrumentos Internacionais. Disponível em: <file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Direitos%20Humanos%20II%20V2-diretrizes.pdf>. Acesso em: 13.06.2018. p. 187.

definem em princípios o principal objeto e os parâmetros da intervenção em distintas fases do ciclo do TSH, sejam em relação às medidas preventivas antes de a pessoa ser objeto de tráfico, ou, ainda, em atenção a medidas que possam ser colocadas para a proteção de pessoas que foram coisificadas pelo crime de TSH. No mais, desdobra-se ainda quanto a assistência que deve ser prestada as vítimas seja de acordo com os procedimentos penais e/ou civis.³⁶

Na continuidade, em relação ao princípio que alinha à prevenção do tráfico de pessoas, entende-se em sentido de recomendações, que deverão ser adotadas estratégias destinadas a prevenir o TSH; sendo diretamente recomendado que os Estados e as organizações intergovernamentais voltadas a combater este tipo de criminalidade façam incidir as suas intervenções sobre os fatores que aumentam a vulnerabilidade das vítimas ao TSH.³⁷

No mais, no parágrafo seguinte temos o princípio da proteção e assistência, devendo ser entendido que recomenda-se aos Estados o dever de garantir em relação a proteção das vítimas de tráfico. A diretriz posta neste ponto deve ser considerada e devidamente aplicada em atenção de que as vítimas, em hipótese alguma, deverão ser detidas como criminosas, acusadas ou perseguidas judicialmente em virtude da entrada ou residência ilegal; quer nos países de trânsito quer nos de destino. Este princípio também deve ser percebido quanto os deveres dos Estados que deverão cooperar entre si (tanto o Estado de acolhimento como o de origem), garantindo o regresso seguro das vítimas de TSH; ou se a vítima preferir/escolher, o devido acolhimento no país de acolhimento.³⁸

O último princípio recomendado e, não menos importante, delibera sobre a criminalização, punição e reparação em relação ao crime de TSH. Neste ponto, temos estipulado que os Estados/Nações deverão adotar medidas que sejam adequadas e de natureza legislativa necessária a tipificar os atos típicos deste tipo de criminalidade, como tipificação legal de infrações penais a identificar e punir o cometimento de atos

³⁶ Texto disponível em Naciones Unidas, Derechos Humanos – Oficina del alto Comisionado, Principios y Directrices recomendados sobre Derechos Humanos y Trata de Personas (Comentario), 2010. Disponível em: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Commentary_Human_Trafficking_sp.pdf. Acesso em 15.05.2018. p. 16.

³⁷ Enfrentamento de situações como a pobreza, guerras, perseguições políticas e/ou religiosas a desigualdade e todas as formas de discriminação. In: Direitos Humanos, Compilação de Instrumentos Internacionais. Disponível em: <file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Direitos%20Humanos%20II%20V2-diretizes.pdf>. Acesso em: 15.06.2018. pp. 187 e ss.

³⁸ *Ibidem*, p. 188.

que caracterizem o crime de TSH. Nesta diretriz, é possível reconhecer que às vítimas passam por violações diretas contra os direitos humanos, além de recomendar aos Estados a promoção e o direito de acesso a vias legais de recurso adequadas e apropriadas.³⁹

Fez-se importante destacar tais diretrizes, uma vez que, estas fazem parte de uma ação proposta de participação e cooperação entre os Estados, podendo ser mais um mecanismo importante no auxílio na tentativa de repressão e prevenção do aumento da criminalidade do TSH nos tempos hodierno

Fez-se necessário, explorar no presente quesito do paper científico, as decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos que penalizou os Países Chipre⁴⁰ e Rússia⁴¹ no caso/decisão n.º 25965/04 de 26 de maio de 2004 e no Caso Silidian Contra França n.º 73316/01, para melhor dispor como exemplo e a fim de auxiliar no entendimento de casos reais relacionados a situações de TSH e, assim, analisar de forma mais qualitativa, mecanismos mais eficazes de prevenção e repressão.

A primeira decisão a ser brevemente disposta no presente trabalho refere-se à caso/decisão n.º 25965 de 2004 onde a CEDH penalizou os Países Chipre e Rússia uma vez que a situação se desdobra na necessidade que o pai (o requerente, Sr. Nikolay Mikhaylovich Rantsev, nacional russo) de uma jovem (a vítima, Oxana Rantseva) que morreu no Chipre. O requerente ingressou perante a Corte EDH, a fim de buscar responsabilização e penalização dos países citados, uma vez que, afirmou que a polícia de Chipre não havia dedicado real atenção sob a possibilidade de a jovem estar sendo submetida a possível situação crime de TSH e que, ainda, quanto à Rússia, por não ter investigado corretamente o fato da vítima ter sido traficada e, posteriormente, morta (assassinada).

A Corte EDH observou que, assim como a escravidão, o tráfico de pessoas, dada a sua natureza e fins de exploração, envolve o exercício de poderes comparáveis à posse, no sentido de coisificação do ser humano traficada. Os traficantes tratam o ser humano como um bem que é comercializado e o submetem ao trabalho forçado, como foi considerado no caso em apreço. Assim, os Países referidos e acusados, na

³⁹ *Ibidem*, pp. 188 e ss.

⁴⁰ Vale ressaltar que Chipre ratificou, em 23 de Julho de 1985, a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1979.

⁴¹ No mesmo íterim: A Rússia ratificou a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres – CEDAW aprovada pela Assembleia Geral da ONU em 1979, em 23 de Janeiro de 1981.

possibilidade de suspeita de TSH, deveriam, a altura dos acontecimentos (como sugere a Corte EDH e a Convenção EDH), acompanhar de perto as atividades das vítimas, que na maioria das vezes têm a liberdade cerceada, utilizando vários tipos de violência e ameaça e não conseguem se expressar diante das estancias formais de controlo.

Para estes fins, a Corte EDH considera que o artigo 4º da Convenção Europeia de Direitos Humanos (CEDH), dispõe claramente sobre a proibição da escravidão e do trabalho forçado. Sendo assim, qualquer atividade que caracterize o disposto no artigo 4º da CEDH⁴², será considerada como crime de TSH, sendo totalmente proibida.

Assim, neste entendimento, o requerente Nikolay Mikhaylovich Rantsev ingressou contra as Repúblicas de Chipre e da Rússia na Corte EDH, nos termos do artigo 34 da Convenção para a Proteção dos Direitos do Homem e das Liberdades Fundamentais (Convenção Europeia de Direitos Humanos – CEDH). A petição reclamou a violação nos termos dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º, 6º e 8º da CEDH (a falta de investigações necessárias sobre as circunstâncias da morte de Oxana Rantseva; a falta de proteção adequada da vítima pela polícia do Chipre, enquanto ela estava com vida; o insucesso das autoridades do Chipre a tomar medidas para punir os responsáveis pela morte de sua filha e maus-tratos) e, especificamente, nos termos dos artigos 2º e 4º (a falha dos autoridades russas para investigar as alegações de morte da filha do peticionário; o tráfico de pessoa; a adoção de medidas para protegê-la do risco de tráfico). Ademais, o peticionário alegou ainda, sob a tutela do artigo 6.º da CEDH, a situação em relação aos procedimentos de inquérito e a falta de acesso à justiça no Chipre.⁴³

Diante disso, em 07 de janeiro de 2010 a Corte EDH, assim, decidiu em julgamento que a Rússia: não violou o artigo 2º (direito à vida), o artigo 4º – obrigações positivas (dever de tomar medidas operacionais para proteger a pessoa contra o tráfico); violou o artigo 4º (obrigações processuais para investigar o suposto tráfico); e Chipre:

⁴² Sobre a situação de obrigação dos Estados membros com o artigo 4º da CEDH: “Esse artigo impõe aos Estados a obrigação negativa de modo que não haja violação dos direitos nele garantidos, e uma obrigação positiva de adotar as disposições em matéria penal que sancionem essas práticas violadoras de direitos humanos.” SOUZA, Mercia Cardozo e LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto. O TRÁFICO DE PESSOAS NA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: CASO RANTSEV VERSUS CHIPRE E RÚSSIA. Direito Internacional dos Direitos Humanos. XXIV Encontro Nacional do COPENDI – UFS. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS . Aracaju, SE, BR. 2015. p. 589.

⁴³ WRABETZ, Joana Daniel (Coordenação e Organização da Edição) e FERNANDES, Plácido Conde Fernandes (Supervisão Jurídica). Tráfico de Seres Humanos. Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo. Palmigráfica – Artes Gráficas. 2012. pp. 519-659.

violou os artigos 4º (dever de proteger a pessoa do crime de tráfico e exploração) e 5º (direito à liberdade e à segurança).

Ademais, a Corte EDH decidiu, também, que não seria necessário o exame separadamente da violação do artigo 4º relativo ao constante fracasso das autoridades do Chipre para conduzir uma investigação eficaz. A Corte EDH decidiu que o Governo do Chipre deveria pagar ao requerente, no prazo de três meses, a contar da data em que a decisão se tornasse definitiva, em conformidade com o artigo 44, § 2º da CEDH, no montante de EUR 40.000 (quarenta mil euros), relativo ao danos e EUR 3.150 (três mil e cento e cinquenta euros) em relação aos custos e despesas processuais, além de qualquer imposto que pode ser exigível ao requerente em tais valores; e que o governo da Rússia deveria pagar ao requerente, no prazo de três meses, a contar da data em que a decisão se tornasse definitiva, em conformidade com o artigo 44, § 2º da Convenção, EUR 2.000 (dois mil euros), a título de danos morais, para ser convertido em moeda russa à taxa em vigor na data de liquidação, além de qualquer imposto que pode ser cobrado ao requerente sobre esse valor.

Vale ressaltar, como disposto na decisão, que apesar de que a CEDH não apresente o conceito direto de escravidão, a Corte EDH efetivou frontal interpretação ao caso sob à luz da Convenção de Viena sobre Direitos dos Tratados, em relação a harmonia com as legislações dos Estados e dos princípios de direito internacional. Observa-se assim, que a Corte EDH acolheu (Caso Silidian versus França, n. 73316/01) a definição constante no artigo 7º, alínea “a”, da Convenção Suplementar para a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura, para definir que a escravidão é: “o estado ou condição de um indivíduo sobre o qual se exercem atributos do direito de propriedade ou alguns destes”; e de escravo é: “o indivíduo que tem este estatuto ou esta condição”. A CEDH não menciona a expressão “tráfico de pessoas”, porém a decisão foi elaborada inspirada na Declaração Universal de Direitos Humanos, que proíbe em seu artigo 4º “a escravidão e o tráfico de escravos em todas as suas formas”.⁴⁴

Neste sentido, observa-se ainda que a Corte EDH julgou e condenou os países nos artigos da Convenção EDH acima expostos, na modalidade da vítima ter sido submetida ao crime de TSH com fins de exploração sexual e usou os parâmetros da

⁴⁴SOUZA, Mercia Cardozo e LIMA, Martonio Mont’Alverne Barreto. O TRÁFICO DE PESSOAS NA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: CASO RANTSEV VERSUS CHIPRE E RÚSSIA. Direito Internacional dos Direitos Humanos. XXIV Encontro Nacional do COPENDI – UFS. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS. Aracaju, SE, BR. 2015. p. 590.

realidade do tipo ilícito penal da escravidão para estruturar a decisão no caso em apreço, apesar de não usar diretamente a expressão escravidão na decisão.

A Corte EDH não se manifestou diretamente na decisão com a expressão “escravidão”, no entanto, valeu-se de preceitos e artigos que tipificam diretamente a proibição do tráfico de seres humanos com fins de escravidão. No mais, vale ressaltar ainda, que a Corte EDH gerou obrigações positivas para os dois países a fim de combater de forma mais incisiva o TSH e promover a responsabilização em linhas diretas para mudanças efetivas, que deviam á época ocorrer nos referidos países para que, assim, pretenda-se diminuir e combater este tipo de crime.

Outro caso, que apresenta importância na jurisprudência voltada a repressão do TSH, a ser observado no presente trabalho de investigação, dispõe sobre a análise direta e breve da Decisão da Corte Europeia dos Direitos Humanos no Caso Silidian contra a França n.º 73316/01 – Exploração Laboral (trabalho doméstico/servidão).

A decisão exarada no processo Silidian contra a França n.º 73316 de 2001 vale ser ressaltada, uma vez que, é considerada como sendo a primeira onde a Corte EDH declarou a existência de violação ao artigo 4º da Convenção EDH em caso de constatação de servidão obrigatória e consequentemente condenando à França, à época e, ainda, exigindo a obrigação positiva de uma tipificação penal interna que intensificasse os meios necessários para erradicação de tal crime.

Relata-se no caso, que a jovem de aproximadamente 16 anos Siwa-Akofa Silidian (a requerente) chegou a Paris, nacional e vinda do Togo, munindo seu passaporte com permissão de entrada como turista. O pai (responsável legal) tinha autorizado esta viagem, pois havia sido convencido por uma francesa de origem togoleza (Mrs D.) que ofereceu trabalho e oportunidade de melhoria de vida a requerente, além da promessa do visto de permanência francês. Quando a Srta. Silidian chegou à França, seu passaporte foi retido pela senhora franco-togoleza.

Após algum tempo morando e servindo na casa de Mrs D., a Srta. Silidian foi “emprestada” para servir um casal francês, que proporcionou-lhe um trabalho, sem remuneração, de sete dias sob sete, quinze horas por dia, fazendo todas tarefas domésticas e dormia no chão. O casal que explorou a mão de obra da Srta. Silidian, durante anos, não foi penalmente condenado na França, apenas recebeu uma sanção civil no montante de 15.000 euros. No entanto, a requerente acionou a Corte de Strasbourg, pois defendia e entendia que o artigo 4º da Convenção Europeia de Direitos Humanos havia sido violado.

Neste aspecto, questionou-se: o Estado francês teria feito respeitar a proibição à qualquer forma de trabalho forçado ou de servidão nas relações entre particulares. Quais seriam as obrigações positivas existentes e os efeitos horizontais na aplicação da Convenção Europeia de Direitos Humanos? Ainda, existiria uma obrigação positiva para que governantes façam adotar dispositivos expressos em matéria penal que sancionem as hipóteses tipificadas no artigo 4º da Convenção Europeia de Direitos Humanos, instrumentalizando de fato meios sancionatórios e de combate a tais práticas?

A Corte EDH, portanto, verificando que os dispositivos penais previstos à época não asseguravam à requerente uma proteção concreta e efetiva contra os atos em que foi vítima, condenou a França no pagamento de 26.209,69 euros. Ressaltou, outrossim, que a vítima não teria sido submetida à trabalho escravo, pois ainda que o casal francês que a “empregava” exercessem um controle sobre ela, estes não detinham o suposto verdadeiro direito de propriedade, considerando-a um estado de objeto (coisificação do homem). Concluiu-se, portanto, que o caso se tipificava como estado de servidão proibido pelo artigo 4º da Convenção Europeia dos Direitos Humanos. A Corte EDH condenou a França, nos moldes do caso Silidian, por violação ao artigo 4º⁴⁵ da Convenção Europeia dos Direitos Humanos, direcionado à modalidade de servidão no trabalho doméstico.

No entendimento da Corte EDH, o Estado francês, não possuía até então um sistema legislativo e regulatório que permitisse a luta de forma eficaz contra as modalidades de trabalho escravo e trabalhos forçados (mesmo por isso, não sendo o casal condenado pelos tribunais franceses na esfera penal, somente na esfera civil), que gerou a obrigação positiva (através da decisão da Corte EDH, no caso) de criar-se uma legislação mais condizente que lutasse contra esse tipo de ilícito penal.

4. BREVE ANÁLISE DO CASO/SITUAÇÃO LÍBIA – DENÚNCIAS DE

⁴⁵Parte da condenação relativa à França no Caso n.º73316/01: “*Par ces motifs, la Cour, à l’unanimité, 1. Rejette l’exception préliminaire du Gouvernement tirée de la perte de qualité de victime de la requérante ; 2. Dit qu’il y a eu violation de l’article 4 de la Convention;*3. Dit: a) que l’Etat défendeur doit verser à la requérante, dans les trois mois à compter du jour où l’arrêt sera devenu définitif conformément à l’article 44 § 2 de la Convention, 26 209, 69 EUR (vingt-six mille deux cent neuf euros et soixante-neuf cents) pour frais et dépens, plus tout montant pouvant être dû à titre d’impôt ;b) que les sommes reçues au titre de l’assistance judiciaire seront déduites de ce montant; c) qu’à compter de l’expiration dudit délai et jusqu’au versement, ce montant sera à majorer d’un intérêt simple à un taux égal à celui de la facilité de prêt marginal de la Banque centrale européenne applicable pendant cette période, augmenté de trois points de pourcentage.” Disponível em: <
[https://hudoc.echr.coe.int/eng#{"appno":\["73316/01"\],"itemid":\["001-69891"\]}](https://hudoc.echr.coe.int/eng#{)> Acesso em: 30.11.2017.

TRÁFICO DE SERES HUMANOS.

Diante das considerações sobre o crime de TSH e, em observação aos dois casos referenciados no tópico anterior, que remetem as condenações pelos artigos infringidos da Convenção Europeia de Direitos Humanos, em decisões emitidas pela Corte Europeia de Direitos Humanos, pretende-se, neste quesito, observar a situação de denúncias relatadas pela imprensa internacional sobre a identificação de possíveis práticas que possam configurar o crime de TSH na Líbia, África.

Ocorre que, a situação de tentativa de imigração ilegal que acontece por intermédio do mar Mediterrâneo, com saída de pessoas de nacionalidade africana tendo por objetivo final chegar à Itália (tentativa de ingresso no território da União Europeia), aumentou a possibilidade de cometimento de crimes por parte das organizações criminosas que agem na promoção do TSH.

A situação de pobreza, guerras internas, perseguições políticas e outras questões sociais inseridas no contexto do continente africano passou a provocar grande necessidade de fuga na população africana, proporcionando um amplo contexto para o aumento de TSH na Líbia por ser o território africano de fronteira com o continente Europeu pela rota do Mar Mediterrâneo. Neste contexto, a Organização das Nações Unidas, em meados de Abril de 2017, se pronunciou sobre denúncias recebidas em relação a tráfico de seres humanos e venda de pessoas para fins de escravidão no território africano, mais precisamente na Líbia.

Em continuação a trajetória que se pretende traçar, a Organização Internacional de Migração – OIM disponibilizou gráfico em pesquisa⁴⁶ que indicou a estimativa de mortes e sumiços de imigrantes que tentavam atravessar o Mar Mediterrâneo, saindo do Continente Africano para chegar ao Continente Europeu, por mês, e que apresentou números crescentes relativos ao aumento de incidência entre os anos de 2014 e 2015.

De acordo com a OIM, a viagem da Líbia para a Itália é longa e perigosa e tem feito muitas vítimas mortais nos últimos anos. Foram aproximadamente 2,5 mil imigrantes mortos na tentativa da travessia do Mar Mediterrâneo apenas quando se considera o ano de 2015, com incidência maior nos meses de verão, onde percebeu-se que a investida de imigrar ilegalmente para a Europa se mostrou mais efetiva. No entanto, considerando o que fora exposto pela OIM, vale lembrar também do pior acidente relatado e identificado na travessia pela rota citada, que ocorreu em abril de

⁴⁶ Informações disponíveis em: <https://www.iom.int/> Acesso em: 30.06.2018.

2015 e, contabilizou mais de 800 imigrantes mortos no naufrágio de um barco ilegal que saiu da Líbia rumo à Itália.

Em 14 de novembro de 2017, a CNN⁴⁷ disponibilizou matéria jornalística com vídeos e entrevistas colhidas na Líbia, que expôs sobre a situação de tráfico de seres humanos e venda de escravos na região da África Subsaariana decorrente da tentativa de imigração ilegal pelo Mar Mediterrâneo. Diante das denúncias espalhadas pela internet e a pedido da ONU, ocorreu entre o dia 28 a 30 de novembro de 2017 a 5ª Cúpula da União Africana com a União Europeia, na Costa do Marfim, que objetivou discussões e acordos políticos e econômicos na tentativa de criar mecanismos mais incisivos para combater, prevenir e erradicar a situação na Líbia disposta pelas denúncias.

No mais, a Anistia Internacional emitiu relatório, para apresentação na referida Cúpula, pedindo providências em atenção aos direitos humanos violados na situação/caso Líbia.⁴⁸ No dia 29 de novembro de 2017, a UE, UA e a ONU anunciaram a criação de uma “força tarefa” para proteger as tais pessoa ao longo das rotas migratórias e pra lutar no combate contra o tráfico de seres humanos e a escravidão na Líbia. No entanto, a problemática está além, são questões políticas e econômicas que devem ser analisadas, pois as propostas objetivaram interesses entre os dois grupos de países em comento e, que como se atenta, possuem realidades e interesses completamente diferentes.

A União Europeia e a União dos Países Africanos deveriam ter criado mecanismos mais eficazes para lutar contra o TSH denunciado na África Subsaariana. No entanto, as denúncias continuaram e para repensar sobre a grave problemática, pergunta-se: quais as melhores medidas que devem ser adotadas, nesta situação apresentada, que possam prevenir de forma mais concisa na intenção de erradicar o TSH relatado na Líbia?

A UE, UA, ONU, a Corte Europeia de Direitos Humanos, o Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos, considerando-se o sistema global ou/e regional de jurisdicionalização e, ainda, devendo especial atenção a Declaração Universal dos Direitos do Homem e a luz da legislação internacional ou/e regional, propõe-se que as

⁴⁷ Disponível em: < <http://edition.cnn.com/2017/11/14/africa/libya-migrant-auctions/index.html>>. Acesso em 30.11.2017.

⁴⁸ Relatório da Anistia Internacional “Shaping Partnership to deliver on Human Rights Obligations: European Union (EU) – African Union (AU) Summit 29-30 November 2017. Disponível em: < [http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_\(2\)_November2017.pdf](http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_(2)_November2017.pdf)>. Acesso em 02.10.2017.

Nações em comento e envolvidas na questão devam se unir para criar mecanismos mais incisivos a fim de erradicar e prevenir a situação atual e emergencial que está a ocorrer no território africano em atenção às denúncias. As vertentes a serem observadas para os devidos fins devem ser pautadas na tentativa de repressão, prevenção e proteção da vítima deste tipo de criminalidade na tentativa de vencer a grande luta para diminuir/acabar com o TSH, carecendo de serem postas e observadas a luz dos direitos humanos.⁴⁹

Neste ínterim, expõe-se, ainda, que os casos decididos pela Corte EDH devem ser visualizados como uma forma de exemplo a ser analisado pelo Tribunal Africano de Direitos Humanos e dos Povos, seja quanto às recomendações ou em relação às obrigações positivas que foram referenciadas aos países julgados, devendo gerar a necessidade de prestar mudanças e melhorias nas suas respectivas legislações e na criação de políticas mais severas e atentas na tentativa de prevenir o TSH. Propõe-se então, que o território referente à Líbia deve ser urgentemente observado e estudado, devendo-se considerar até a possibilidade de receber mais ajudas efetivas que possam auxiliar na luta contra o TSH, seja na esfera global ou regional.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim, observa-se neste trabalho de investigação, que o crime de tráfico de seres humanos (seja qual for o tipo de exploração a que se destine) apresenta um conjunto problemático real e atual a ser discutido para que se alcancem e determinem mais mecanismos efetivos para prevenir e reprimir este tipo de criminalidade que aflige todas as nacionalidades, ao redor do mundo.

O tráfico de seres humanos é um flagelo contra toda a humanidade, sendo um abuso severo contra todos os Direitos Humanos conquistados através da história da humanidade, seja qual for para modalidade de fim criminoso a ser destinado, uma vez que, a coisificação do ser humano vítima de TSH viola todos os preceitos da dignidade da pessoa humana.

No mais, deve-se considerar que quanto ao TSH, a União Europeia vem se mobilizando, conjuntamente com os outros blocos ao redor mundo, na luta contra o

⁴⁹ PIOVESAN, Flávia e KAMIMURA, Akemi. Tráfico de Pessoas sob a Perspectiva de Direitos Humanos: Prevenção, Combate, Proteção às Vítimas e Cooperação Internacional. Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação; organização de Fernanda Alves dos Anjos ... [et al.]. – 1ª.ed. Edição do Autor. Brasília. Ministério da Justiça, 2013. P 119.

alargamento e o avanço desenfreado deste tipo de criminalidade, através de acolhimento de vários documentos/leis e decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos, na tentativa de enfrentar, prevenir e erradicar o problema.

Em atenção à situação/caso noticiada e denunciada na região da Líbia, a União Africana deve ter como exemplo as tentativas de erradicação do TSH propostas pelos mecanismos da Convenção EDH e pelas recomendações dispostas nas decisões da Corte Europeia de Direitos Humanos, além de atentar para as recomendações do Tribunal Penal Internacional. No mais, atenta-se que os parâmetros internacionais baseados na Declaração Dos Direitos do Homem, além dos outros pactos e acordos globais e regionais contra o TSH, devem se utilizados a fim de desempenhar um papel importante na elaboração e implementação de medidas mais severas para combater, prevenir e erradicar este tipo de criminalidade, assim, tal como em relação também ao monitoramento e realizações de mais avaliações dos impactos dos planos, programas e ações de enfrentamento ao TSH.

Neste ínterim, se preceitua atentar do mesmo modo, à cooperação política, policial e judicial, sendo em caráter regional ou internacional, onde deve seguir o eixo fundamental e central de que toda e qualquer intervenção obriga-se ao cumprimento e promoção dos direitos humanos, especialmente em relação às pessoas traficadas, considerando-se as particularidades e vulnerabilidades específicas de cada pessoa.⁵⁰ Neste contexto e, em vista do exposto, entende-se que o Sistema Europeu, além de todas as Nações pelo mundo, devem especial atenção aos mecanismos baseados nos Direitos Humanos condizentes a reivindicação dos deveres de proteção, promoção e resguardo da dignidade da pessoa humana em situação de TSH.

Por fim, o TSH e todas as problemáticas adjacentes decorrentes deste tipo de ilícito penal que assola a humanidade carecem sempre estar em máxima atenção e discussão para que haja a efetiva tentativa de exclusão total deste tipo de criminalidade, ou ao menos na tentativa de minimizar consideravelmente a incidência deste, que conta com a árdua cooperação internacional e que envolva na seriedade de trabalhos combativos e preventivos de todos os Estados Nações pelo mundo, para que se tente ao fim, erradicar o Tráfico de Seres Humanos.

⁵⁰ PIOVESAN, Flávia e KAMIMURA, Akemi. Tráfico de Pessoas sob a Perspectiva de Direitos Humanos: Prevenção, Combate, Proteção às Vítimas e Cooperação Internacional . Tráfico de pessoas : uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria Nacional de Justiça, Departamento de Justiça , Classificação, Títulos e Qualificação; organização de Fernanda Alves dos Anjos ... [et al.]. – 1ª.ed. Edição do Autor. Brasília. Ministério da Justiça, 2013. p 129.

REFERÊNCIAS

CABRITA, Isabel. Direitos Humanos, Um Conceito em Movimento. Coimbra, Edições Almedina, 2011.

CUNHA, Paulo. Direitos Fundamentais - Fundamentos & Direitos Sociais, Lisboa, Quid Juris, 2014

JESUS, Damásio de. Tráfico Internacional de Mulheres e Crianças – Brasil. São Paulo: Saraiva, 2003.

CUSSON, Maurice. Criminologia, Cruz Quebrada, Artes Gráficas, Ltda, 2ª Edição, 2007.

Direitos Humanos, Compilação de Instrumentos Internacionais. Disponível em: <file:///C:/Users/Utilizador/Desktop/Direitos%20Humanos%20II%20V2-diretizes.pdf>.

HOMEM, António P. Barbas. In OTSH - Observatório do Tráfico de Seres Humanos, Tráfico de Seres Humanos - Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo, Ministério da Administração Interna, 2012. Disponível em file:///C:/Users/Utilizador/Downloads/Coletanea_5.pdf.

Nações Unidas, Direitos Humanos: Compilação de Instrumentos Internacionais, Volume II, 2008. Disponível em <http://www.gddc.pt/direitoshumanos/outraspubPDF/Direitos%20Humanos%20II%20V2.pdf> Acesso em: 13.05.2018.

Naciones Unidas, Derechos Humanos – Oficina del alto Comisionado, Principios y Directrices recomendados sobre Derechos Humanos y Trata de Personas (Comentario), 2010. In: http://www.ohchr.org/Documents/Publications/Commentary_Human_Trafficking_sp.pdf.

OBOOKATA, Tom. *Trafficking of human beings from a human rights perspective – Towards a holistic approach*. Leiden/Boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2006.

OTSH, Tráfico de Seres Humanos, 2012. Disponível em: <https://infoeuropa.euroid.pt/files/database/000051001-000052000/000051358.pdf>.

PEARSON, Elaine. Direitos Humanos e Tráfico de Pessoas: Um Manual, Rio de Janeiro, GAATW, 2006. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_trafico_pessoas.pdf.

PEIXOTO, João. Dinâmicas e regimes migratórios: o caso das migrações internacionais em Portugal. *Análise Social*, vol. XLII(183),2007.

PIOVESAN, Flávia e KAMIMURA, Akemi. Tráfico de Pessoas sob a Perspectiva de Direitos Humanos: Prevenção, Combate, Proteção às Vítimas e Cooperação Internacional . Tráfico de pessoas: uma abordagem para os direitos humanos / Secretaria

Nacional de Justiça, Departamento de Justiça, Classificação, Títulos e Qualificação; organização de Fernanda Alves dos Anjos ... [et al.]. – 1ª.ed. Edição do Autor. Brasília. Ministério da Justiça, 2013.

Relatório da Anistia Internacional sobre a 5ª Cúpula União Africana-União Europeia aconteceu entre 29 e 30 de novembro em Abidjan, na Costa do Marfim. Disponível em: [http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_\(2\)_November2017.pdf](http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_(2)_November2017.pdf).

Relatório da Anistia Internacional “Shaping Partnership to deliver on Human Rights Obligations: European Union (EU) – African Union (AU) Summit 29-30 November 2017. Disponível em: < [http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_\(2\)_November2017.pdf](http://www.amnesty.eu/content/assets/IOR_6074792017_EU-AFRICA_SUMMIT_(2)_November2017.pdf)>.

RODRIGUES, Anabela Miranda. Tráfico de seres humanos – uma questão de política criminal ou de segurança internacional?. In Estudos de Homenagem ao Professor Excelentíssimo Senhor Professor Costa Andrade. (No prelo. Texto gentilmente cedido pela Professora Doutora Anabela Miranda Rodrigues).

RODRIGUES, Barbosa e CARNEIRO, Alberto. Direitos Humanos. Preâmbulo, Lisboa, Sociedade Editora Ltda, 2011.

ROCHA, Manuel António Lopes e MARTINS, Teresa Alves. Cooperação judiciária Internacional em Matéria Penal. Comentários. Lisboa, 1992.

SOUZA, Mercia Cardozo e LIMA, Martonio Mont'Alverne Barreto. O TRÁFICO DE PESSOAS NA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS: CASO RANTSEV VERSUS CHIPRE E RÚSSIA. Direito Internacional dos Direitos Humanos. XXIV Encontro Nacional do COPENDI – UFS. I. Encontro Nacional do CONPEDI/UFS. Aracaju, SE, BR. 2015.

UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME. Global Report on Trafficking in Persons 2014.” New York: UNODC, 2014. 86p. Disponível em: < http://www.unodc.org/documents/data-and-analysis/glotip/GLOTIP_2014_full_report.pdf>.

UNITED NATIONS. Resolution n. 53/111, 9 december 1998. Transnacional organized crime. Disponível em: http://www.un.org/en/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/53/111.

UNRIC - Mensagem do Secretário-Geral da ONU para o Dia Internacional para a Abolição da Escravatura, dia 2 de dezembro 2014, disponível em: <https://unic.org/pt/mensagens-do-secretariogeral/31693-mensagem-do-secretario-geral-da-onu-para-o-dia-internacional-para-a-abolicao-daescravatura-dia-2-de-dezembro-2014>.

WRABETZ, Joana Daniel (Coordenação e Organização da Edição) e FERNANDES, Plácido Conde Fernandes(Supervisão Jurídica). Tráfico de Seres Humanos. Coletânea Seleccionada de Instrumentos Jurídicos, Políticos e Jurisprudência em Portugal, na Europa e no Mundo. Palmigráfica – Artes Gráficas. 2012.

KAPUR, Ratna. “Travel Plans: Border Crossing and the Rights of Transnational Migrants”, in Harvard Human Rights Journal, vol. 18, 2005.

ZIEGLER, Jean. Os Senhores do Crime, As novas máfias contra a democracia. Editora Terramar, 1998.

ABREVIACÕES

Corte Europeia de Direitos Humanos – Corte EDH

Convenção Europeia de Direitos Humanos – Convenção Europeia de Direitos Humanos

Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crimes – UNODC

Organização Internacional para as Migrações - OIM

Organização das Nações Unidas – ONU

Tráfico de Seres Humanos – TSH

Tribunal Penal Internacional - TPI

DECISÕES JUDICIAIS RELAVANTES PARA O ESTUDO

Jurisprudência Nacional

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 11.12.2008

Acórdão do Supremo Tribunal de Justiça de 23.06.2010

Acórdão do Tribunal da Relação de Coimbra de 12.07.2011

Jurisprudência Internacional/ Decisão da Corte Europeia de Direitos Humanos

Caso Silidian contra França

Caso Rantsev contra Chipre e Rússia

Caso Breukhoven contra República Checa



Capítulo 9

OS REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE AS PERDAS ESPERADAS NO RISCO DE CRÉDITO

DOI: 10.29327/5190429.1-9

Luma Thauany Lopes de Sá
Christiane Carvalho Veloso
Ana Gláucia Sousa Agostinho
Salvina Lopes Lima Veras
Joécio Braga de Sousa

OS REFLEXOS DA PANDEMIA DA COVID-19 SOBRE AS PERDAS ESPERADAS NO RISCO DE CRÉDITO

Luma Thauany Lopes de Sá

Christiane Carvalho Veloso

Ana Gláucia Sousa Agostinho

Salvina Lopes Lima Veras

Joélcio Braga de Sousa

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar as perdas esperadas no risco de crédito em uma Holding durante a pandemia da COVID-19 na visão dos funcionários. A metodologia utilizada foi um questionário e pesquisas bibliográficas. A pesquisa foi desenvolvida com uma mostra de 10 colaboradores que fazem parte do setor financeiro/comercial da empresa nos quais estavam diretamente ligados a problemática da pesquisa. A respeito dos resultados obtidos, a pandemia causou grande impacto nos negócios financeiros da empresa, a pesquisa mostra que um dos maiores motivos da inadimplência durante a pandemia foi ocasionado pela redução de capacidade de pagamento dos clientes, sendo necessário reajuste no preço dos aluguéis, tornando mais difícil a concessão de crédito, levando ao aumento nas perdas de recebíveis e na incidência de títulos recebidos em atraso.

Palavras-chave: risco de crédito; inadimplência; COVID-19.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze the expected losses in credit risk in a Holding during the COVID-19 pandemic from the point of view of employees. The methodology used was a questionnaire and bibliographic research. The research was developed with a sample of 10 employees who are part of the financial/commercial sector of the company in which they were directly linked to the research problem. Regarding the results obtained, the pandemic had a great impact on the company's financial business, the research shows that one of the biggest reasons for delinquency during the pandemic was caused by the reduction of customers' ability to pay, requiring a readjustment in the price of rentals, making more difficult to grant credit, leading to an increase in losses on receivables and in the incidence of securities received in arrears.

Keywords: credit risk; default.; COVID-19.

1. INTRODUÇÃO

Em meio à crise provocada pela Covid-19, tendo os primeiros casos no Brasil em fevereiro de 2020 e se espalhando rapidamente por diversas cidades e estados do país, desencadearam-se problemas tanto na economia brasileira, na legislação, como principalmente na área da saúde. Com isso, acabou atingindo atividades comerciais e o seu fechamento sem previsão para retorno, bem como a rotina diária de toda uma população de maneira inesperada (TOMÉ, 2020).

Segundo a Alshop – Associação Brasileira de Lojistas de Shopping foi possível quantificar estatisticamente uma queda de 32% dos visitantes mensais a este estabelecimento comercial, isto sendo comparada ao período anterior a crise pandêmica. Desta maneira, confirmando esta redução em outros estudos, por exemplo, o IPV – Índice de Performance do Varejo, no qual apresentou em uma pesquisa realizada que houve realmente uma diminuição pela procura por shoppings e resultou em dados um valor de 27,71%, estes comparados entre os períodos de 2019 e 2020. Equiparando aos fatos referentes a lojas de ruas, o IPV informa que a queda foi de 2%, e isso evidencia que onde causou efeitos mais duros com a crise foram os shoppings (VALLUP, 2021).

Com base no exposto, percebe-se que uma das atividades comerciais mais afetadas pela Covid-19 foram os Shoppings Centers, no que tange o seu fechamento imediato após o surto da pandemia por todo o país e conseqüentemente o cumprimento de todas as medidas restritivas relacionadas a proteção do vírus, devido ao grande movimento de pessoas neste estabelecimento. Desse modo, impactou gravemente o setor financeiro deste segmento, tendo em vista os dados comparativos ao do mesmo mês referente ao ano anterior (VALLUP, 2021).

Diante disso, para que fosse impedido um número maior de demissões, o fornecimento de capital foi a saída para a sobrevivência das atividades. A disponibilização de linhas de crédito foi uma ajuda para os custos essenciais para o empreendimento, como os aluguéis, salários e até mesmo para o investimento no novo modelo de trabalho, como o *ecommerce* (ARAÚJO, 2021).

Em virtude disso, a presente pesquisa tende a contribuir mostrando ideias e maneiras de como lidar com a situação atual para que os faturamentos melhorem a cada dia saindo dos antigos padrões, pois o novo cenário veio com várias mudanças trazendo a teoria de uma adaptação precisa da parte dos empreendedores.

Considerando o âmbito que envolve os Shopping Centers, a situação com a pandemia foi bem complicada, em um contexto mundial de isolamento social e

lockdown. Esta categoria no Brasil foram todos fechados durante o pico de contaminação no Brasil, e atualmente estão abertos com algumas restrições. Dessa forma, tem-se a seguinte questão-problema: Quais foram os reflexos causados pela pandemia da Covid-19 em uma Holding sobre as perdas no risco de crédito?

Nesse sentido, o objetivo geral desse artigo é analisar as perdas esperadas no risco de crédito em uma Holding durante a pandemia da COVID-19. Especificamente busca-se: (1) Analisar a inadimplência do setor comercial; e (2) Apresentar as mudanças estruturais realizadas pelo setor comercial, em estratégias de vendas com a implantação do *ecommerce*.

Este trabalho se justifica de forma positiva tendo em vista que contribui acerca da complexidade ocasionada pelo novo Corona Vírus que gerou complicações em diversos setores empresariais e no dia a dia de cada pessoa. Esta pesquisa caracteriza-se como qualitativa e descritiva, tendo como base um Shopping Center que integra uma Holding.

No que se refere à estrutura, a pesquisa é dividida em etapas, se iniciando com a introdução e trazendo informações sobre a temática e investigações relevantes, seguindo com a fundamentação teórica, onde serão abordados fatos, ideias e opiniões aprofundadas e importantes sobre a pesquisa, na sequência, a análise dos resultados apurados através de plataformas digitais ou dados bibliográficos e por fim a conclusão de todo o estudo com base no ponto de vista do pesquisador do artigo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 Inadimplência No Setor Comercial

Conceituando, a inadimplência é considerada pelo não pagamento de uma obrigação ou dívida da parte em que é devida. Este cumprimento é regido por lei e havendo um prazo para realização desta responsabilidade, no intuito de evitar transtornos futuros entre as partes envolvidas (SEHN e JUNIOR, 2020).

De acordo com Santos (2020), o não pagamento de alguma obrigação pode ocasionar vários problemas para as empresas, trazendo prejuízo para as organizações no setor de shoppings podendo classificar que determinada pessoa ou empresa como inadimplente quando esta não cumpre ou executa a sua responsabilidade financeira que está prevista num contrato, mesmo que parcialmente. No caso dos Shoppings Centers, a principal fonte de receita são os aluguéis cobrados dos lojistas, assim, para prevenir que aconteça é preciso entender e conhecer os fatores que levam a inadimplência.

A legislação na qual configura os contratos de locações no Brasil é a lei das locações que também é conhecida como lei do inquilinato que tem o número 8.245 de 18 de outubro de 1991, sendo promulgada através da administração de Fernando Collor de Melo e representou um importante avanço para o mercado imobiliário brasileiro. Não tendo uma lei específica para Shopping Centers no país, sucede através do contrato de locação com o lojista é denominado “Instrumento particular Atípico de Locação” (LIMA, 2010).

Contudo, este segmento deparou-se com dificuldades para obtenção de créditos, apesar de um planejamento rigoroso a fim de evitar custos, os administradores envolvidos acabaram desencadeando dívidas. Não obstante, a situação agravou-se principalmente aos que possuíam uma dependência financeira maior anterior à crise atual (EY-Parthenon, 2020).

A locação é a essência dos shoppings, diferente de outras, o varejo se encontra dentro deles onde pode buscar por contratos e negócios nas quais sejam vantajosos, isto ocorrendo entre as partes interessadas, cabendo citar lojistas e administradores de forma pessoal acerca do cálculo de cada negociante (EY-Parthenon, 2020).

A partir disso, entende-se que para um melhor funcionamento e adaptação mais favorável deste setor, é preciso ter um olhar mais sensível dos dois lados afetados, tanto das empresas que operam quanto do negociante para um resultado mais próximo do esperado. Contudo, o gerenciamento dos shoppings junto aos lojistas provocará um cenário positivo no mercado futuro (EY-Parthenon, 2020).

2.2 As Mudanças Estruturais Realizadas Pelo Setor Comercial, A Implantação Do *Ecommerce*

O choque econômico da pandemia no país teve maior impacto a partir do primeiro semestre de 2020, embora já tenha impactado o fim do primeiro trimestre (CRUZ, 2021). A resposta dessa situação econômica na situação das empresas foi o fechamento em grande volume das atividades, que, de acordo com a Pesquisa Pulso Empresa, IBGE, em 16 de julho de 2020 mais de 716.000 empresas tinham sido obrigadas a fechar devido à situação pandêmica no país (OLIVEIRA, 2021).

Esse alarme econômico afetou grande parte do poder de compra dos brasileiros que tiveram a sua renda afetada durante os primeiros meses da pandemia, principalmente entre desempregados e autônomos, empreendedores de forma individual e trabalhadores informais. Essa variação no poder de compra pode ser relevante em

relação ao consumo através do mercado eletrônico durante os primeiros meses de medidas restritivas, seja pelo efeito sobre a renda de consumidores como sobre a capacidade de oferta dos produtores e comerciantes (CRUZ, 2021).

À vista disso, é importante enfatizar o baixo uso das ferramentas digitais anteriores a pandemia pelos gestores e que à frente deste momento delicado as empresas e diversas áreas como todo, buscaram aderir meios que evitasse prejuízos e danos maiores aos seus estabelecimentos, empregos e vida pessoal. Assim, cabe ressaltar a utilização modalidade digital para realizar os serviços obedecendo as restrições impostas, através de *marketplace*, *delivery center* e *drive thru*. Entretanto, o ramo das franquias e os pequenos comerciantes foram os mais prejudicados por não obter uma unidade própria. Por fim, visto que este modelo digital aproximou e facilitou tanto o lado do consumidor quanto vendedor, é previsível a sua utilização nos Shoppings Centers após a pandemia (EY-Parthenon, 2020).

O comércio eletrônico se destacou ainda mais em meio à crise pandêmica, no que se refere ao seu auxílio para a sustentação e continuação dos serviços dos lojistas e dos shoppings. Os usuários destas atividades se viram obrigados a aderir esta plataforma digital para realizar suas compras relacionadas a diversos aspectos. No entanto, a secção de vestimentas ainda apresenta dificuldades de inserção no mercado, assim quando equiparados ao setor alimentício, beleza e digital (EY-Parthenon, 2020).

Apesar do aperfeiçoamento em prol da tecnologia, no Brasil, o mercado direcionado aos shoppings possui fundamental importância e não se vislumbra nenhuma ruptura total desse padrão de negócio. Esta modalidade não busca prejudicar ou acabar com os espaços físicos, mas utilizado como uma complementação. O investimento em tecnologia não deve ser pontual, mas deve ser visto como uma ferramenta de atualização constante. Desse modo, o novo modelo de shopping deve atrair bons lojistas, ajudar suas atividades e criar um ambiente atrativo para o consumidor. A diversidade compete ao shopping. Assim, a Covid-19 reforçou a ideia de um novo modelo para shoppings, com locais mais arejados, e a possibilidade de jardins. Com o propósito de enaltecer a proposta de serviço dos shoppings, em se tratando de um lugar prazeroso e agradável para socializar (EY-Parthenon, 2020).

3. METODOLOGIA

A pesquisa foi realizada em um Shopping Center que faz parte de uma das quatro unidades estratégicas de negócios de uma Holding que é uma sociedade criada com o objetivo de administrar um grupo empresarial. A Holding possui nove Shoppings Centers presentes em seis estados brasileiros – Rio de Janeiro, São Paulo, Espírito Santo, Maranhão, Pará e Piauí. Quanto a abordagem, se classifica como qualitativa. Para Minayo (2021, p.14) por conta de a pesquisa qualitativa trabalhar com um universo de coisas, entre eles: significados e motivos; existindo um relacionamento mais profundo com as relações, processos e fenômenos, os quais não podem ser reduzidos a instrumentalização de variáveis.

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva, a qual exige que o explorador consiga diversas informações sobre o que deseja pesquisar (TRIVIÑOS, 1987). No que se refere ao esboço da pesquisa, esta se denomina como estudo de caso que segundo Triviños (1987) alguns estudos descritivos se denominam assim, tendo estes o objetivo de aprofundar a exposição de determinada realidade. Com base nos acontecimentos atuais, o estudo de caso é uma boa estratégia para examinar os acontecimentos, não podendo modificar comportamentos relevantes (YIN, 2001, p. 27).

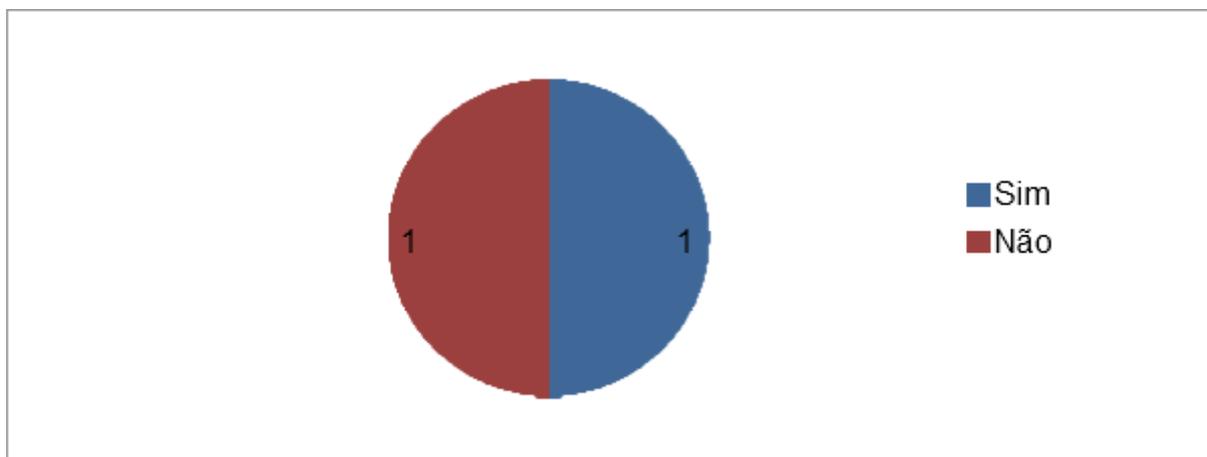
Para cumprir os objetivos da pesquisa, o questionário foi utilizado como técnica de pesquisa (Apêndice A). O instrumento, foi adaptado de GOMES (2020) com perguntas estruturadas em duas seções, a primeira buscou conhecer o perfil dos respondentes e a segunda buscou respostas de perguntas específicas sendo algumas com alternativas e outras com escala de 4 pontos, sendo eles: discordo parcialmente; discordo totalmente; concordo parcialmente e concordo totalmente. O questionário obteve 17 questões. A finalização do questionário foi com uma pergunta aberta para ser livremente respondida. O instrumento foi enviado aos colaboradores através de um link do formulário do Google. A coleta de dados foi gerada através dos resultados obtidos que foram analisados em tabelas e gráficos para contribuir na apresentação e entendimento.

4. RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foram realizadas perguntas direcionadas aos funcionários que fazem parte do setor financeiro e comercial para identificar a percepção de cada um sobre a pandemia ter afetado a capacidade de pagamento dos clientes. Inicialmente, foram questionados

sobre a relação do surto do COVID-19 com a situação financeira da empresa, os resultados estão indicados no gráfico 1.

Gráfico 1 - O surto da COVID-19 afetou a entidade?



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base nos resultados, todos os respondentes afirmaram que a pandemia influenciou diretamente a saúde financeira da entidade. Ao responder que houve impacto, eles eram direcionados a três questionamentos com o objetivo de identificar mais especificadamente quais foram os efeitos dessa influência na empresa.

Tabela 1 - Efeitos e influência da pandemia na empresa

Indagações	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
O impacto do COVID-19 nos negócios financeiros da empresa foi muito grande	10%	-	50%	40%
Houve influência no reajuste do preço dos aluguéis	10%	-	20%	70%
A empresa precisou evidenciar e mensurar os efeitos da pandemia em relação as perdas esperadas no risco de crédito	10%	-	50%	40%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Conforme a tabela 1, nota-se que as perguntas listadas têm relação com o conhecimento e a experiência dos respondentes. Seguindo o raciocínio, na primeira pergunta sobre os impactos da pandemia terem influenciado os negócios financeiros da

empresa, a maioria dos respondentes concordaram parcialmente ou totalmente, com 50% e 40%, respectivamente.

A segunda indagação retrata se houve uma influência no reajuste do preço dos aluguéis, sendo concordado totalmente pela maioria dos respondentes com 70% de afirmação, certificando o adiamento e suspensão de despesas aos lojistas considerando aluguéis, condomínios e fundos de promoção conforme a EY-Parthenon (2020).

Concluindo essa parte, o terceiro questionamento tratava da questão da necessidade de transparência dos efeitos da pandemia sobre o risco de crédito, onde 90% dos respondentes concordaram parcialmente ou totalmente.

Além do discorrido, a pesquisa buscou identificar qual foi o motivo do aumento de aluguéis em atraso durante a pandemia. Os apuramentos se encontram na tabela 2.

Tabela 2 - Motivos do aumento de aluguéis em atraso durante a pandemia

Descrição	Frequência	Percentual
Redução da capacidade de pagamento dos clientes	7	70%
As políticas de isolamento dificultaram o pagamento dos boletos	1	10%
Muitos atrasos aconteceram intencionalmente	-	-
Não houve atraso de título em maior proporção	-	-
Atrasos aconteceram devido fechamento dos Shoppings Centers	2	20%
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base na tabela 2, ficou certificado que 70% relacionam o motivo do atraso dos pagamentos dos clientes por conta da redução da capacidade de pagamento, causado pelo baixo faturamento devido a pandemia. Esses dados atestam o que foi dito pelo Presidente do Sindicato dos Bancários de São Paulo (2020) onde afirma que o Brasil enfrentou consequências econômicas graves, como a falta de condição de grande parte da população em honrar seus compromissos.

Prosseguindo o assunto com outra pergunta, obteve-se a questão sobre o principal fator que gerou essa inadimplência. Os resultados estão na tabela 3.

Tabela 3 - Principal fato gerador da inadimplência

Descrição	Frequência	Percentual
Alto endividamento	1	10%
Desemprego/redução da renda	8	80%
Consumo exagerado	-	-
Falta de planejamento e educação financeira	1	10%
Não houve inadimplência	-	-
Total	10	100%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Com base na tabela 3, ficou evidenciado que para 80% o motivo foi o desemprego/redução da renda que foi uma das consequências da pandemia. O SPC Brasil (2018) afirma que o principal motivo da inadimplência é o desemprego, quando está em alta devido a uma crise econômica. Desse modo, surge uma maior preocupação com o risco de crédito por conta de as famílias não conseguirem quitar e pagar suas dívidas.

Nessa última parte de questões, foi feito um levantamento para aquisição de informações sobre as consequências da COVID-19 na Holding. Dessa forma, elaboraram-se questões que contivesse fatores que provavelmente teve relação direta com a questão tratada no estudo, o aumento, a diminuição do crédito, a relação da inadimplência e as perdas esperada no risco de crédito. Os resultados estão dispostos no gráfico 2.

Gráfico 2 - A pandemia tornou mais difícil a concessão de crédito na entidade?



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Para 90% dos respondentes, foi constatado que a pandemia tornou mais difícil a concessão de crédito pela empresa em estudo. Dando continuidade, foi questionado sobre a consequência da pandemia sobre a parte financeira da empresa, se referindo ao

risco de crédito. A tabela 4 apresenta a discordância e concordância do posicionamento de cada um sobre a afirmação.

Tabela 4 - Consequências da pandemia na Holding

Indagações	Discordo parcialmente	Discordo totalmente	Concordo parcialmente	Concordo totalmente
A pandemia ocasionada pelo COVID-19 afetou a capacidade do cliente de efetuar seu pagamento	10%	-	30%	60%
A empresa pesquisada aumentou as perdas em recebíveis devido à pandemia	20%	-	40%	40%
Houve um aumento na incidência de títulos recebidos com juros durante a pandemia	10%	10%	50%	30%
A respeito do prazo de recebimento de cobranças de clientes, houve alterações pela influência da pandemia	10%	-	30%	60%

Fonte: Dados da pesquisa (2022)

De acordo com a tabela 4, a primeira pergunta sobre a pandemia ter afetado a capacidade de pagamento do cliente, a maioria concordou parcialmente ou totalmente, totalizando 90%. Em continuação, 80% concordaram parcialmente ou totalmente sobre as perdas recebíveis ter aumentado devido à pandemia.

Ainda, 80% concordaram parcialmente ou totalmente que houve aumento na incidência de títulos recebidos com juros durante a pandemia. Outrossim, 90% dos respondentes concordaram parcialmente ou totalmente que houve influência da pandemia sobre a alteração do prazo de recebimento de cobranças de clientes.

Por último, foi realizada uma pergunta aberta para coletar maiores informações dos respondentes de acordo com a experiência de cada um sobre algum outro fator que ele pontuaria como reflexo da COVID-19 sobre as perdas esperadas no risco de crédito.

Desse modo, foram externados os seguintes pontos: Instabilidade financeira; Diminuição no poder de compras juntamente com a inflação; Insegurança causada pela pandemia sobre o amanhã e; A falta de previsão de como a pandemia iria se tornar causou mais risco com relação aos créditos e demais financiamento.

Fica transparente com base nas respostas que direta ou indiretamente a pandemia refletiu vigorosamente sobre as perdas esperadas no risco de crédito. Essa certificação é com base nas perguntas diretas e com base na pergunta aberta, sendo livres para responder.

Foi declarado em março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde (OMS) que a pandemia da COVID-19 gerou um grande choque na economia e no mercado de trabalho. A doença se espalhou tão rapidamente que foi necessário para prevenção o isolamento social, impulsionando a várias mudanças no mercado de trabalho.

5. CONSIDERAÇÕES

O objetivo da pesquisa foi analisar as perdas esperadas no risco de crédito em uma Holding durante a pandemia da COVID-19 na visão dos funcionários. A metodologia utilizada foi um questionário e pesquisas bibliográficas.

De acordo com a pesquisa, para os funcionários, a pandemia causou impacto nos negócios financeiros da empresa, sendo necessário reajuste no preço dos aluguéis e a necessidade de transparência sobre o risco de crédito.

Segundo os dados, um dos maiores motivos da inadimplência durante a pandemia foi causado pela redução de capacidade de pagamento dos clientes, sendo o principal fato gerador o desemprego/redução de renda.

Ainda segundo a pesquisa, a pandemia fez com que a concessão de crédito se tornasse mais difícil na entidade, afetando assim a capacidade do cliente de efetuar seu pagamento. Além do crescimento das perdas em recebíveis, houve um aumento no prazo de recebimento de cobrança dos clientes, sendo eles recebidos com juros.

Assim, é recomendada, por conta de períodos de incerteza, a importância de colocar em prática o aperfeiçoamento do comércio eletrônico, fazendo jus a qualidade e segurança ao consumidor. Dessa forma, uma boa comunicação com transparência entre administradoras e lojistas, sendo necessária para o benefício de ambas (EY-Parthenon, 2020).

As limitações da pesquisa foi o fato de a empresa não poder passar maiores informações sobre a quantidade de inadimplentes e os prejuízos obtidos pela inadimplência. Outra limitação importante foi sobre o tamanho da amostra que foi coletada em apenas uma empresa da Holding.

Recomenda-se para futuras pesquisas, o estudo de como reduzir e controlar o risco de crédito em momentos de crise econômica para que o devedor consiga liquidar integralmente seus compromissos em tempo hábil.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Jéssica Fernandes de. **Indicadores de crédito no período de Pandemia**. 2021.

CRUZ, Igor. **Novas experiências de consumo por e-commerce durante a pandemia em Salvador**. 2021.

DOS SANTOS, Luiz Felipe Almeida. **ANÁLISE DE INADIMPLÊNCIA NO VAREJO: UM ESTUDO DE CASO DE ADMINISTRADORA DE SHOPPING CENTERS NO BRASIL**. 2020. Tese de Doutorado. Universidade Federal do Rio de Janeiro.

GOMES, Héverton Lopes. **Efeitos da pandemia da Covid 19 sobre as perdas esperadas no risco de crédito: um estudo de caso em uma distribuidora de alimentos**. 2020.

Impactos da Covid-19 no consumidor de shopping center no Brasil. Ey Parthenon, 2020. Disponível em: https://assets.ey.com/content/dam/ey-sites/ey-com/pt_br/releases/eyparthenon-shoppings.pdf. Acesso em: 08 de dezembro de 2021.

LIMA, Marcio Targa de et al. **Inadimplência de lojistas no setor de shopping centers: um estudo baseado na análise de sobrevivência**. 2010.

MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2001.

OLIVEIRA, Joana. **716.000 Empresas fecharam as portas desde o início da pandemia no Brasil, segundo o IBGE**. EL PAÍS. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-07-19/716000-empresas-fecharam-as-portas-desde-o-inicio-da-pandemia-no-brasil-segundo-ibge.html>. Acesso em: 11 novembro 2021.

Panorama e perspectivas no setor de Shopping Centers. Vallup, 2021. Disponível em: <https://www.valuup.com.br/perspectivas-setor-shoppings/>. Acesso em: 21 de novembro de 2021.

SEHN, Carlos Fernando; CARLINI JUNIOR, Reginaldo José. INADIMPLÊNCIA NO SISTEMA FINANCEIRO DE HABITAÇÃO: UM ESTUDO JUNTO À CAIXA ECONÔMICA FEDERAL (CAIXA). **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 8, p. 59-84, 2020.

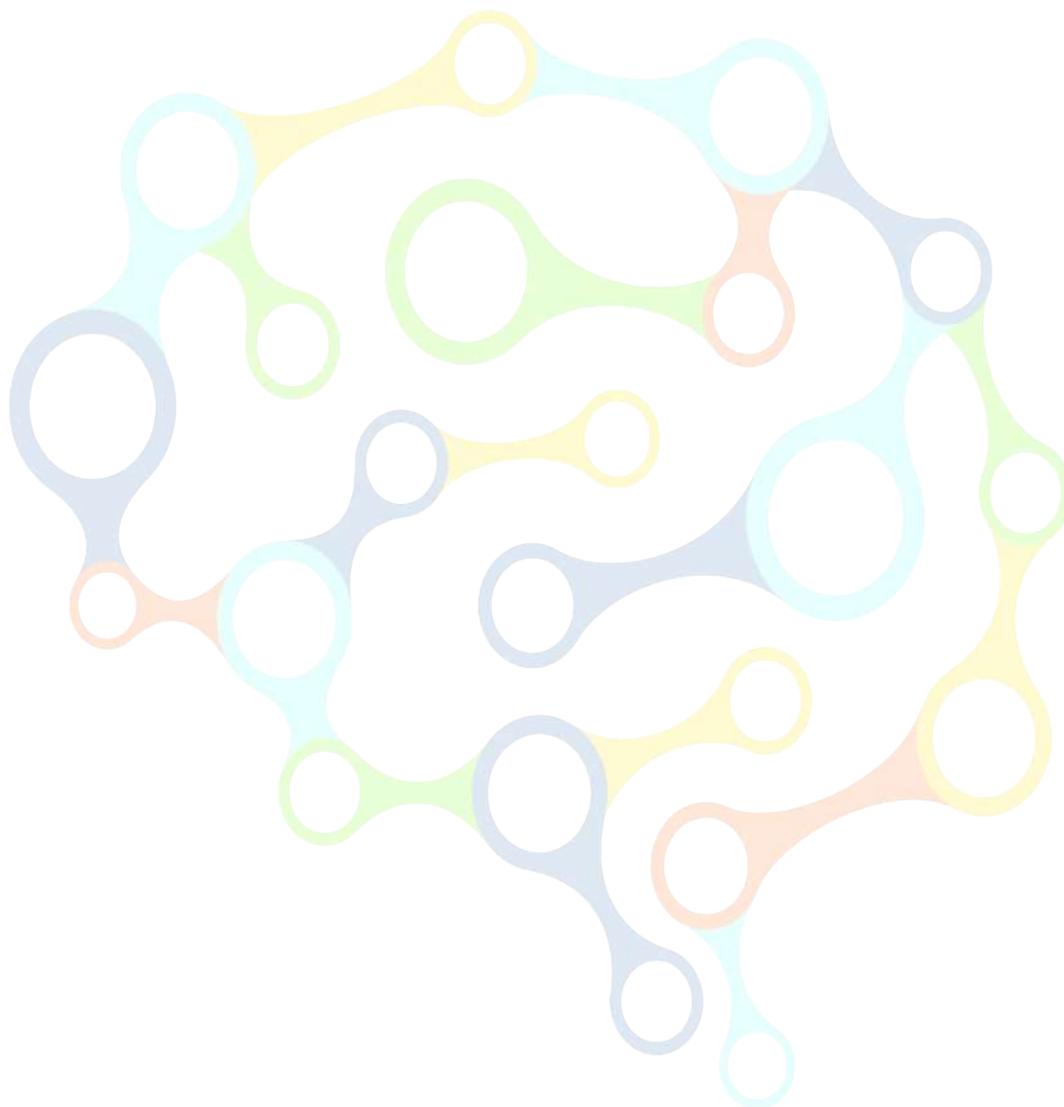
SINDICATO DOS BANCÁRIOS E FINANCIÁRIOS DE SÃO PAULO. Mais de 91 milhões de brasileiros atrasaram pagamento de contas. Disponível em: <https://spbancarios.com.br/04/2020/mais-de-91-milhoes-de-brasileiros-atrasarampagamento-de-contas>. Acesso em: 06 agosto de 2022.

SPC – SERVIÇO DE PROTEÇÃO AO CRÉDITO. Disponível em: <http://www.spcbrasil.org.br/>. Acesso em: 10 de outubro de 2019.

TOMÉ, Luciana Mota. **Setor de turismo: impactos da pandemia**. 2020.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

YIN, Robert K. **Estudo de caso: planejamento e métodos** / Robert K. Yin; trad. Daniel Grassi - 2.ed. -Porto Alegre: Bookman, 2001.



Capítulo 10

CEFALEIA E O USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ABORDAGEM LITERÁRIA

DOI: 10.29327/5190429.1-10

Antonio Walberto Oliveira Gonçalves
João Victor Santos Damasceno
Alfredo Borges de Oliveira Junior
Deborah Bezerra Lopes da Silva
João Pedro Liborio Neiva Eulálio
João Pinheiro dos Santos Neto
Brenda de Jesus Moraes Lucena

CEFALEIA E O USO DE APARELHOS ELETRÔNICOS EM CRIANÇAS E ADOLESCENTES: ABORDAGEM LITERÁRIA

Antonio Walberto Oliveira Gonçalves

João Victor Santos Damasceno

Alfredo Borges de Oliveira Junior

Deborah Bezerra Lopes da Silva

João Pedro Liborio Neiva Eulálio

João Pinheiro dos Santos Neto

Brenda de Jesus Moraes Lucena

RESUMO

Introdução: A cefaleia é uma das queixas mais recorrentes no dia a dia das pessoas, entretanto, com o advento da tecnologia e sua inclusão em todos os meios, sobretudo no meio das crianças e adolescentes, desde o lazer até o meio educacional, evidenciou-se a relação entre o maior tempo de exposição aos aparelhos eletrônicos e a cefaleia. **Objetivos:** Assim, este estudo de revisão de literatura possui como objetivo principal identificar na literatura a relação entre o uso excessivo de aparelhos eletrônicos e a cefaleia em crianças e adolescentes. **Métodos:** Desse modo, para isso, foram realizadas buscas no Google Acadêmico, *PubMed* e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), entre os anos de 2012 a 2023, utilizando uma abordagem exploratória, descritiva, qualitativa e explicativa. **Referencial Teórico:** Um estudo transversal avaliou a prevalência e os fatores associados à cefaleia em adolescentes, em uma amostra de 539 adolescentes de 15 a 19 anos. Como resultado, notou-se que a cefaleia atinge 38,2% desse grupo, tendo como fatores associados: sexo feminino, problemas de visão, transtorno mental comum, dor de cabeça, sinusite e baixa escolaridade. Outro fator determinante no desenvolvimento de cefaleias na infância e adolescência é a exposição a telas, sejam elas de computadores, tablets, televisão e videogames, como foi avaliado por Saueressig, Xavier, Oliveira *et al.* (2015) em seu estudo para verificar a associação entre cefaleia entre adolescentes e uso de computadores. **Resultados e discussão:** As mudanças comportamentais decorrentes do desenvolvimento tecnológico tiveram grandes impactos na vida das crianças e adolescentes e foram demonstrados nos estudos analisados. Embora o acesso a essas tecnologias sejam um aliado no processo educacional nas escolas, o uso excessivo de celulares, computadores e videogames causaram repercussões negativas na saúde desse grupo, destacando-se a cefaleia do tipo migrânea, principalmente entre meninos, devido ao maior uso de jogos eletrônicos. **Conclusão:** Os aparelhos eletrônicos se fazem muito presentes no dia a dia o que contribui para aumentar a incidência dos efeitos negativos decorrentes do uso excessivo de aparelhos eletrônicos, como sedentarismo, obesidade, estresse, cansaço, dificuldade de concentração, dores musculoesqueléticas e cefaleia, sendo mais comum a migrânea e a CTT.

Palavras-chave: Cefaleia; Aparelhos eletrônicos; Crianças; Adolescentes.

ABSTRACT

Introduction: Headache is one of the most recurrent complaints in people's daily lives, however, with the advent of technology and its inclusion in all environments, especially among children and adolescents, from leisure to education, it has become evident whether the relationship between longer exposure to electronic devices and headache. **Objectives:** Thus, this literature review study has as main objective to identify in the literature the relationship between the excessive use of electronic devices and headache in children and adolescents. **Methods:** Therefore, searches were carried out in Google Scholar, PubMed and the Virtual Health Library (VHL), between the years 2012 to 2023, using an exploratory, descriptive, qualitative and explanatory approach. **Theoretical Reference:** A cross-sectional study evaluated the prevalence and factors associated with headache in adolescents, in a sample of 539 adolescents aged 15 to 19 years. As a result, it was noted that headache affects 38.2% of this group, with associated factors: female gender, vision problems, common mental disorder, back pain, sinusitis and low education. Another determining factor in the development of headaches in childhood and adolescence is exposure to screens, whether computers, tablets, television or video games, as assessed by Saueressig, Xavier, Oliveira et al. (2015) in their study to verify the association between headache among adolescents and computer use. **Results and discussion:** The behavioral changes resulting from technological development had great impacts on the lives of children and adolescents and were demonstrated in the analyzed studies. Although access to these technologies is an ally in the educational process in schools, the excessive use of cell phones, computers and video games has had negative repercussions on the health of this group, with emphasis on migraine-type headaches, especially among boys, due to the greater use of electronic games. **Conclusion:** Electronic devices are very present in everyday life, which contributes to increase the incidence of negative effects resulting from the excessive use of electronic devices, such as sedentary lifestyle, obesity, stress, tiredness, difficulty concentrating, musculoskeletal pain and headache, being migraine and CTT are more common.

Keywords: Headache; Electronic devices; Children; Teenagers.

1. INTRODUÇÃO

A televisão, o celular, o videogame, e o computador estão entre as mídias que os adolescentes mais têm acesso, com destaque para os dois últimos, sendo geralmente utilizados para fins de socialização, diversão, aprendizagem, trabalho, inclusão e aceitação social. Alguns estudos têm demonstrado que o uso excessivo de aparelhos eletrônicos entre os adolescentes apresenta associação com a diminuição dos níveis de atividade física, obesidade, queixas de cansaço, estresse, dificuldade de concentração, surgimento de dores musculoesqueléticas e cefaleia (OKAMURA; GOLDBAUM; MADEIRA *et al.*, 2020).

A cefaleia, apontada como um problema crescente entre crianças e adolescentes e que está possivelmente relacionada com mudanças no estilo de vida e fatores ligados ao estresse, tem sido destacada em alguns estudos como uma das principais queixas entre adolescentes decorrente do uso abusivo de dispositivos eletrônicos (DIAS, 2019).

Nesse contexto, existem classificações para as cefaleias, entretanto, as mais prevalentes entre os adolescentes são as primárias do tipo migrânea e a tensional. Sendo, portanto, a cefaleia primária, definida como dor na cabeça sem relação temporal e subdividida em dois grupos, a cefaleia migrânea com aura e sem aura (SAUERESSIG; XAVIER; OLIVEIRA *et al.*, 2015).

No caso da migrânea com aura consiste em sintomas neurológicos focais que precedem ou acompanham a cefaleia, já a sem aura que é caracterizada por cefaleia com características específicas e sintomas associados. A cefaleia do tipo tensional é a mais frequente e pode ser subdividida em episódica e crônica, sendo a crônica a que acarreta maior comprometimento na qualidade de vida. A dor localizada nos tecidos miofasciais é capaz de ativar outras vias de condução da dor sensibilizando e instabilizando centros da dor (XAVIER; PITANGUI; SILVA *et al.*, 2015).

Desse modo, devido ao crescimento do uso de aparelhos eletrônicos, sobretudo pelas crianças e adolescentes, cresceu paralelamente os problemas de saúde, como por exemplo, dores de cabeça, em virtude do uso excessivo de eletrônicos. Por isso, vê-se a relevância de realizar esse estudo para elucidar mais acerca dessa relação.

Com isso, a presente revisão de literatura possui como objetivos identificar a relação entre o uso excessivo de aparelhos eletrônicos e a cefaleia em crianças e adolescentes, compreender os tipos de cefaleia desencadeados pelo uso de aparelhos eletrônicos e apontar maneiras de reduzir a incidência da cefaleia causada pelo uso de aparelhos eletrônicos.

2. MÉTODOS

O presente artigo trata-se de uma revisão de literatura acerca da relação entre a cefaleia e o uso excessivo de aparelhos eletrônicos por crianças e adolescentes e possui uma abordagem exploratória, descritiva, qualitativa e explicativa.

Para tanto, foram realizadas buscas no Google Acadêmico, *PubMed* e na Biblioteca Virtual em Saúde (BVS) utilizando as seguintes palavras chaves: “Cefaleia”, “Aparelhos eletrônicos”, “Crianças”, “Adolescentes”, compreendidas entre 2012 a 2023.

Como fatores de inclusão, foram incluídas publicações disponíveis na íntegra, nos idiomas inglês e/ou português e/ou espanhol. Já como fatores de exclusão, apresentam-se os artigos que apresentaram fuga ao tema, tangenciam o estudo abordado ou estão fora do período adotado para estudo.

Tabela 1 - Distribuição das publicações por ano e autores

Autor(es)	Ano	Título	Revista/Editora
HAKALA, P. T. <i>et al.</i>	2012	Musculoskeletal symptoms and computer use among Finnish adolescents--pain intensity and inconvenience to everyday life: a cross-sectional study	BMC Musculoskelet Disord
NEUT, D. <i>et al.</i>	2012	The prevalence of triggers in paediatric migraine: a questionnaire study in 102 children and adolescents	J Headach Pain
BARBOSA, F. V. C. <i>et al.</i>	2014	Epidemiology of physical inactivity, sedentary behaviors, and unhealthy eating habits among Brazilian adolescents: a systematic review	Ciência saúde coletiva [Internet].
BRINDOVA, D. <i>et al.</i>	2015	Is the association between screen-based behaviour and health complaints among adolescents moderated by physical activity?	Int J Public Health
SAUERESSIG, I. B.; XAVIER, M. K. A.; OLIVEIRA, V. M. A. <i>et al.</i>	2015	Primary headaches among adolescents and their association with excessive computer use	Rer. dor [Internet]
SILVA, B. R. <i>et al.</i>	2015	Cefaleia e a qualidade de vida em adolescentes.	Headache Medicine.
XAVIER, M. K. A.; PITANGUI, A.C. R.; SILVA, G.R.R. <i>et al.</i>	2015	Prevalência de cefaleia em adolescentes e associação com uso de computador e jogos eletrônicos.	Ciência saúde coletiva [Internet].
SOUZA, N. E <i>et al.</i>	2016	Cefaleia: migrânea e qualidade de vida.	Revista de Saúde
GARCIA, C. V. M.; ALVAREZ, A. A.	2017	La clasificación Internacional de Cefaleas y la practica pediatria. Camaguey, Cuba	Revista médica eletrônica de ciego de avila
RANGEL, T. C.; ROCHA, F. P. A. S.	2018	Cefaleia e abuso de internet: uma revisão narrativa.	Headache Medicine
DIAS, J. A.	2019	O impacto da prática de jogos eletrônicos na saúde dos adolescentes.	<u>Uniceplac</u>
OKAMURA, M. N.; GOLDBAUM, M.;	2020	Prevalência e fatores associados de cefaleia	Revista Brasileira de epidemiologia

MADEIRA, W. <i>et al.</i>		entre adolescentes: resultados de um estudo de base populacional.	
PARREIRA, E. <i>et al.</i>	2020	Enxaqueca Crônica e Refratária: Como Diagnosticar e Tratar [Chronic and Refractory Migraine: How to Diagnose and Treat].	Acta Med Port
BONTHIUS J. D.; HERSHEY, D. A.	2022	Cefaleia em crianças: Abordagem para avaliação e estratégias gerais de manejo.	UpToDate
TAYLOR, F. R.	2022	Cefaleia do tipo tensional em adultos: Fisiopatologia, características clínicas e diagnóstico.	UpToDate

Fonte: autoria dos pesquisadores

Tabela 2 – Quantidade de publicações por idioma

Idioma	Quantidade de artigos
Português	9
Inglês	5
Espanhol	1

Fonte: autoria dos pesquisadores

Com isso, ao todo, foram utilizados 15 artigos para desenvolver os objetivos propostos.

3. REFERENCIAL TEÓRICO

A dor crônica é um problema de saúde pública que causa grandes prejuízos pessoais e sociais. A busca pelo atendimento médico decorrente de uma dor crônica vai além do alívio do sintoma, uma vez que também está envolvido na investigação e resolução de um problema que afeta a cognição, o psicológico, a vida social e a confiança do paciente. Nessa conjuntura, cefaleia é um dos sintomas mais comuns na população geral, acometendo pessoas de várias idades, interferindo substancialmente na qualidade de vida populacional.

Nesse contexto, 93% dos homens e 99% das mulheres terão algum episódio de cefaleia durante a vida, sendo que, aproximadamente 40% apresentarão esse sintoma de forma recorrente. Em crianças, a cefaleia é um sintoma que preocupa a família e a

equipe de saúde, uma vez que é uma queixa comum na infância e na adolescência, aumentando sua prevalência ao passo que a idade aumenta (BONTHIUS; HERSHEY, 2022).

Etiologicamente, a cefaleia divide-se em primária e secundária. A cefaleia primária é a que acontece sem etiologia demonstrável clinicamente, através de exames laboratoriais e de imagem. Esse tipo de cefaleia pode ser classificado em migrânea, tensional e cefaleia em salvas. A cefaleia secundária é decorrente de alguma doença coexistente, como exemplo, intoxicações, meningite, lesões expansivas, hemorragia e encefalite. É imprescindível a distinção entre os tipos de cefaleia, uma vez que as cefaleias secundárias, a depender da causa base, podem ser fatais (SILVA *et al.*, 2015).

A enxaqueca é um tipo de cefaleia primária que atinge cerca de 15% da população mundial, sendo mais comum em mulheres, sendo que, nesse grupo, as crises são mais recorrentes, intensas e duradouras. A maior prevalência está entre 20 e 50 anos de idade, sendo menos comum em idosos e crianças. A relação de pacientes acometidos na infância em relação ao sexo é de 1:1. Caracteriza-se, clinicamente, como uma cefaleia unilateral, pulsátil e de moderada a forte intensidade, dividida em até 4 fases, em que não necessariamente estão todas presentes (PARREIRA *et al.*, 2020).

Segundo Souza (2016) a primeira fase é marcada por sintomas premonitórios, como irritação, declínio do raciocínio e memória, compulsão por alguns alimentos e sono agitado com pesadelos. Os pródromos estão presentes em mais de 50% das crises enxaquecosas. A segunda fase é denominada aura e ocorre em aproximadamente 20% dos casos de enxaqueca. A aura é um conjunto de sintomas psicológicos relacionados ao córtex ou tronco cerebral. Possui duração de menos de 60 minutos e se desenvolvem de forma gradual de 5 a 20 minutos. Essa fase é caracterizada pela presença de escotomas visuais, hemianopsia, além de parestesia em um hemicorpo, podendo evoluir para hemiplegia (migrânea hemiplégica familiar ou esporádica).

A terceira fase é a fase da cefaleia, de moderada a forte intensidade, com duração de 4 a 72 horas, de caráter pulsátil, localizada na região frontotemporal e, em 2/3 dos casos, unilateral, migrando para o lado contrário em outros episódios. A quarta fase ou fase de recuperação é marcada pelos pós-dromos, com sintomas de cansaço, depressão e fraqueza por horas ou até dias. A enxaqueca é incapacitante e piora com as atividades diárias, interferindo diretamente na qualidade de vida do paciente. Fatores como estresse, período menstrual, mudanças climáticas, alguns alimentos, bebidas

alcoólicas, luz forte, odor intenso, calor e alterações do sono-vigília podem ser precipitantes a novas crises (SOUZA, 2016).

A cefaleia do tipo tensional episódica (CTTE) é o tipo mais comum entre as cefaleias primárias e tem seu pico de incidência na quarta década de vida, sendo mais comum em mulheres. A cefaleia tensional crônica é mais comum com o avanço da idade e tem menor incidência em relação à CTTE. Clinicamente, a cefaleia tensional caracteriza-se por dor em aperto ou em pressão leve ou de moderada intensidade, não pulsátil, geralmente bilateral, localizada na região frontal, occipital ou holocraniana. Tem íntima relação com o estresse físico e mental (TAYLOR, 2022).

A cefaleia na infância ou adolescência é uma queixa frequente a qual pode se manifestar de modo isolado ou associado a outras doenças. As alterações psicossociais, alterações nos hábitos de vida e alimentares, além das mudanças na estrutura familiar influenciaram em uma maior incidência de cefaleia em crianças e adolescentes. As formas mais prevalentes de cefaleia nessa faixa etária são a migrânea e a cefaleia do tipo tensional (CTT), sendo a primeira mais comum em estudos que avaliam crianças atendidas em âmbito hospitalar e a segunda em estudos populacionais (BONTHIUS; HERSHEY, 2022).

As cefaleias secundárias são as mais preocupantes, uma vez que estão associadas a outras patologias potencialmente fatais, como malformações vasculares, hemorragia intracraniana, meningite e encefalite (GARCIA, 2017).

Um estudo transversal feito por Okamura, Goldbaum, Madeira *et al.*, (2020) avaliou a prevalência e os fatores associados à cefaleia em adolescentes, em uma amostra de 539 adolescentes de 15 a 19 anos. Como resultado, notou-se que a cefaleia atinge 38,2% desse grupo, tendo como fatores associados: sexo feminino, problemas de visão, transtorno mental comum, dorsalgia, sinusite e baixa escolaridade.

Outro fator determinante no desenvolvimento de cefaleias na infância e adolescência é a exposição a telas, sejam elas de computadores, tablets, televisão e videogames, como foi avaliado por Saueressig, Xavier, Oliveira *et al.* (2015) em seu estudo para verificar a associação entre cefaleia entre adolescentes e uso de computadores.

Nesse cenário, é notório que a inserção dos aparelhos eletrônicos, no cotidiano da população, reconfigurou o modo de vida da população, com impactos na vida social, pessoal e profissional. Esse processo também foi significativo entre crianças e

adolescentes, que têm acesso cada vez mais cedo a esse tipo de tecnologia, seja para fins educativos seja para lazer (HAKALA *et al.*, 2012).

Assim, destacam-se os aparelhos televisivos, celulares, computadores e videogames como a mídias mais acessadas por esse grupo, majoritariamente os dois últimos (BARBOSA, 2014). Nota-se que a apresentação precoce desses tipos de aparelhos a crianças está intimamente relacionada, não só à diversão e socialização, mas também com a formação educacional, fato esse que deve ser cada vez mais desenvolvido e melhorado por meio de políticas públicas, garantindo a inclusão digital aos estudantes de todos os estratos sociais (RANGEL; ROCHA, 2018).

Contudo, essa modificação na dinâmica socioeducacional contribui para o aumento do tempo de exposição dos infantes a telas, de modo a aumentar a incidência dos efeitos negativos decorrentes do uso excessivo de aparelhos eletrônicos, como sedentarismo, obesidade, estresse, cansaço, dificuldade de concentração, dores musculoesqueléticas e cefaleia (XAVIER; PITANGUI; SILVA *et al.*, 2015). Tal tessitura evidencia que o aumento do uso de mídias por crianças e adolescentes pode causar repercussões negativas na saúde. Dentre as principais queixas, destaca-se a cefaleia, sendo mais comum a migrânea e a CTT.

Em um estudo epidemiológico transversal Xavier, Pitanguí, Silva *et al.*, (2015), onde foram avaliados 954 adolescentes entre 14 e 19 anos, foi evidenciado que o uso excessivo de computador e jogos eletrônicos (> 4 horas/dia) estava associado à presença de cefaleia, além de interferir na postura e visão. Nesse mesmo estudo, demonstrou-se uma associação entre a exposição excessiva a telas e a cefaleia do tipo migrânea, fazendo dessa prática um fator de risco para o desenvolvimento de enxaqueca nessa faixa etária.

Esse dado corrobora com os estudos de Brindova *et al.* (2015) e Neut *et al.* (2012), que avaliou os fatores de risco para o desenvolvimento de migrânea em pacientes pediátricos, destacando-se também a relação entre estresse mental e enxaqueca. Isso é notado ao perceber-se que, adolescentes estudantes do terceiro ano do ensino médio são mais susceptíveis ao desenvolvimento de cefaleia.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A cefaleia é uma queixa muito prevalente na população, com várias particularidades e grande morbidade na população pediátrica. Estão relacionados à cefaleia, os fatores genéticos, biológicos psicológicos e ambientais, de modo que sua

expressão na infância deve ser considerada na escolha do plano terapêutico mais eficaz. As mudanças comportamentais decorrentes do desenvolvimento tecnológico tiveram grandes impactos na vida das crianças e adolescentes e foram demonstrados nos estudos analisados. Embora o acesso a essas tecnologias sejam um aliado no processo educacional nas escolas, o uso excessivo de celulares, computadores e videogames causaram repercussões negativas na saúde desse grupo, destacando-se a cefaleia do tipo migrânea, principalmente entre meninos, devido ao maior uso de jogos eletrônicos.

Okamura, Goldbaum, Madeira *et al.*, (2020) avaliou um grupo de 539 adolescentes entre 15 e 19 anos em um estudo prospectivo transversal, a fim de estimar a prevalência e fatores associados à cefaleia em adolescentes. Nesse estudo, evidenciou-se que 38,2% dos adolescentes possuem cefaleia, 32,8% dor de cabeça e 7,8% migrânea, com fatores associados ao sexo feminino, transtorno mental comum, problemas de visão, sinusite e baixa escolaridade.

Esses dados estão abaixo dos resultados obtidos por Xavier, Pitangui, Silva *et al.*, (2015), em que, através de um estudo transversal, analisou uma amostra maior, com 954 adolescentes entre 14 e 19 anos, nos quais 80,6% referiram cefaleia, sendo o tipo de cefaleia relatado como 17,9% do tipo tensional, 19,3% migrânea e 43,4% outros tipos de cefaleia, independente do sexo. Essa diferença de resultados pode estar relacionada aos critérios considerados para o diagnóstico.

O estudo de Saueressig, Xavier, Oliveira *et al.* (2015), por sua vez, analisou 262 adolescentes entre 14 e 19 anos com relação ao uso de computadores, nível de atividade física e presença de cefaleia. Demonstrou-se, nesse estudo transversal, que a prevalência de cefaleia foi de 87,8% dos pacientes avaliados, sendo a cefaleia do tipo tensional mais comum em mulheres e migrânea mais comum em pacientes que relataram uso excessivo de computador. Em suma, pacientes do sexo feminino, idade entre 12 e 15 anos e uso excessivo de computadores são fatores que influenciam no desenvolvimento de cefaleia.

Esses resultados dialogam com o desfecho dos estudos de Brindova *et al.* (2015) e Neut *et al.* (2012). Brindova *et al.* constatou em um estudo prospectivo que exposição à tela por mais de três horas/dia está associada ao aparecimento de cefaleia em crianças. Ademais, Neut *et al.* evidenciou que o uso excessivo de videogames é um dos principais gatilhos para o desenvolvimento de migrânea em crianças e adolescentes.

Ao analisar os estudos supracitados, nota-se que os resultados corroboram a relação entre exposição demasiada a aparelhos eletrônicos e desenvolvimento de cefaleia primária em crianças e adolescentes. Como fator limitante para esta revisão,

observou-se ainda poucos estudos que avaliem de forma longitudinal os efeitos do uso excessivo de eletrônicos para a saúde do público pediátrico no país.

Como terceiro objetivo desta revisão, sugere-se que os responsáveis monitorem o tempo de tela das crianças e adolescentes, limitando seu uso a, em média, 2 horas/dia. Além disso, nas escolas, os professores devem oferecer pausas de pelo menos 30 minutos para os alunos que utilizarem notebooks ou computadores em sala de aula, limitando também seu uso no âmbito escolar. Dessa forma, as repercussões negativas atreladas ao uso de aparelhos eletrônicos serão dirimidas e queixas como a cefaleia serão menos frequentes nesse grupo. Vale destacar que doenças mal manejadas na infância e adolescência possuem grande impacto na vida adulta.

5. CONCLUSÃO

A inserção dos aparelhos eletrônicos, no cotidiano da população, mudou o modo de vida da população, sobretudo, entre crianças e adolescentes, que têm acesso cada vez mais cedo a esse tipo de tecnologia, seja para fins educativos seja para lazer. Nesse contexto, os aparelhos televisivos, celulares, computadores e videogames são as mídias mais acessadas por esse grupo, majoritariamente os dois últimos.

Contudo, essa modificação na dinâmica socioeducacional contribui para aumentar a incidência dos efeitos negativos decorrentes do uso excessivo de aparelhos eletrônicos, como sedentarismo, obesidade, estresse, cansaço, dificuldade de concentração, dores musculoesqueléticas e cefaleia, sendo mais comum a migrânea e a CTT.

REFERÊNCIAS

BARBOSA, F. V. C. *et al.* Epidemiology of physical inactivity, sedentary behaviors, and unhealthy eating habits among Brazilian adolescents: a systematic review. **Cien Saude Colet.** 2014 Jan;19(1):173-93. doi: 10.1590/1413-81232014191.0446. PMID: 24473615. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/24473615/>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

BONTHIUS J. D.; HERSHEY, D. A. **Cefaleia em crianças: Abordagem para avaliação e estratégias gerais de manejo.** UpToDate. 2022. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/headache-in-children-approach-to-evaluation-and-general-management-strategies?search=headache&source=search_result&s>. Acesso em: 31 jan. 2023.

BRINDOVA, D. *et al.* Is the association between screen-based behaviour and health complaints among adolescents moderated by physical activity? *Int J Public Health*. 2015;60(2):139-45. Disponível em: <<https://research.rug.nl/en/publications/is-the-association-between-screen-based-behaviour-and-health-comp>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

DIAS, J. A. **O impacto da prática de jogos eletrônicos na saúde dos adolescentes.** Orientador: Michelle Cristina Guerreiro dos Reis. 2019. 15f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharel em Enfermagem) - Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos, 2019. Disponível em: <<https://dspace.uniceplac.edu.br/handle/123456789/303>>. Acesso em: 26 de jan. de 2023.

GARCIA, C. V. M.; ALVAREZ, A. A. La clasificación Internacional de Cefaleas y la practica pediátrica. Camaguey, Cuba. **Revista médica eletrônica de ciego de avila**, Vol. 23, Nº 2 (2017). Disponível em: <<https://revmediciego.sld.cu/index.php/mediciego/article/view/875/1115>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

HAKALA, P. T., *et al.*. Musculoskeletal symptoms and computer use among Finnish adolescents--pain intensity and inconvenience to everyday life: a cross-sectional study. **BMC Musculoskelet Disord**. 2012 Mar 22;13:41. doi: 10.1186/1471-2474-13-41. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/22439805/>>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

NEUT, D. *et al.* The prevalence of triggers in paediatric migraine: a questionnaire study in 102 children and adolescents. *J Headach Pain* 2012; 13(1):61-65. Disponível em: <<https://thejournalofheadacheandpain.biomedcentral.com/counter/pdf/10.1007/s10194-011-0397-2.pdf>>. Acesso em: 02 de fev. de 2023.

OKAMURA, M. N.; GOLDBAUM, M.; MADEIRA, W. *et al.* Prevalência e fatores associados de cefaleia entre adolescentes: resultados de um estudo de base populacional. **Rev. Bras epidemiol.** 2020, 23. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/7wvpp8cpcXq9TFHGBlSwyHq/abstract/?lang=pt#ModalHowcite>>. Acesso em: 26 de jan. de 2023.

PARREIRA, E. *et al.* Enxaqueca Crônica e Refratária: Como Diagnosticar e Tratar [Chronic and Refractory Migraine: How to Diagnose and Treat]. **Acta Med Port**. 2020

Nov 2;33(11):753-760. Portuguese. Disponível em: <<https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/33160424/>>. Acesso em: 04 de jan. de 2023.

RANGEL, T. C.; ROCHA, F. P. A. S. Cefaleia e abuso de internet: uma revisão narrativa. **Headache Medicine**. 2018;9(1):16-23.

SAUERESSIG, I. B.; XAVIER, M. K. A.; OLIVEIRA, V. M. A. *et al.* Primary headaches among adolescents and their association with excessive computer use. **Revista de Saúde [Internet]**, 2015 16(4). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rdor/a/DkWp4YFwf837fCwJbnWQmkM/?format=html&lang=pt#>>. Acesso em: 26 de jan. de 2023.

SILVA, B. R. *et al.* Cefaleia e a qualidade de vida em adolescentes. **Headache Medicine**. 2015;6(1):19-23. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/Paula-Diniz-4/publication/287640868_Cefaleia_e_a_qualidade_de_Vida_em_Adolescentes/links/5677fe7608aebcdda0eba4ce/Cefaleia-e-a-qualidade-de-Vida-em-Adolescentes.pdf>. Acesso em: 04 de fev. de 2023.

SOUZA, N. E *et al.* Cefaleia: migrânea e qualidade de vida. **Revista de Saúde, [S. l.]**, v. 6, n. 2, p. 23–26, 2016. DOI: 10.21727/rs.v6i2.55. Disponível em: <<http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RS/article/view/55>>. Acesso em: 31 jan. 2023.

TAYLOR, F. R. **Cefaleia do tipo tensional em adultos: Fisiopatologia, características clínicas e diagnóstico**. UpToDate. 2022. Disponível em: <https://www.uptodate.com/contents/tension-type-headache-in-adults-pathophysiology-clinical-features-and-diagnosis?search=headache&source=search_result&selectedTitle=4~150&usage_type=default&display_rank=4>. Acesso em: 31 jan. 2023.

XAVIER, M. K. A.; PITANGUI, A.C. R.; SILVA, G.R.R. *et al.* Prevalência de cefaleia em adolescentes e associação com uso de computador e jogos eletrônicos. **Ciência saúde coletiva [Internet]**. 2015 20(11). Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/csc/a/q66XN7DZj6tr8xFmcThLnNr/abstract/?lang=pt#ModalHownicite>>. Acesso em: 26 de jan. de 2023.

Capítulo 11

ESTRATÉGIAS DE PRECIFICAÇÃO UTILIZADAS POR EMPRESAS DO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO NA CIDADE DE CODÓ-MA

DOI: 10.29327/5190429.1-11

Ana Gláucia Sousa Agostinho
Naiane Nascimento Mendes
Elineuza Lopes Torres
Christiane Carvalho Veloso
Carlos Magno Araújo Castelo Branco
Aluydio Bessa Amaral

ESTRATÉGIAS DE PRECIFICAÇÃO UTILIZADAS POR EMPRESAS DO COMÉRCIO DE VESTUÁRIO NA CIDADE DE CODÓ-MA

Ana Gláucia Sousa Agostinho

Naiane Nascimento Mendes

Elineuza Lopes Torres

Christiane Carvalho Veloso

Carlos Magno Araújo Castelo Branco

Aluydio Bessa Amaral

RESUMO

O preço é tido como elemento de relevância para sucesso de uma empresa. Nessa acepção, a temática desenvolvida teve como objetivo geral analisar as estratégias da formação de preço adotada por empresas do comércio de vestuário na cidade de Codó. Nesse enfoque, a metodologia desta investigação se classificou com caráter descritivo, e uma abordagem qualitativa. Encontra-se delineada como estudo multicaso, contando com cinco empresas do segmento de vestuário da cidade de Codó-Ma que proporcionou maior abrangência dos resultados, não se limitando as informações de uma só. Assim, nesta pesquisa foram utilizados apenas dados primários e a coleta de dados se deu através de entrevista com questões semiestruturadas. Consequentemente para interpretação dos dados, foi utilizado o método de análises de conteúdo. Com os resultados é notória a necessidade das empresas em conhecer fatores/estratégias que agreguem valor na hora de colocar preço nos produtos, em resposta ao o objetivo geral do estudo, as empresas preconizam a concorrência como estratégia de precificação. Falta-lhes percepção de custos e valores.

Palavras-chave: Estratégias; Precificação; Vendas; Contabilidade de Custos.

ABSTRACT

Price is seen as a relevant element for the success of a company. In this sense, the theme developed had the general objective of analyze the price formation strategies adopted by companies of the clothing trade in the city of Codó.. In this approach, the methodology of this investigation was classified with a descriptive character and a qualitative approach. It is outlined as a multicase study, with five companies in the clothing segment in the city of Codó-Ma. which provided greater coverage of the results, not being limited to the information of a single. Thus, in this research, only primary data were used and data collection took place through interviews with semi-structured questions. Consequently, for data interpretation, the content analysis method was used. With the results, the need for companies to know factors/ strategies that add value when

pricing products, in response to the overall objective companies advocate competition. They lack perception of costs, values.

Keywords: Strategies; Pricing; Sales; Cost Accounting.

1. INTRODUÇÃO

O mercado atual tem se mostrado um ambiente altamente competitivo e o preço dos produtos assume papel importante no que tange a saúde financeira da empresa. Nesse sentido, o processo de precificação dos produtos pode ser um fator chave para o sucesso e ou fracasso de uma empresa, tendo em vista que estão diretamente ligados à gestão dos custos (DOMINGUES, 2017; DE ASSIS SILVA, 2020; SEBRAE, 2022).

Nesse contexto, a precificação se torna complexa e a informação contábil sobre custos pode auxiliar essa demanda de gestão. A contabilidade de custos é uma ferramenta utilizada na gestão econômica dos custos e dos preços de venda dos produtos e serviços oferecidos pelas empresas (PADOVEZE, 2003; MARTINS, 2010)

A precificação dos produtos deve compor um misto que inclui custos e despesas. Despesa nada mais é que os gastos realizados para vender e enviar produtos e estão ligados à administração ou vendas. Por outro lado, custo é um gasto referente a um bem e ou serviço utilizado na produção de outros bens e serviços, são gastos relacionados a produção diretamente ou indiretamente para obtenção de receitas (VICECONTI, 2013; PADOVEZE, 2021).

Nesse aspecto, as empresas, mesmo que em longo prazo, ao adotarem como parâmetro uma política ou técnica eficiente de preços, pode trazer um desenvolvimento ou crescimento dos objetivos de lucratividade da empresa. Em sua pesquisa Canever (2012), coloca que 75% das empresas partícipes afirmam a importância da formação do preço. Assim, a precificação dos produtos tem envolvimento direto com os custos de aquisição (ASSEF, 2013).

Vários pesquisadores, entre eles Batista et al. (2020), Martins (2010), Assef (2013), Padoveze (2021), Dos Santos Santana (2021), têm corroborado de forma significativa, descrevendo a importância da precificação dos produtos. Desse modo, De Assis Silva (2020) ressalta que o uso de técnicas apropriadas, “não é utilizado corretamente devido à falta de qualificação ou conhecimento das técnicas”, fato esse relevante na questão sobrevivência das empresas.

Diante do exposto, essa pesquisa busca encontrar uma resposta para seguinte problemática: Como ocorre o processo de formação de preços de produtos em empresas do comércio de vestuário na cidade de Codó?

O objetivo central compreende: Analisar as estratégias na formação do preço adotadas por empresas do segmento de vestuário na cidade de Codó. Para isso estabeleceu-se alguns objetivos específicos: (i) identificar os métodos de formação de preço utilizadas pelos gestores, (ii) descrever as estratégias de formação do preço realizadas nas empresas; e (iii) verificar o nível de conhecimento dos gestores sobre o processo de precificação dos produtos comercializados.

De acordo com as questões abordadas, a justificativa se encontra fundamentada diante da dificuldade das empresas definirem uma estratégia de apereamento efetiva para os seus produtos afim de que resultem na maximização dos lucros. E ainda, na importância da precificação no que tange a competitividade.

Nessa ótica, como forma prática, o estudo pretende descrever estratégias, evidenciando a relevância do conhecimento da formação de preço para o sucesso dos negócios das empresas.

Quanto à estrutura, este trabalho está dividido em cinco seções onde: na primeira seção apresenta esta introdução, posteriormente, tem-se a revisão da literatura acerca do processo de precificação. A seção seguinte elencará os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. A quarta seção analisará os resultados encontrados. A última seção trará as considerações finais e sugestões para pesquisas futuras sobre o tema investigado.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Precificação de Produtos

A formação de preço dos produtos está cada dia mais dependente do mercado, tornando-se assim um indicador de desempenho para a formação do preço. Assim, o preço tem se tornado um dos principais fatores de escolha na hora da compra, um elemento significativo para os consumidores (SALVALAIO; VALLIM, 2020).

Dos Santos Santana *et al.* (2021), definem preço como um elemento que resulta na receita gerando assim o caixa da empresa, é a partir da precificação dos produtos que as empresas obtém êxito nos empreendimentos. É considerado o segundo fator mais importante (primeiro fator é o próprio produto).

Nesse contexto, Padoveze (2006) descreve que a formação do preço de venda pode ser equacionada na seguinte expressão abaixo:

$$\text{PREÇO DE VENDA} = \text{CUSTOS} + \text{DESPESAS} + \text{IMPOSTOS} + \text{LUCRO}$$

Abreviando, temos:

$$\text{PV} = \text{c} + \text{d} + \text{i} + \text{l}$$

Nesse aspecto, cabe ressaltar, que conforme dispostos no decreto nº 5.903 de 20 de setembro de 2006 em seu Art. 2º, os preços de produtos e serviços deverão ser informados adequadamente, de modo a garantir ao consumidor a correção, clareza, precisão, ostensividade e legibilidade das informações prestadas, em outras palavras, o preço dos produtos devem sempre ficar visíveis para o consumidor. Quando expostos em vitrines estejam com etiquetas fixadas diretamente ao produto garantindo, assim a visualização do preço (BRASIL, 2006).

Nessa acepção, definir o preço é uma tarefa importante para os gestores, pois é por meio da formação do preço que a empresa, efetivamente, passa a competir no mercado (WERNKE *et al.*, 2020).

2.2 Métodos de Custeio e Estratégias de Precificação

2.2.1 Métodos de Custeio

A decisão sobre preços deve levar em conta uma série de aspectos que inclui motivos, objetivos, estruturas de mercado, e foco na determinação dos preços. Assim, o método está ligado à teoria da decisão. Conhecer os custos inseridos nos produtos é de extrema importância no que concerne a formação de preço, é necessário conhecer os métodos e técnicas utilizadas para alocar os custos e as despesas (PADOVEZE, 2006; DOS SANTOS SANTANA *et al.*, 2021).

Nesse aspecto, as técnicas de custeio podem ser classificadas em: Custeio variável, Custeio ABC e Custeio por absorção. O custeio variável, pode se dizer, que de acordo com o princípio de custeio variável, somente os custos considerados “variáveis” são alocados aos produtos (WERNKE *et al.*, 2020).

O Custeio ABC, também conhecido como custeio por atividades, é um método que parte do princípio de que os produtos e serviços consomem as atividades e estas consomem os recursos, permitindo assim, estruturação dos processos de produção/serviços com informações especificadas (BORTOLUZZI, 2020).

O Custeio por Absorção consiste na apropriação de todos os custos de produção aos produtos elaborados de forma direta e indireta (BORTOLUZZI, 2020). A distinção principal no custeio por absorção é entre o custo e despesas.

Nessa ótica, a separação se faz importante porque as despesas são contabilizadas imediatamente contra o resultado do período, enquanto somente os custos relativos aos produtos vendidos terão tratamento idêntico, o método de custeio por absorção não é adequado para tomada de decisão por possui um modelo de decisão inaplicável em muitas situações (PADOVEZE, 2006; VICECONTI, 2013).

Uma precificação justa que possibilite uma boa margem de lucro é essencial para sua empresa. Precificar adequadamente é proporcionar a sobrevivência dos negócios. Contudo, o método escolhido pelo gestor deve ser aquele que melhor se adequar a empresa (BORTOLUZZI, 2020; SEBRAE, 2022).

De acordo com Padoveze (2006), a solução para obter preço de venda com métodos diferentes está na utilização de diferentes *mark-ups*.

Mark-up, é outro método bastante utilizado por empresas na precificação de produtos é o, um método simples que consiste em adicionar um valor padrão ao custo do produto, contudo, esse método é considerado facilmente falível, pois podem ocorrer erros no que concerne o rateio dos custos indiretos, em outras palavras, alocação inadequada dos custos (PÊGO; PILENGHY, 2022).

Muitos gestores de empresa desconhecem seus custos e acabam não conseguindo suprir os gastos incorridos da compra do produto. Assim, ao utiliza-se desse mecanismo é primordial que os gestores conheçam todos os custos da empresa, pois dessa forma o preço de venda dos seus produtos irá ser compensado atingindo resultado positivo (ARAUJO; MARTINS, 2019).

2.2.2 Estratégias de Precificação

O processo de precificação dos produtos é essencial para que a empresa alcance seus objetivos de lucratividade. Baseado nesse contexto, podemos elencar fatores que influenciam a formação de preço, fatores esses que podem ser externos ou internos. De modo geral, é a partir do preço que a empresa viabiliza seu crescimento (DOS SANTOS SANTANA *et al.*, 2021).

As estratégias de preços podem ser bastante diversificadas. Nesse aspecto, as estratégias dos preços seguem três preceitos: preços baseados na demanda, na concorrência, e na precificação *premium* (BELEGANTE *et al.*, 2017).

Estratégia baseada na demanda consiste em estabelecer os preços de acordo com a procura do produto e sua escassez, considerando a disposição do cliente de adquirir o produto a certo preço. Envolve o preço que os clientes estão dispostos a pagar e sua percepção, concebida por meio da percepção de qualidade do produto, do atendimento, da transmissão de confiança, dentre outros fatores (BELEGANTE *et al.*, 2017).

Estratégias baseadas na concorrência, é um mecanismo onde a empresa não prioriza os custos nem o consumidor, é um método simples e consiste basicamente na observação dos preços praticados pela concorrência, sem objetivos traçados, ou seja, basta apenas uma pesquisa de preços por parte da empresa (BELEGANTE *et al.*, 2017).

A Precificação *premium* é diferenciada de outros produtos semelhantes no mercado e exige um público de alto poder aquisitivo que esteja disposto a consumir pelo status e pela satisfação pessoal, nessa perspectiva, a precificação *premium* se torna uma das estratégias mais desafiadoras, pois é necessário despertar o desejo de compra nos consumidores (BELEGANTE, 2017).

Nesse contexto, o produto utilizado deve ser de uma excelente qualidade, pois visa consumidores com melhor poder aquisitivo. Tem enfoque em atender a necessidade por artigos de luxo de uma pequena parcela de consumidores. Os produtos *Premium* devem ser praticados somente em um mercado altamente específico dado a característica do público-alvo, que possui um olhar mais criterioso na identificação do diferencial (BELEGANTE, 2017).

2.3 Estudos Relacionados

Os estudos de Dos Santos Galvão e Vasconcelos (2016) pesquisaram as estratégias de formação de preço utilizadas pelas academias (Recife). Com os resultados encontrados, os autores verificaram que as empresas levam em consideração o perfil dos clientes, a concorrência e os custos organizacionais para a formação de preço de seus serviços.

Bortoluzzi *et al.* (2020) identificaram os custos e a formação do preço dos produtos de uma indústria de panificação (Arvoredo-SC) e, constataram que o empresário ainda não estava tendo prejuízo, porém estava perdendo a oportunidade de melhorar seus resultados. Nessa ótica, ressaltou a relevância que as informações provenientes da correta apuração dos custos de produção e, conseqüentemente, formação do preço de venda produz.

Nessa acepção, Souza *et al.* (2021) descreveram os componentes determinantes na formação do preço de venda de produtos no comércio supermercadista. Os resultados apontaram que o preço final praticado pelos supermercados investigados tem sua formação baseada nos custos totais, a partir de informações internas à empresa e da validação de informações externas, como os preços praticados nos concorrentes e os valores aceitos pelos consumidores.

De Assis Silva *et al.* (2020) verificaram como as empresas varejistas de confecções femininas da cidade de Currais Novos/RN formam seus preços. Nesse enfoque, os resultados apontaram que embora as empresas possuam um determinado conhecimento técnico, elas não utilizam um método formal na sua precificação, sendo que uma das empresas respondentes calcula o *mark-up* anualmente.

Em um estudo recente, Lopes (2022) se propôs identificar as estratégias de formação de preço adotadas por empresas prestadoras de serviços de *call center*. Assim, os resultados evidenciaram a relevância dada pelas empresas às estratégias de precificação para alcançar seus objetivos e mostraram a importância do controle de custos.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

De acordo com o objetivo da pesquisa, esta investigação se classifica como pesquisa descritiva. A pesquisa descritiva é aquela que observa, registra e analisa fatos sem manipula-los. Possui procedimentos caracterizados como estudo de campo com aplicação de entrevista semiestruturadas para coleta dos dados e assim alcançar detalhamento do tema que é a estratégia na formação do preço (CERVO; BERVIAN, 2002; VIEIRA, 2009).

Quanto à abordagem, a mesma se enquadra na forma qualitativa sem aplicação de mecanismos estatísticos. A abordagem qualitativa em pesquisas é a forma adequada para conhecer a natureza de um fenômeno social, embora a contabilidade seja confundida como ciência exata, por lidar intensamente com números, devemos lembrar que ela se enquadra em Ciência Social (BEUREN, 2014).

Esta pesquisa se delinea como estudo multicaso (YIN, 2005), contando com cinco empresas do comércio de vestuário da cidade de Codó que proporcionará maior abrangência dos resultados, não se limitando as informações de uma só. As empresas participantes da pesquisa foram selecionadas por conveniência, segundo a qual os

participantes são escolhidos deliberadamente com base no julgamento do pesquisador (MALHOTRA, 2011).

O estudo multicaso, possibilita a obtenção de resultados semelhantes e/ou contrários, porém, resultados que permitem explicações e assim não permitindo generalização dos resultados obtidos (YIN, 2005).

Em seguimento, para levantamento dos dados foi aplicado uma entrevista com questões semiestruturadas, divididas em duas seções. A primeira seção foi composta por questões com intuito de descrever o perfil dos respondentes e a segunda seção contendo dez questões referentes a estratégias e métodos de formação de preço.

Cabe ressaltar, que nesta pesquisa foram utilizados apenas dados primários e a coleta dos dados se deu no período de agosto e setembro/outubro de 2022, de forma presencial. No tratamento dos dados o estudo teve viés de análise de conteúdo.

Nessa acepção, a pesquisa optou, conforme antes acordado com as empresas partícipes, em omitir o nome das empresas e os dados concedidos por questões relacionadas à privacidade.

4. ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 Caracterização dos Respondentes

A tabela a seguir mostra a caracterização dos entrevistados no que concerne ao cargo ocupado, tempo de atuação no mercado bem como a graduação escolar. O perfil dos respondentes ficou definido da seguinte forma:

Quadro 1- Caracterização dos respondentes

Respondente	Cargo/função	Tempo de atuação no mercado	Nível de formação	Graduação Superior
Empresa A	Proprietário (a)	14 anos	Médio	-
Empresa B	Proprietário (a)	05 anos	Médio	-
Empresa C	Proprietário (a)	03 anos	Médio	-
Empresa D	Proprietário (a)	11 anos	Médio	-
Empresa E	Proprietário (a)	05 anos	Médio	Pedagogia

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Observando a tabela de descrição de dados das empresas partícipes do estudo, nota-se que a partir das informações apresentadas, todos entrevistados ocupam os

principais cargos dentro da empresa. No que tange a escolaridade, apenas um entrevistado possui nível superior na área da pedagogia.

Em relação ao tempo de atuação no mercado apenas duas empresas possuem mais de dez anos. O tempo de atuação no mercado proporciona experiências e competências ao longo da carreira. Nessa ótica, Paradiso (2007) pontua que conceito de competências pode ser definido como um conjunto de conhecimentos, habilidades e atitudes necessárias para que a pessoa desenvolva suas atribuições e responsabilidades.

Vale ressaltar, que as empresas partícipes se enquadram no faturamento anual menor que R\$ 80.000,00. Por tanto, podemos definir, segundo a nomenclatura, que essas empresas estão classificadas como microempreendedores individual (MEI).

4.2 Sobre o Processo de Formação de Preço

Em continuidade, a pesquisa contou com cinco empresas do setor de vestuário situadas no centro da cidade de Codó-Ma. A entrevista continha o foco na estratégia de precificação de venda dos produtos. O roteiro foi desenvolvido a fim de compreender o processo de precificação dessas empresas partícipes.

Primeiramente foi colocado se os entrevistados sabiam diferenciar custos e despesas. Assim, a empresa A e a empresa E, de acordo com a entrevista responderam que não sabiam definir o questionamento. Já empresa B conseguiu elencar de forma direta a definição de custo e despesas, bem como exemplificar: “Energia, água, as viagens para comprar seus produtos de venda”.

“Não sei lhe dizer” (empresa A. entrevista concedida a pesquisadora, 2022).

“Os custos são elementos que estão ligados diretamente no preço dos produtos. E está ficando cada vez mais caros. Colocar todos os gastos no produto venda deixa ele caro” (empresa B. entrevista concedida a pesquisadora, 2022).

“Não” (empresa D. entrevista concedida a pesquisadora, 2022).

“É a mesma coisa, né não?” (empresa E. entrevista concedida a pesquisadora, 2022).

A resposta da empresa B tem importância, a mesma demonstrou conhecer o processo de precificação cujo deve está contido os custos e as despesas, *mark-up*. O

custo do produto é absolutamente necessário para a formação do preço de venda, de acordo com as afirmações.

Nesse sentido, o preço a partir dos custos é definido com base nos custos incorridos com o desenvolvimento, a produção e a comercialização do produto e/ou serviço da empresa (BORTOLUZZI, 2020).

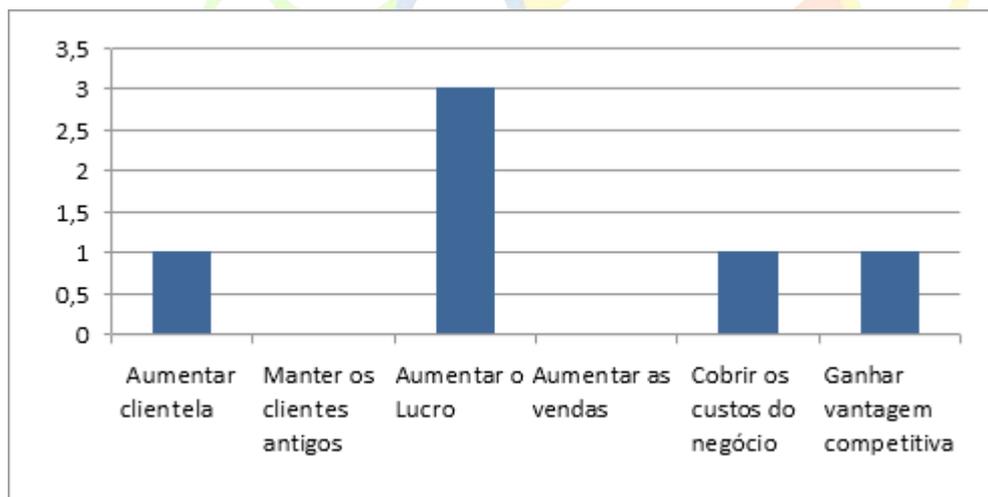
O segundo questionamento foi relacionado sobre o que as empresas analisam na hora de estabelecer o preço.

Nesse sentido, a empresa A e a empresa D responderam que analisa o preço de compra, e a empresa B, C e E colocam que a concorrência é um ponto bastante analisado nessa hora de precificar.

O preço é um fator imprescindível para o sucesso da empresa, contudo, observar o preço da concorrência/mercado pode não ser uma estratégia coerente, pois não leva em conta os custos da empresa. Faz-se necessário, elencar uma estratégia de precificação (PADOVEZE, 2006; BORTOLUZZI, 2020).

Ao serem indagadas sobre os objetivos da empresa com o estabelecimento dos preços as respostas foram bastante divergentes. A empresa A coloca como objetivo cobrir os custos do negócio, a empresa B, respondeu de forma direta que almeja aumentar sua clientela. As respondentes C, D e E colocaram que visam aumentar o lucro da empresa. Conforme gráfico abaixo:

Gráfico 1- Objetivos da empresa com o estabelecimento dos preços



Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Nesse quesito, observou-se que a empresa B pontuou a influência da clientela como fator de precificação. Os consumidores devem participar diretamente dessa

expressão, ou seja, o apreçamento tem relação direta de quanto o cliente deseja gastar e quanto a empresas desejar lucrar nesse processo. (NASCIMENTO *et al.*, 20021). E, a maioria dos respondentes dão enfoque nos resultado financeiro positivo.

Assim, ao definir os objetivos no processo de precificação os produtos de venda, os gestores devem, conforme Souza (2021) dá ênfase em cinco objetivos principais: sobrevivência, maximização do lucro atual, maximização da participação de mercado, desnatamento do mercado (alcance de diferente segmentação de clientes) ou liderança na qualidade do produto.

Em outro questionamento, foi solicitado aos entrevistados que falassem o que eles consideram importante no processo de precificar.

“ Desde a aquisição do produto até o processo de venda final, os gastos tudo a gente inclui nessa” (empresa A. entrevista concedida a pesquisadora, 2022)

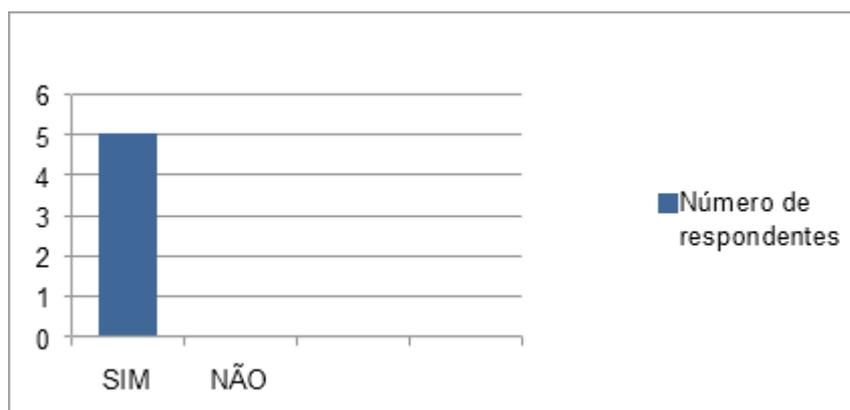
“ O retorno do lucro, nessa hora é crucial não pensar no retorno do investimento”. (empresa B. entrevista concedida a pesquisadora, 2022)

“Suprir todas as despesas do produto”. (empresa C. entrevista concedida a pesquisadora, 2022)

“O valor que foi gasto desde a compra” (empresa E. entrevista concedida a pesquisadora, 2022).

As respostas acima podem ser consideradas positivas, tendo em vista que a precificação adequada traz bons resultados. Em outras palavras, as repostas dos entrevistados colocam como ponto principal do processo de precificação que é o retorno do lucro sobre a venda (BELEGANTE *et al.*, 2017).

Quando perguntados se os custos influenciam no preço, todos os respondentes afirmaram que os custos possuem influência no preço estabelecido. Conforme demonstrado no gráfico abaixo:

Gráfico 2- Sobre a influência dos custos

Fonte: Dados da pesquisa (2022).

Na formação de preço os custos influenciam diretamente, o salário dos empregados, aluguel entre outros, são considerados fatores determinante no valor final do produto. Nessa ótica, o custo do produto é absolutamente necessário para a formação do preço de venda, e o alto volume de vendas traz como resultado uma redução nos custos (BELEGANTE, 2017; SOUZA, 2021)

Lopes (2022) pontua que considerando o fato de que as empresas consideram custo o fator primordial na definição do preço é essencial que elas tenham uma gestão de custos de qualidade, para que consigam definir os custos de cada produto.

A grande maioria das empresas determinam suas políticas de precificação de modo empírico, tendo como base fatores internos, em outras palavras consideram apenas os custos incorridos na aquisição do produto e a margem de lucro. Nesse contexto, cabe uma análise mercadológica no que tange a concorrência bem como valores agregado ao cliente (NASCIMENTO *et al.*, 2021).

Em seguimento, quando perguntado aos entrevistados se a concorrência influencia no preço, todas as empresas afirmaram que a concorrência tem influência no preço.

“ De uma certa forma sim. Não podemos vender um mesmo produto por um preço menor” (empresa B. entrevista concedida a pesquisadora, 2022).

“ Sim. É como um termômetro, mas claro sem deixar de lado nossos custos” (empresa D. entrevista concedida a pesquisadora, 2022).

“Muito. Ela nos faz buscar alternativas de preço” (empresa E. entrevista concedida a pesquisadora, 2022)

Nesse contexto, pode-se colocar que as estratégias de precificação baseada na concorrência, é um mecanismo onde a empresa não prioriza os custos nem o consumidor, é um método simples e consiste basicamente na observação dos preços praticados pela concorrência, sem objetivos traçados (BELEGANTE, 2017).

Os resultados apresentados corroboram com os estudos de Santos e Flores (2017), que encontraram como resultado a concorrência como principal estratégia.

Assim, percebe-se que a estratégia baseada na concorrência, poderá ser crucial para rentabilidade dos negócios, de modo geral, isso afeta a sustentabilidade da empresas (NASCIMENTO *et al.*, 2021)

Em acréscimo, foi perguntado aos respondentes sobre quem toma a decisão de preço na empresa, nessa acepção todos disseram que eles mesmos (os proprietários) são os responsáveis pela fixação dos preços de venda.

Nesse aspecto, Lopes (2022), pontua que a decisão sobre o preço de venda pode influenciar significativamente, as vendas, sobretudo, a participação do mercado, lucros. Os gestores da empresa precisam reconhecer que a precificação é ponto estratégico na empresa.

Foi colocado que os entrevistados discorressem sobre a importância do preço de venda para o sucesso da empresa. Nesse sentido temos:

“É melhor forma de atrair o cliente é o preço, a qualidade do produto também. O sucesso das vendas está no preço bem colocado” (empresa A. entrevista concedida a pesquisadora, 2022)

“ É importante para aumentar a clientela. É bom colocar um preço justo pra gente e pro consumidor “(empresa B. entrevista concedida a pesquisadora, 2022)

“ É parte importante para obter lucros” (empresa E. entrevista concedida a pesquisadora, 2022)

Observa-se que os respondentes, pontuam como parte importante o processo de apreçamento dos produtos para obtenção dos lucros, e ainda elencam que o preço bem colocado é a melhor forma para atrair a clientela bem como a qualidade do produto se torna ferramenta indispensável.

O processo de precificação se torna complexo, pois o preço de um bom serviço/produto possui o poder de influenciar de forma direta/indireta a decisão do cliente (NASCIMENTO *et al.*,2021).

Nessa acepção, pode-se colocar que o lucro é obtido quando o seu preço de venda ultrapassa os custos dos produtos e as despesas. Assim, quanto maior for sua receita e menores os custos e despesas ela terá conseqüentemente maior lucratividade (LIMA, 2018).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo geral analisar as estratégias na formação do preço adotadas por empresas do segmento de vestuário na cidade de Codó-Ma. Foram selecionadas cinco empresas desse segmento que, conforme nomenclatura encontra-se classificados como microempreendedores individual.

Assim, os resultados permitem concluir que no âmbito da precificação dos produtos para venda, que as empresas adotam, em sua maioria, a estratégia baseada na concorrência. Na hora de precificar os produtos, cabe ressaltar a qualidade do produto e que esse processo deve ser pensado sempre nos objetivos da empresa bem como deve se pensar no público alvo que a empresa queira atingir.

Quanto aos objetivos específicos estabelecidos, identificar os métodos de formação de preço utilizados pelos gestores, conclui-se que, as empresas respondentes baseiam-se no que chamamos de *mark-up*, ou seja, as empresas também consideram o custo de aquisição como base para o preço de venda.

No que concerne descrever as estratégias de formação do preço realizadas nas empresas, as respondentes pontuam a estratégia centrada na concorrência bem como nos gastos incorridos na aquisição do produto, em outras palavras, no preço de compra. Sobre verificar o nível de conhecimento dos gestores sobre o processo de precificação dos produtos comercializado, ficou evidente a necessidade das empresas em conhecer fatores/estratégias que agregam valor na hora de colocar preço nos produtos.

Diante do exposto, pode-se afirmar que, aos gestores, faltam-lhes percepção de custos, valores e entendimento do amplo conceito de precificação. Fica explícito que os participantes preconizam o preço da concorrência, um método simples que prioriza apenas uma breve pesquisa/observação de preço no mercado. Isso pode ser explicado pela falta de capacitação técnica dos gestores em conhecer o assunto.

Como limitação do presente estudo, verificou-se a dificuldade de obtenção de dados mais contundentes no que se refere a dados numéricos, pois assim seria possível, contrapor números e dados teóricos acerca de informações financeiras.

Com a elaboração dessa pesquisa também foi possível delinear o contexto de gastos, despesas e custos, sobretudo, as nomenclaturas de contabilidade de custos. Pode-se perceber as variadas estratégias existentes para precificar produtos. Como citado ao longo do trabalho. Logo, é possível afirmar que o objetivo da pesquisa foi alcançado uma vez que as empresas, em sua maioria, colocaram como estratégia de precificação à concorrência.

Em acréscimo, como sugestão para futuras pesquisas relacionadas a esse contexto, sugere-se que os pesquisadores trabalhem com uma quantidade/número maior de empresas, afim de ampliação da base de pesquisa.

Aos gestores, que busquem aprimoramento sobre o assunto precificação de venda, e como as empresas podem mapear seu público/cliente visando, assim um controle nos custos/despesas e, sobretudo, a maximização dos lucros.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, A; MARTINS, T. PRECIFICAÇÃO UTILIZANDO O MÉTODO MARK UP. **etic-encontro de iniciação científica-issn 21-76-8498**, v. 15, n. 15, 2019.
- ASSEF, R. **Guia prático da formação de preço: aspectos mercadológicos, tributários e financeiros para pequenas e médias indústrias**. Rio de Janeiro: Campus 1997.
- BEUREN, M.I. **Metodologia da pesquisa aplicável às ciências sociais**. 2014
- BELEGANTE, C. G. et al. Estratégias de Precificação: uma organização da literatura publicada em português sobre precificação. 2017.
- BERNARDI, L.A. **Manual de formação de preço: políticas, estratégias e fundamentos**. 3 ed. São Paulo . Atlas, 2004.
- BORTOLUZZI, C.A. P. *et al.* Contabilidade de custos e formação do preço de venda: um estudo de caso em uma padaria. **ABCustos**, v. 15, n. 1, p. 176-206, 2020.
- BRASIL. Decreto nº 5.903 de 20 de setembro de 2006. **Decreto regulamenta** a Lei nº 10.962, de 11 de outubro de 2004. Dispõe sobre as práticas infracionais que atentam contra o direito básico do consumidor de obter informação adequada e clara sobre produtos e serviços, previstas na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

CANEVER, F.P. Formação do preço de venda: um estudo em empresas industriais em Santa Catarina. **Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ** (online), Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 14 - p. 27.

CERVO, A.L. BERVIAN, P.A. **Metodologia Científica**. 5ed São Paulo. Prentice hall, 2002.

DE ASSIS SILVA, C.B. et al. Formação de preço de venda: um estudo em empresas varejistas de confecções femininas na cidade de Currais Novos/RN. **Capital Científico**, v. 18, n. 1, 2020.

DOS SANTOS GALVÃO, N.M; VASCONCELOS, M. T. Estratégia de formação de preços em academias de ginástica da região metropolitana do Recife. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 17, n. 2, p. 31-41, 2016.

DOMINGUES, O.G. D. TINOCO, J.E. P. Gestão de capital de giro e formação do preço de venda praticado pelas micro e pequenas empresas. **Revista Ambiente Contábil** – ISSN 2176-9036 – UFRN – Natal-RN. v. 9. n. 1, p. 77 – 96, 2017.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa** 5ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LIMA, K. F. de. **Estratégia de precificação: o caso de uma empresa atacadista na região do Seridó..** Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte, 2018.

LOPES, Gabriela Cardoso Souza et al. Estratégias de formação de preço utilizadas por empresas prestadoras de serviços de call center: um estudo de casos. **SINERGIA-Revista do Instituto de Ciências Econômicas, Administrativas e Contábeis**, v. 26, n. 2, p. 47-58, 2022.

MALHOTRA, N. **Pesquisa de marketing: foco na decisão**. 3. ed. São Paulo: Pearson, 2011.

MARTINS, E. **Contabilidade de Custos**. 10º edição. São Paulo. Ed. Atlas, 2010.

MARTINS, E. ROCHA, W. **Métodos de custeio comparados**. São Paulo. Ed. Atlas. 2010.

NASCIMENTO, E.R.V. et al. A influência de variáveis mercadológicas na precificação: um estudo de caso com pousadas de pequeno porte no Portal dos Lençóis Maranhenses The influence of marketing variables on price: a case study on small hostels in Portal of Lençois Maranhenses. **Revista Capital Científico-Eletrônica (RCCe)**-ISSN 2177-4153, v. 19, n. 3, p. 7-22, 2021.

PADOVEZE, C. L. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**, São Paulo: Atlas, 2003.

PADOVEZE, C. L. **Curso básico gerencial de Custos**. 2ª Ed. Thomson, 2006

PARADISO, Â. C. et al. Competências do orientador profissional: uma proposta brasileira com vistas à formação e certificação. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 8, n. 1, p. 87-94, 2007.

PÊGO, G. P. D.S.; PILENGHY, M. O. Formação do preço de venda utilizando método markup em uma microempresa de produtos homeopáticos. **Fórum Rondoniense de Pesquisa**, v. 3, n. 8º, 2022.

PINTO, L.J.S; MOURA, P.C. C. Formação do preço de venda e estratégias de precificação: o caso da Leader Magazine. **SEGeT–Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia, VIII**, 2011.

SALVALAIO, C. A.C.; VALLIM, C. R. Formação do preço de venda na prestação de serviços contábeis: Estudo de caso com base no método de custeio por atividades (ABC). In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2020.

SANTOS, A. **Metodologia científica: a construção do conhecimento**. 5.ed. Rio de Janeiro, DP&A editora 2000.

SANTOS, M; FLORES, L. C da S. Formação de Preço dos Hotéis Turísticos da Cidade de São Luís/Maranhão1. **Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo** , v. 11, p. 133-153, 2017.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO À MICRO E PEQUENAS EMPRESAS:-SEBRAE- **Formação de preço de venda para pequenos negócios: o controle para lucrar mais**. São Luis, Maranhão, 2022

SOUZA, F. H. S. de et al. Formação dos Preços de Venda no Varejo Supermercadista em Niterói. **Pensar Contábil**, v. 23, n. 81, 2021.

QUEIROZ, L. L. **Estratégias de determinação de preços em microempresas no setor de artigos turísticos: um estudo comparativo entre Fortaleza e Mindelo**

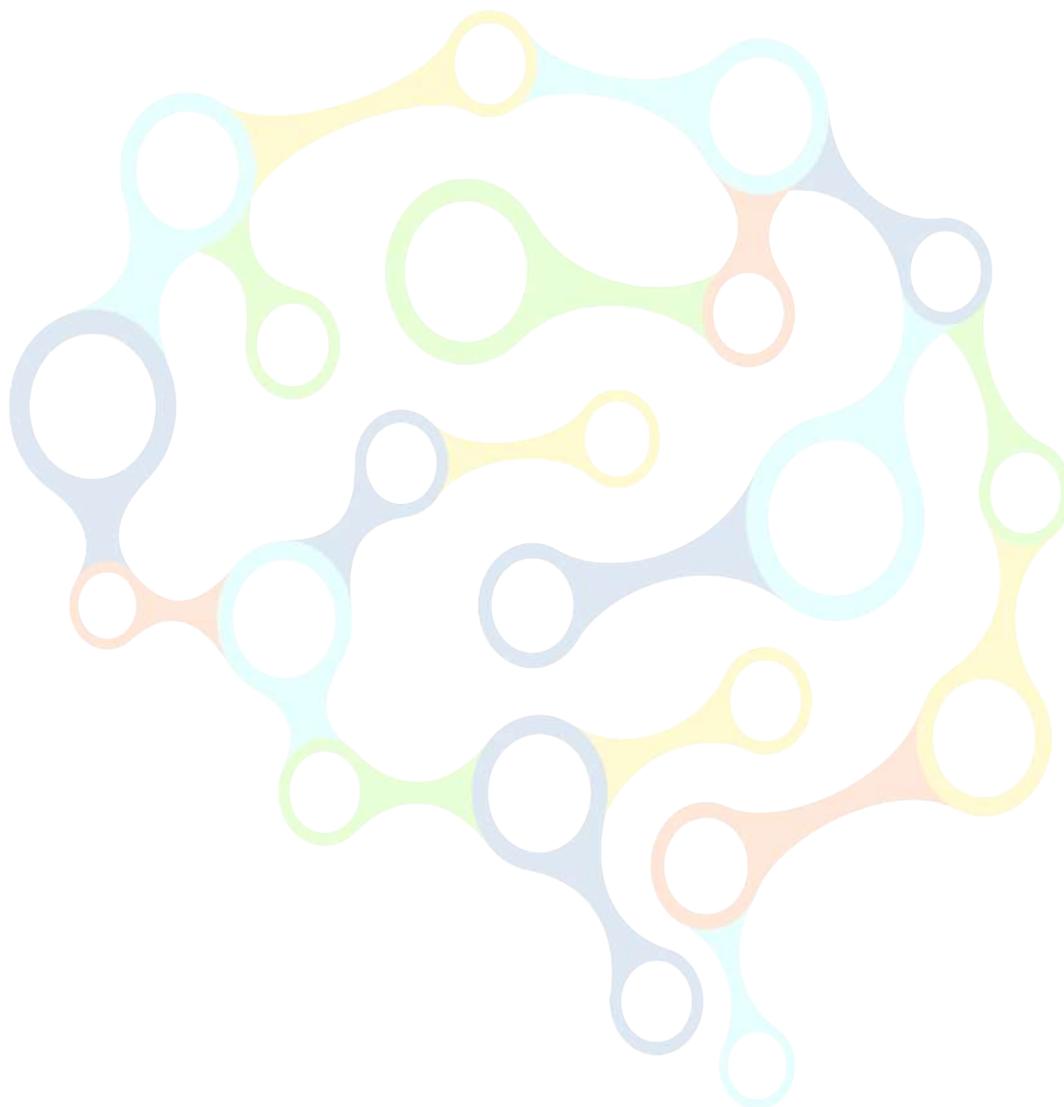
XX Congresso Brasileiro de Custos – Uberlândia, MG, Brasil, 18 a 20 de novembro de 2013.

VICECONTI, P. E .V. **Contabilidade de Custos**. 11ed. São Paulo: Saraiva, 2013

VIEIRA, S. **Como elaborar questionários** /Sonia Vieira. São Paulo: Atlas, 2009.

WERNKE, R; LEMBECK, M; JUNGES, I. Adaptação do Método das Unidades de Esforço de Produção (UEP) ao princípio de custeio ideal. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2020.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.





ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES

VOLUME 17

Robson Antonio Tavares Costa
Estélio Silva Barbosa
(Organizadores)

Prezados(as) leitores(as),

É com muita satisfação que apresentamos o décimo sétimo volume da Coleção intitulada “ESTUDOS AVANÇADOS INTERDISCIPLINARES”, que reúne em seus capítulos pesquisadores de diversas instituições com discussões e temáticas que circundam uma gama de possibilidades de pesquisas e de relações dialógicas que certamente podem ser relevantes para o desenvolvimento social brasileiro a partir de uma ótica que contempla as mais vastas questões da sociedade. Tal obra visa dar publicidade a estudos e pesquisas frutos de árduos trabalhos acadêmicos que decerto contribuem, cada um a seu modo, para o aprofundamento de discussões em suas respectivas áreas pois são pesquisas germinadas, frutificadas e colhidas de temas atuais que estão sendo debatidos nas principais universidades nacionais e que refletem o interesse de pesquisadores no desenvolvimento social e científico que possam impactar positivamente a qualidade de vida de homens e de mulheres.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados, esperamos que os textos publicados contribuam para a formação intelectual e a reflexão crítica dos alunos, professores e demais leitores. Desejamos ressaltar, em nome de todos que compõem a Editora Enterprising, a nossa gratidão para com os pesquisadores cujos trabalhos aparecem aqui reunidos, que diante da dedicação, temos a oportunidade de nos debruçar acerca de assuntos atuais e pertinentes.

Sejam bem-vindos e tenham proveitosas leituras!



Editora Enterprising

www.editoraenterprising.net

E-mail: contacto@editoraenterprising.net

+55 61 98229-0750

CNPJ: 40.035.746/0001-55

doi 10.29327/5190429

ISBN 978-65-845-4630-1



9 786584 546301 >